



ABRIGOS em movimento

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ABRIGO

comunidade de acolhida e socioeducação

7

ABRIGO

comunidade de acolhida e socioeducação



ABRIGOS em movimento

ABRIGO

comunidade de acolhida e socioeducação



2ª edição
São Paulo

NECA
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Abrigo : comunidade de acolhida e socioeducação / [coordenação Myrian Veras Baptista].
-- São Paulo : Instituto Camargo Corrêa, 2006. -- (Coletânea abrigar ; 1)

Vários autores.
ISBN: 85-87064-24-X
Bibliografia.

1. Abrigos 2. Abrigos - Aspectos morais e éticos 3. Abrigos - Aspectos sociais 4. Adolescentes - Cuidados institucionais 5. Crianças - Cuidados institucionais 6. Crianças e adolescentes - Direitos 7. Sociologia educacional I. Baptista, Myrian Veras. II. Série.

06-1373

CDD-362.732

Índices para catálogo sistemático:

1. Abrigos ; Comunidades de acolhida e socioeducação : Crianças e adolescentes : Bem-estar social 362.732
2. Crianças e adolescentes : Abrigos : Cuidados institucionais : Bem-estar social 362.732

O NECA, titular dos direitos autorais patrimoniais
desta publicação, autoriza reproduções que contribuam para os fins aqui estabelecidos,
desde que seja citada a fonte e não tenham fins lucrativos.

Colaboraram na edição desta publicação: Helena Veras, Maria Luiza Favret, Alessandra Coelho Evangelista, Sylmara Beletti e Immaculada Lopez

Iniciativa



Neca – Associação de Pesquisadores dos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente

www.neca.org.br
neca@neca.org.br

Parcerias

Secretaria de Direitos Humanos



Coordenação:

Myrian Veras Baptista
Isa Maria Ferreira da Rosa Guará

Edição:

Ana Paula Cardoso

Projeto Gráfico e Diagramação:

Félix Reiners

Revisão:

Christina Binato

Fotos:

Eduardo Simões

2ª edição:

Fonte Design

Autores:

Amanda Leal de Oliveira
Cláudia Vidigal
Isa Maria Ferreira da Rosa Guará
Márcia Wada
Maria Amalia Faller Vitale
Maria Ângela Maricondi
Maria Elizabeth Machado
Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa
Myrian Veras Baptista
Raquel Barros
Renata Gentile
Rita de Cássia Oliveira
Terezinha Azerêdo Rios
Yara Sayão

Equipe do Programa Abrigar

Assessoria técnica:

Isa Maria Ferreira da Rosa Guará

Coordenação de formação:

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa

Apoio:

Alessandra Coelho Evangelista e
Eleonora Sofia Shelard Junqueira Franco

Tiragem: 3.000 exemplares

Acolhimento: é a arte de interagir, construir algo em comum, descobrir nossa humanidade mais profunda na relação com os outros e com o mundo natural. E deixar que os outros descubram em nós sua humanidade e o mundo nos mostre a sua amplitude.

Humberto Mariotti

Sumário



Introdução

Isa Guará

09

As pessoas que a gente não vê

Terezinha Azerêdo Rios

11

Um olhar para a história

Myrian Veras Baptista

21

A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil

Rita de Cássia Oliveira

35

A fala dos abrigos

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa

49

Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação

Isa Maria F. R. Guará

59

Famílias: pontos de reflexão

Maria Amalia Faller Vitale

73

Temas do Cotidiano

Fazendo minha história

Cláudia Vidigal

84

A leitura e um ambiente acolhedor

Amanda Leal de Oliveira, Márcia Wada, Renata Gentile

86

Sucesso na escola: rede de aprendizagem

Maria Elizabeth Machado

89

Falando sobre sexualidade

Yara Sayão

92

Em busca de um projeto de vida

Raquel Barros

95

Fortalecer as famílias

Maria Ângela Maricondi

97

Introdução

Esta segunda edição de "Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação" atende à demanda de gestores públicos e privados de diferentes organizações em todo o Brasil que busca parâmetros para o serviço de acolhimento institucional. A primeira edição, viabilizada pelo Instituto Camargo Correa e publicada em 2006, foi fruto de um longo esforço de reflexão sobre o atendimento em abrigos, no escopo do Programa Abrigar, que o instituto desenvolveu em parceria com a Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente – Neca, de 2004 a 2007.

Nesta publicação, a parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República torna possível levar esse conteúdo para os gestores sociais de todos os municípios brasileiros que já tenham ou pretendam organizar essa forma de acolhimento para crianças. Segundo as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, os municípios devem realizar o reordenamento de sua rede de serviços priorizando sempre as alternativas que permitam a permanência da infância em seu ambiente de proteção parental e vicinal. No entanto, ainda são muitos os casos em que o encaminhamento a espaços institucionais de acolhimento é necessário.

Os dados conhecidos sobre a situação dos abrigos, em especial a pesquisa IPEA (2004), revelam um quadro de abandono, pobreza, maus-tratos e dependência química dos pais de crianças e adolescentes acolhidos que requer a proteção do Estado. Reconhecida a diversidade dos casos e a exigência de profissionalização do atendimento, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS classifica o atendimento como um serviço de alta complexidade, que precisa de educadores preparados e em contínuo desenvolvimento pessoal e profissional.

Parte do conteúdo dos eventos de formação dos educadores dos abrigos do Programa Abrigar está sistematizada nesta publicação e poderá ser novamente aproveitada em novos processos de formação de equipes de abrigos. Foi pensando nesta utilidade que dividimos a publicação em três partes: uma contendo os artigos que, em seu conjunto, fornecem um panorama da realidade dessas organizações no Brasil através do tempo e referências teóricas e pedagógicas; outra, que chamamos "Temas do cotidiano", apresenta pequenos textos e indicações para o trabalho diário do educador. Temos ainda um livreto anexo com sugestões de atividades para formadores que queiram usar o livro como base para seu trabalho.

Desde a aprovação do ECA, tem-se defendido o caráter provisório do abrigo e esta recomendação foi reforçada pelo PNCFC, pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e pela nova Lei n. 12.010/2009. É dever de todos nós, entretanto, garantir ao abrigo uma identidade que dê significado à sua missão educativa e de proteção, de modo a que as crianças, os adolescentes e as famílias atendidas possam desenvolver-se com segurança enquanto durar o acolhimento.

O Instituto Fazendo História e o NECA, em suas atividades nos abrigos, têm vivenciado a necessidade de investimento na formação dos educadores e na melhoria das relações institucionais. É preciso garantir o direito das crianças e dos adolescentes ao desenvolvimento pessoal e social, para que suas histórias de vida possam conter também boas experiências no período em que estiverem nos abrigos.

Esta publicação reflete o nosso compromisso com a melhoria da qualidade do serviço de acolhimento institucional.



As pessoas que a gente não vê

Terezinha Azerêdo Rios*

Quando falamos em abrigar, acolher, somos remetidos ao princípio ético do respeito ao outro nas relações sociais. Para respeitar, é necessário reconhecer a presença do outro como igual, em sua humanidade. Esse é o grande desafio que historicamente tem sido apresentado para as sociedades. Hoje, no Brasil, temos de nos dispor a enfrentá-lo criticamente, enxergando além daquilo que o olhar imediato e ideológico nos mostra. É para essa questão que se volta o presente trabalho, recorrendo à filosofia como instrumento para pensá-la criticamente.

Quero convidá-los a pensar comigo sobre as relações e as ações que acontecem em nossa sociedade. O convite é para que nos aproximemos da janela da filosofia para olharmos essas relações. Haverá aqueles que dirão que a janela não muda a paisagem, e isso é verdade. Não muda mesmo, mas, dependendo da janela na qual nos debruçamos

"Se podes olhar, vê.
E se podes ver, repara."
José Saramago

– e, quem sabe, ainda não procuramos a da filosofia –, a paisagem pode ser diferente, até porque às vezes apenas olhamos, mas não vemos.

Quando faço o convite à filosofia, sei que muitas idéias podem ocorrer a meus interlocutores. Alguns dirão: "Lá vem a filosofia, aquela coisa distante do real, aquilo com o qual e sem o qual a gente fica tal e qual". Ou: "O filósofo é um indivíduo que pensa muito, mas não faz nada". Entretanto, quem sabe, outros dirão: "Que bom, então vamos filosofar!".

As idéias sobre a filosofia são múltiplas. Na verdade, ela tem a cara de cada um, conforme é encontrada – em aulas de filosofia, livros, palestras. A filosofia de que vou falar, e o ponto de vista pelo qual os convido refletir comigo, reveste-se da feição chamada ética, que é a forma de olhar criticamente os valores presentes em nossas ações e relações e de buscar a consistência e o fundamento desses valores.

* Doutora em Educação. Professora do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do programa de mestrado em Educação do Centro Universitário Nove de Julho (Uninove-SP).

“A filosofia de que vou falar (...) reveste-se da feição chamada ética, que é a forma de olhar criticamente os valores presentes em nossas ações e relações e de buscar a consistência e o fundamento desses valores”

A ética é um assunto sobre o qual temos ouvido falar frequentemente: falam de ética os que denunciam a corrupção, assim como enchem a boca, para falar de ética, os corruptos; falam de ética os que denunciam as ações violentas e os que produzem a violência. Então, somos levados a perguntar: a que ética estamos nos referindo?

Sou leitora assídua de romances policiais e quero compartilhar com vocês algo que encontrei no romance de um psicanalista carioca que agora se dedica também à literatura policial, Luiz Alfredo Garcia-Roza. Em *Uma janela em Copacabana*, o autor faz referência a um treinamento de policiais, realizado por uma psicóloga, e conta: “a moça usava a palavra psicologia como usava batom – só para enfeitar a boca”. Penso que se pode fazer uma certa analogia: os homens e as mulheres de nosso país têm, por vezes, usado a palavra ética com esse sentido cosmético – “só para enfeitar a boca” – ou, como dizia minha mãe, “da boca para fora”.

É preciso, portanto, buscar o significado real da ética. Entender como ela pode ser um instrumento importante para avaliarmos a realidade e perguntarmos sobre os valores que estão presentes em nossas ações, de modo que possamos orientá-las na direção do objetivo a que nos propomos, que acredito ser o de tornar a vida mais digna e mais feliz. O professor espanhol de filosofia Fernando Savater, cujo trabalho recomendo – especialmente *Ética para meu filho* –, afirma que “toda ética digna deste nome parte da vida e se propõe a reforçá-la, a torná-la mais rica”. Portanto, quando falamos em ética, estamos necessariamente falando da vida, não de uma vida qualquer, e sim de uma vida boa, de uma vida rica, de uma vida digna. É nesse sentido, usando a ética como instrumento e olhando a filosofia nessa perspectiva, que quero pensar, com vocês, leitores, nesse programa que se chama Abrigar.

A palavra ética vem do grego *ethos* e significa “costume”, “jeito

de ser”. A ética está muito próxima de algo que é parente dela, mas que com ela não se identifica, embora também tenha o sentido de “costume”: a moral. A origem de moral está no termo *mores*, que vem do latim.

Outro significado de *ethos*, na Grécia, é “morada”. O *ethos* é a morada do homem, seu abrigo, seu lugar de proteção. Já se pode perceber, então, a importância da ética no contexto de um programa que se chama Abrigar, que lida com abrigos.

Que abrigo é o *ethos*? De que maneira podemos refletir sobre o gesto de abrigar? Insisto agora na idéia de pensar à moda da filosofia. E quero lhes trazer o sentido originário do exercício de filosofar.

Quando falamos em filosofia, temos que nos reportar ao século VI a.C., na Grécia, época em que um pensador, Pitágoras, uniu dois vocábulos – *philia* = “amizade”, e *sophia* = “sabedoria” –, para compor um termo novo: *philosophia*, que significa “amizade à sabedoria”, “desejo de sabedoria”. Não basta, entretanto, saber que filosofia é amor à sabedoria; é preciso saber que sentido os gregos davam à *sophia* (“sabedoria”) naquele momento. Sabedoria, para eles, significava “saber total”, “saber de todas as coisas”, e era um atributo exclusivo dos deuses. Só os deuses eram considerados sábios na Grécia daqueles tempos. Então, para os seres humanos, imperfeitos e incompletos, restava o desejo de se aproximar da sabedoria, aproximar-se amorosamente, como quem se aproxima dos amigos para poder usufruir aquilo que têm para oferecer.

O conceito de filosofia tem mudado no decorrer da história, mas pode-se perceber que grande parte das concepções ainda guarda o sentido dado por Pitágoras. E, quando proponho que filosofemos, refiro-me sempre a uma busca constante e amorosa de um saber cada vez maior.

Na história da cultura ocidental, percebemos que frequentemente se destaca a idéia de *sophia* como algo racional e superior aos

outros saberes, esquecendo-se, às vezes, da philia, da afetividade, da sensibilidade, sem a qual a sabedoria perde o significado. É preciso, então, ressaltar que falar de filosofia é falar de um gesto que procura unir as capacidades que temos para refletir sobre a realidade e atuar sobre ela, no sentido de nos fazermos humanos, como queremos ser. É essa a perspectiva da filosofia, do gesto filosófico.

Costuma-se considerar a filosofia um conjunto de teorias, de concepções; faz-se referência, então, à filosofia de Platão, Sartre, Descartes. Aqui nos interessa mais aquilo que é comum a Descartes, Sartre e Platão: a atitude de buscar a ampliação do conhecimento de uma maneira específica.

Kant afirmava que "não se aprende nem se ensina filosofia, o que se aprende e se ensina é a filosofar". Gostaria que nosso exercício fosse um exercício de filosofar, de ampliar conhecimentos. Guimarães Rosa, meu conterrâneo, disse: "A cabeça da gente é uma só e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores, diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça para o total". Recorro a Rosa porque acredito que o mundo é do tamanho do conhecimento que a gente tem dele. Sendo assim, temos o dever de alargar esse conhecimento para alargar o mundo, para ampliar essa realidade. Não significa apenas alargar o meu mundo, uma vez que este é um mundo que partilho com outros, mas alargar o nosso mundo, a nossa realidade, criando significados novos a cada momento.

Se a filosofia é a busca constante de um saber cada vez maior, ela se caracteriza também como uma atitude crítica diante da realidade. Isso quer dizer que não se pretende ficar apenas no nível do senso comum, da opinião. As opiniões podem ser corretas, mas também podem ser equivocadas; às vezes, até marcadas por interesses duvidosos. Então, para ampliar o saber, é preciso superar o nível das opiniões. Quando

supero, não nego, não deixo para trás – percebo de um jeito novo e procuro ir adiante, quem sabe de um jeito novo também.

Assumir uma atitude crítica é procurar ver – com clareza, profundidade e abrangência – a realidade.

Procurar ver com clareza, porque existem coisas, situações, que podem turvar nosso olhar, embaçar nossos olhos. Vemos sempre a realidade com os olhos da nossa cultura, da nossa classe social, do nosso tempo. Ainda assim, podemos ver com clareza. Mas, às vezes, algo pode embaçar o olhar: os preconceitos, as ideologias. Então, há necessidade de tomarmos consciência dessa possibilidade para, ao olharmos com clareza, seguirmos adiante com mais firmeza e segurança, apesar de nossa precariedade.

Ver com profundidade significa não se contentar com a superfície nem com as aparências, porque as aparências podem enganar. Os filósofos costumam questionar: "O que seria da essência, se não fosse a aparência?". É verdade. Entramos em contato com o que aparece, mas o que aparece pode, ao mesmo tempo, revelar e ocultar. Por isso, a gente diz: "Parece legal, mas eu

queria ver o que está por trás". Não se pode ficar só nas manifestações, é preciso buscar o que causa essas manifestações. A febre, por exemplo, é uma manifestação de que algo vai mal no nosso organismo, mas, se só cuidarmos dela e não buscarmos o que a está causando, podemos ter problemas.

Hélio Pellegrino, psicanalista mineiro que nos deixou há algum tempo, contava uma história interessante, que se deu em Minas Gerais, na cidade de Nova Lima.

Em Nova Lima fica a mina de Morro Velho, que foi explorada pelos ingleses no passado. Lá, os operários eram contaminados com pó de sílica e contraíam silicose, uma infecção do pulmão que leva o doente rapidamente à morte. Uma das manifestações da silicose é uma tosse forte. Como a tosse dos mineiros incomodasse as senhoras inglesas, os

"Como seres humanos, somos livres. E ser livre não significa ausência de limites: é uma condição que permite optar, tomar partido"

“Não existe natureza humana – o que existe é a condição humana, que os homens constroem juntos, historicamente. Essa condição humana pode ser boa ou má”

ingleses montaram uma fábrica de xarope, que era vendido aos operários. Os operários paravam de tossir, mas continuavam morrendo de silicose, porque a causa não havia sido tratada.

O texto de Hélio Pellegrino é primoroso. Ele fala da violência e da corrupção que se manifestam na sociedade e afirma que, enquanto não nos aprofundarmos nas causas desses problemas, será muito difícil superá-los.

Logo, a atitude crítica é uma atitude radical. Não no sentido de ser extremista, mas de ir às raízes, buscar os fundamentos, superar os problemas que nos desafiam constantemente.

Além de ver com clareza e profundidade, é preciso ver com abrangência, porque a realidade é contraditória. Ela não é sim ou não, mas sim e não. Portanto, precisamos tentar vê-la de todos os seus ângulos e de todos os pontos de vista.

Gosto muito de um livro infantil, escrito por Jandira Mansur, que se chama **O frio pode ser quente?**. A autora explora a idéia de que as coisas têm muitos jeitos de ser; depende do jeito que a gente as vê. Quando se diz isso, imediatamente as pessoas concluem que, então, tudo é relativo: a realidade se mostra de um jeito diferente para cada pessoa. Mas a autora nos salva, afirmando que o importante é vermos os vários aspectos ao mesmo tempo. Esse é um grande desafio, porque fomos educados para ver ou isto ou aquilo, e o que temos, na verdade, é uma realidade que é, ao mesmo tempo, isto e aquilo.

Meu marido e eu tivemos uma experiência interessante quando nossos filhos eram pequenos. Fomos a uma reunião de pais, na escola, e a professora falou sobre um garoto da turma que era a alegria do grupo: ele mobilizava o pessoal, inventava brincadeiras... E, mostrando um rapaz que estava a nosso lado, disse: “É o filho de Fulano”. Para nossa surpresa, esse rapaz respondeu: “Esse menino, de que você está falando,

eu nunca vi em minha casa – em casa, tenho um garoto que se fecha no quarto, que se recusa a sair, que não gosta de brincar”. Não era possível, então, afirmar que o garoto era isto ou aquilo – ele era isto e aquilo. Restava ao pai conhecer o aluno da professora e, à professora, conhecer o filho do pai.

Como se pode conhecer as pessoas e os fatos de ângulos diferentes, de pontos de vista diferentes? Colocando-se em um ponto de vista diferente. Ao procurar conhecer o ponto de vista dos outros, ao procurar nos colocarmos no lugar deles, temos a possibilidade de ver diferente. Falamos tanto: “Coloque-se no meu lugar”. O que significa: “Veja do meu ponto de vista”. Mas você já notou que todas as vezes que dizemos: “Se eu fosse você...”, “Se eu estivesse no seu lugar...”, sempre sou eu? Há um verso, numa canção da década de 1960, que diz: “Ah, se eu fosse você, eu voltava pra mim...”. Não é ótimo? Embora falemos em experimentar o lugar do outro, acabamos trazendo o outro para o nosso lugar...

Já estou começando a acenar com a idéia de que nos relacionamos com os outros e de que há muitos outros pontos de vista, muitas outras maneiras de olhar. Se considerarmos essas maneiras de olhar, quem sabe poderemos ver de uma maneira mais clara, mais profunda e mais abrangente. A filosofia nos ajuda nisso: amplia nosso olhar, na tentativa de ver criticamente a realidade.

Entretanto, não é só a filosofia que se constitui num olhar crítico. Na ciência, por exemplo, também prevalece uma atitude crítica. Portanto, há a necessidade de fazer uma pequena e breve distinção: quando a ciência olha a realidade de maneira crítica, tem o objetivo de encontrar uma explicação; quando a filosofia olha criticamente, o que ela quer é encontrar uma compreensão. Explicar é tarefa da ciência e compreender é tarefa da filosofia. Talvez um exemplo nos ajude. Perdi

um amigo de 33 anos, que morreu de um súbito infarto. Chorando sua perda, perguntávamos: "Por quê?". A resposta do médico, do cientista, é a que se registrava no atestado de óbito: "Devido a um infarto". Vocês sabem que a resposta que esperávamos não era essa. Nós nos perguntávamos por que tínhamos de ser privados de alguém que amávamos ou por que, de repente, um jovem havia sido privado do futuro. A pergunta pela compreensão é a pergunta pelo sentido, pela significação, é a pergunta pelo valor. Então, quando fazemos uma pergunta à moda da filosofia sobre o nosso trabalho, sobre as nossas relações, estamos indagando: "De que vale trabalhar nos abrigos, como nós fazemos?", "Qual é o sentido de desenvolver uma prática como essa?", "Que valor tem, para nós e para a sociedade, o trabalho que fazemos?". Essas são questões filosóficas, são questões éticas por excelência.

A ética é um olhar crítico sobre a moralidade. Eu disse que é necessário distinguir ética e moral. Quando menciono moral, refiro-me ao conjunto de prescrições que a sociedade constrói para orientar nossa vida e que se origina nos costumes. É de acordo com a moral que se diz: "Faça isso e não aquilo", "Vá por aqui e não por ali". Essa é a perspectiva da moralidade. Todos nós temos, queiramos ou não, uma atitude moral quando nos posicionamos diante dessas prescrições, quando obedecemos ou desobedecemos ao que está prescrito. Às vezes, as pessoas acham que só o comportamento de obediência é norteado pela moral. Isso não é verdade. Se não pudéssemos desobedecer, se não houvesse espaço para a transgressão, não seríamos humanos, estaríamos revertidos à natureza pura e simples que compartilhamos com os outros seres. Como seres humanos, somos livres. E ser livre não significa ausência de limites: é uma condição que permite optar, tomar partido. A atitude moral se liga estreitamente à atitude política. Ser político é isso: tomar partido. Não é ser de um partido, é tomar partido, é dirigir-se para uma direção ou outra. Essa é uma decisão moral.

Quando nós perguntamos por que temos de nos comportar de uma maneira e não de outra, a moral já tem uma resposta pronta: é para o seu bem. "É para o seu bem", responde-nos a sociedade. Notem que "é para o seu bem" significa que, se você agir assim, estará sendo aceito, não será marginalizado; portanto, tem de andar na linha. "Dentro da faixa, fora do perigo", orienta-nos o código de trânsito. E não é só no trânsito; isso vale para todos os códigos que regem nosso comportamento.

Mas podemos reagir criticamente a algumas imposições e, quando a moral nos diz que é para o nosso bem, podemos perguntar: "Será que é para o bem, mesmo?". Quando fazemos essa pergunta, já nos encaminhamos para o terreno da ética. Porque, no terreno em que a moral estabelece normas, em que a moral é prescritiva, a ética aparece como reflexiva.

A moral direciona: "Vá por aqui, não vá por ali". A ética pergunta: "Por que ir, por que não ir?", "Qual é o fundamento de ir ou de não ir?". Enquanto a moral estabelece normas, a ética estabelece princípios que sustentam as normas ou que as problematizam. É em nome dos princípios que se questionam as normas. É importante fazer a distinção entre ética e moral, porque, de moral, as instituições e toda a sociedade já estão encharcadas. O que tem faltado nelas é a ética, como atitude questionadora.

Será que a ética apenas pergunta? Na verdade, a ética responde. Quando a moral afirma que "é para o seu bem", a ética replicará que só será para o bem se for para o bem comum. O bem comum é o horizonte norteador da ética. O bem comum e a dignidade de todas as pessoas são apontados como referência nos princípios da ética.

O princípio nuclear da ética é o respeito ao outro. E, para respeitar o outro, é preciso que se admita que ele existe, que se reconheça a existência dele. Pode parecer estranho, mas temos de nos perguntar

"O princípio nuclear da ética é o respeito ao outro. E, para respeitar o outro, é preciso que se admita que ele existe, que se reconheça a existência dele"

“A ética é um olhar crítico sobre a moralidade. Eu disse que é necessário distinguir ética e moral. Quando menciono moral, refiro-me ao conjunto de prescrições que a sociedade constrói para orientar nossa vida e que se origina nos costumes”

se estamos efetivamente reconhecendo a existência das pessoas. Em nossa vida cotidiana, costumamos passar pelas pessoas como se elas não existissem. Não vemos algumas que estão a nossa volta. Vocês já devem ter entrado num elevador com ascensorista. Já notaram como as pessoas se comportam? Elas entram e é como se apenas uma cadeira estivesse ali. Infelizmente, as pessoas se acostumam a ignorar as crianças que dormem na rua e os indivíduos que prestam serviços, uma vez que não os consideram sujeitos como elas. Nós costumamos ignorar os sujeitos que não são como nós, que são os outros. Um cientista social trabalhou em uma tese que abordava essa questão. Ele se vestiu de gari e seus colegas e professores jamais olharam para ele, quando estava com o uniforme. “O uniforme torna a gente invisível” – disse, certa vez, uma faxineira.

Essas são as pessoas que a gente não vê, os outros. São outros “eus”. Não são “eu”, mas são como eu sou, e é muito difícil admitir essa existência, porque “Narciso acha feio o que não é espelho”, como canta Caetano Velloso. Entretanto, é importante, pensar que nossa identidade é garantida pelos outros, pela presença da alteridade. Mesmo no espelho mais cristalino, a imagem que tenho de mim é invertida. Quem fala de mim é quem me vê, quem está na minha frente – é o outro, o alter, aquele que me reconhece. Quando deixo de reconhecer o outro, nego ao outro a própria identidade. Se não levo em conta a alteridade, a presença do outro, instalo algo chamado alienação, porque trato o outro como o alienus, o “alheio”, aquele que nada tem a ver comigo. Karl Marx discorreu sobre a alienação econômica. Podemos falar numa alienação ética, que é o que ocorre quando olhamos os outros sem vê-los, ou quando vemos sem crítica, quando não reparamos.

A ética nos ajuda a olhar a realidade de maneira crítica, a olhar os outros (que são componentes de nós mesmos) norteados pela construção da realidade e da humanidade que a gente quer. Ethos significa

intervenção na physis, na natureza. Não existe natureza humana – o que existe é a condição humana, que os homens constroem juntos, historicamente. Essa condição humana pode ser boa ou má. Costumamos dizer que gostaríamos de tornar as pessoas mais humanas. Isso de pessoa “mais humana” não existe. O que existe é o humano, embora, freqüentemente, o humano não tenha a face que gostaríamos que tivesse. Por isso, quando alguém mata um morador de rua, quando alguém violenta um adolescente, dizemos que foi uma ação monstruosa – realizada por um monstro –, porque, assim, essa pessoa nada tem a ver conosco. O pior de tudo é que tem a ver: foi um ser humano que praticou o ato violento.

Quero, então, pensar com vocês na idéia de abrir os olhos para adquirir um olhar consciente e crítico. Porque assim já teremos meio caminho andado – uma vez abertos os olhos, não se pode mais fechá-los. O grande problema que enfrentamos com a conscientização é que, depois de nos abirmos para ela, não dá mais para fingir que não vemos as coisas. Isso pode ser incômodo, mas estimula um novo tipo de ação: abrir os olhos, arregalar os olhos, não só para ver, como também para modificar o que o visto nos mostrou, modificar o que precisa ser modificado, construir a história juntos. Porque a história é feita por nós a cada dia e terá a feição que dermos a ela.

Falamos no bem comum. Seu outro nome é felicidade. Como canta Tom Jobim: “É impossível ser feliz sozinho...”. A felicidade é algo que se experimenta individualmente, mas tem sentido quando compartilhada. Portanto, o objetivo de qualquer instituição social, de qualquer organização, do ponto de vista ético, é a construção da felicidade. Não num sentido romântico, mas no de construir a cidadania, o direito a ter direitos, a ter espaço para atuar na sociedade, a ser reconhecido com justiça.

Justiça é igualdade na diferença. Somos diferentes – homens e

mulheres, crianças e adultos, pretos e brancos, palmeirenses e corintianos –, mas somos iguais em direitos. O contrário da igualdade não é a diferença, e sim a desigualdade, e a desigualdade é algo construído socialmente. Portanto, precisamos ficar atentos para ver se estamos fazendo isso. Por isso, a pergunta ética é uma pergunta que nos atormenta. A pergunta é: “E eu com isso?”. Quando vejo a situação de uma perspectiva ética, tenho de me perguntar: “O que eu tenho a ver com isso?”. Não é aquele “e eu com isso?” de dar de ombros, é um “e eu com isso?” que me leva a perceber que tenho a ver, que devo me mobilizar, no sentido da transformação.

A ética nos traz uma dimensão utópica, porque a felicidade não está pronta, a cidadania não está garantida. É preciso que ela

seja o nosso ideal. O ideal não é aquilo que é impossível existir; é o que “ainda não” existe. O “ainda não” é a expressão da esperança. Quando dizemos “ainda não”, não esperamos, mas esperamos, mobilizamos-nos. Por isso, quero compartilhar com vocês algo muito bonito, que encontrei em Eduardo Galeano: “Ela está na minha frente. (...) Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”. O recado da ética é abrir os olhos, arregalar os olhos para vermos e, juntos, caminharmos na direção daquilo que Betinho chamou de felicidadania.

A surdez da mídia e o despreparo do Estado

A seguir trechos do texto "A menina que respira, o Estado que não vê e a mídia que não ouve" *, de Patricia Smaniotto. O artigo é motivado pela história de Haleigh Poutre, de 11 anos, em coma em um hospital de Massachussetts (EUA), com graves ferimentos causados pelo padrasto e pela tia materna, que a maltratavam constantemente. O estado da garota foi considerado irreversível pelos médicos, que pediram autorização à Suprema Corte estadual para retirar os aparelhos que a mantinham viva. Depois que o equipamento foi desligado em janeiro de 2006, ela voltou a respirar sozinha.

O despreparo demonstrado na avaliação das condições de segurança de Haleigh não é exclusividade dos Estados Unidos. No Brasil, apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garantir e defender os direitos desse grupo, o desinteresse do Estado se evidencia na falta de preparo das instituições que lidam diretamente com a população afetada. Embora o ECA tenha tornado imprescindível a atuação dos Conselhos Tutelares, estes não recebem os recursos materiais, financeiros e humanos necessários para diminuir a invisibilidade da violência, praticada atrás das portas dos nossos lares.

Não falta boa vontade aos milhares de pessoas que atuam em instituições de defesa dos direitos da infância e da adolescência. No entanto, apesar de existirem leis e mecanismos para executá-las, falta uma estrutura organizacional eficiente e otimizada, além de recursos materiais, financeiros e humanos, administrados de forma competente e condizentes com a dimensão social e política da missão desses órgãos e instituições.

Mesmo amadurecidos no tratamento do tema, os meios de comunicação continuam a dar mais atenção aos fatos do que à rede de ações e omissões que os causou. Muitas vezes, ouvem apenas as autoridades responsáveis pela execução das políticas públicas – Poder Executivo – ou as autoridades policiais. No primeiro caso, a abordagem sobrevoa o reino abstrato das intenções institucionais, longe do cotidiano concreto e dolorido da violência. No segundo, flagra-se a cena do crime e do abuso, sem considerar o tamanho da sujeira que as famílias, a sociedade e o Estado vêm jogando para baixo do tapete durante toda a história cultural, social, política e econômica do país. A atuação da mídia na divulgação

de informações prescinde de análises críticas, constantes e adequadas relativas à defesa dos direitos da infância e da adolescência.

Como consequência dessa surdez seletiva, não se ouve quem mais precisa ser ouvido: as crianças, os adolescentes, seus pais e responsáveis e alguns dos principais atores do Sistema de Garantia de Direitos, diretamente responsáveis pela mediação da relação das crianças e dos adolescentes com os demais setores da sociedade, inclusive a própria mídia.

Caso abrisse seus ouvidos a quem não tem dado voz, a mídia poderia perceber seu potencial de transformação social. Mobilizaria a sociedade num debate sobre o despreparo profissional e a ausência de estrutura que emperram a rede institucional de proteção e a impedem de atingir a eficiência necessária para romper as barreiras da invisibilidade, do silêncio e da impunidade. Daria voz e espaço, sem preconceitos e prejulgamentos, às crianças e aos adolescentes e, também, a seus algozes domésticos, eles próprios, muitas vezes, vítimas de violência, e assim ajudaria a lhes devolver o direito de acreditar que é possível respirar de novo e construir outra história de vida, mais justa e pacífica. Poderia ir mais fundo ainda e investigar as raízes culturais da violência familiar.

Crianças e adolescentes não podem continuar a ser tratados como cidadãos de segunda classe, como tem acontecido ao longo da história social da família. Precisam estar em primeiro lugar na lista de prioridades de toda a sociedade – e um jornalismo socialmente responsável é uma poderosa ferramenta para se alcançar a prioridade absoluta para crianças e adolescentes, no Brasil e em qualquer lugar do mundo.

*Publicado originalmente na revista Ciranda: Central de Notícias dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em:< <http://www.ciranda.org.br/2004/artigos.php>>. Acesso em 6 nov. 2006. Editado do original por Alessandra Coelho Evangelista.

- Quando refletimos sobre o Programa Abrigar e falamos em acolher, somos remetidos ao princípio ético, que é o respeito ao outro nas relações sociais. Para respeitar, é necessário reconhecer a presença do outro como igual, em sua humanidade.
- Podemos olhar as relações e as ações em nossa sociedade pela filosofia e pela ética. Falar em ética é falar da vida, mas não de uma vida qualquer, e sim de uma vida boa, de uma vida rica, de uma vida digna.
- Falamos em ética como instrumento valioso para olharmos a realidade e para nos perguntarmos sobre os valores que estão presentes em nossas ações, para que possamos orientá-las na direção dos nossos objetivos.
- A filosofia é uma busca constante e amorosa de um saber cada vez maior. Ela procura unir as capacidades que temos, como seres humanos, para refletir sobre a realidade e atuar sobre ela.
- Ela é também uma atitude crítica diante da realidade, superando opiniões do senso comum. Assumir uma atitude crítica é procurar ver a realidade com clareza, profundidade e abrangência.
- Ver com clareza é perceber que há coisas e situações que podem turvar nosso olhar, como os preconceitos e as ideologias. Vemos a realidade com os óculos da nossa cultura, da nossa classe social, do nosso tempo.
- Ver com profundidade é não se contentar com as aparências, porque elas podem enganar. Não se pode ficar só nas manifestações, é preciso ir buscar as causas.
- Ver com abrangência é olhar a realidade por todos os seus ângulos e de todos os pontos de vista. A realidade vista com abrangência não é "sim ou não"; é "sim e não".
- Para conhecer as pessoas e os fatos de um ângulo diferente é preciso conhecer o ponto de vista dos outros, procurando colocar-se no lugar deles, para termos a possibilidade de ver diferente.
- A ética é um olhar crítico sobre a moralidade. A moral estabelece normas e é prescritiva, enquanto a ética é reflexiva. Na ética, o bem comum é o horizonte norteador.
- O princípio nuclear da ética é o respeito ao outro. E, para respeitar o outro, é preciso que se admita que ele existe, que se reconheça sua existência.
- Na vida cotidiana, costumamos passar pelas pessoas como se elas não existissem. É comum ignorar os sujeitos que não são como nós, que são os outros. São as pessoas que a gente não vê.
- A ética nos ajuda a olhar os outros (que são componentes de nós mesmos) norteados pela construção da realidade e da humanidade que queremos.
- De que vale trabalhar no abrigo, qual o sentido de nossa prática, que valor ela tem, para nós e para a sociedade? O objetivo de qualquer instituição, do ponto de vista ético, é a construção da felicidade, da cidadania e a garantia do direito a ter direitos, a ter espaço para atuar e ser reconhecido com justiça.
- Justiça é igualdade na diferença. Somos diferentes, mas somos iguais em direitos. A desigualdade é algo construído socialmente. Quando olho a realidade por uma perspectiva ética, tenho de me perguntar: "O que eu tenho a ver com isso?" A ética me leva a perceber que estou envolvido nesse contexto, que tenho de me mobilizar no sentido de transformar essa realidade.
- A felicidade não está pronta, a cidadania não está garantida. É preciso que ela se coloque para nós como ideal. O recado da ética é abrir os olhos, arregalar os olhos para ver e, juntos, caminharmos na direção daquilo que Betinho chamou de felicidade.



Um olhar para a história

Myrian Veras Baptista*

Este artigo procura esboçar a história da criança e do adolescente quanto ao seu lugar na sociedade brasileira e quanto ao tratamento que lhes foi dispensado por essa sociedade, particularmente àqueles em situação de vulnerabilidade.

As aproximações a essa história nos mostram realidades complexas e contraditórias, construídas no contexto das diversas conjunturas criadoras e consolidadoras do Estado brasileiro. Essas diferentes realidades, no entanto, evidenciam que as dificuldades vividas por muitas das crianças e dos adolescentes ocorreram, de um lado, por eles pertencerem a espaços e tempos marcados por desigualdades sociais e econômicas e, de outro, por terem sido, ao longo da história, expressão dessas desigualdades e, em algumas conjunturas, objeto de cuidados aparentes que mascaravam a concretização de outros interesses.

"Não será a primeira vez
que o saudável exercício de
'olhar para trás' ajudará a
iluminar os caminhos que
agora percorremos, entendendo
melhor o porquê de certas
escolhas feitas
por nossa sociedade."
Mary del Priori

Nos tempos da Colônia

Há relatos que nos contam como os portugueses formularam um projeto de exploração das novas terras e de aculturação de seus moradores, quando chegaram ao Brasil, no século XVI, e depararam com

as nações indígenas que ocupavam o território. A estratégia incluía a vinda dos jesuítas para catequizar os nativos e facilitar a colonização. Diante da resistência dos índios à cultura européia e à formação cristã, os padres resolveram investir na educação e na catequese das crianças indígenas, consideradas "almas menos duras".

Muitas dessas crianças eram deliberadamente afastadas de suas tribos. Entre 1550 e 1553, foram criadas as Casas de Muchachos – "protoforma dos abrigos e internatos educacionais que perduram até hoje" (Sposati, 2004, p. 1) –, custeadas pela Coroa portuguesa. Essas

*Doutora em Serviço Social. Professora da Pós-Graduação em Serviço Social e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NCA), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e presidente da Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA).

"Foi apenas no século XVIII que surgiram as primeiras instituições de proteção à criança abandonada. Foram implantadas as três primeiras rodas de expostos em terras brasileiras: em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738) e em Recife (1789)"

casas abrigavam os curumins ou "meninos da terra" e se constituíam, em consonância com o projeto colonial português, em "um posto avançado de transmissão e inculcação dos valores do invasor aos invadidos (os gentios) no processo de colonização portuguesa" (Janice Theodora da Silva, apud Sposati, 1988, p. 62). Esses pequenos indígenas formaram um verdadeiro "exército de Jesus", que colaborava na pregação cristã pelas matas e pelos sertões, servindo de intérpretes para os jesuítas. No decorrer dos séculos XVI e XVII, os jesuítas fundaram colégios nas principais vilas e cidades da época: Salvador, Porto Seguro, Vitória, São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Olinda, Recife, São Luís do Maranhão e Belém do Pará (Marcílio, 1998).

As Casas de Muchachos não eram ocupadas apenas por meninos indígenas; também se recebiam órfãos e enjeitados, vindos de Portugal, que aprendiam rapidamente a língua nativa, tornando-se importantes auxiliares no trabalho de conversão (Chamboileyron, 2004). No entanto, segundo Marcílio (1998, p. 130-131), os jesuítas não tinham nenhum interesse na sorte das crianças da Colônia, fossem elas abandonadas, ilegítimas ou escravas, pois "nenhum pequeno exposto foi admitido nos colégios jesuítas".

Marcílio (1998) relata ainda que a prática de abandono dos filhos foi introduzida na América pelos europeus, no período da colonização. A situação de miséria, exploração e marginalização, aliada às dificuldades de apropriação do modelo europeu de família monogâmica e indissolúvel, levou os moradores da terra "a seguirem o exemplo dos descendentes de espanhóis ou de portugueses, de abandonar seus filhos". Nos séculos XVI e XVII, já podiam ser encontradas crianças brancas e mestiças perambulando, esmolando, vivendo entocadas nos matos ao redor das vilas. A infra-estrutura destinada aos cuidados dessas crianças não refletia nenhuma preocupação com elas. Muitas acabavam sendo

assumidas ou agregadas como criadas por famílias da terra: "... a maioria dos bebês que iam sendo largados acabavam por receber a compaixão das famílias que os encontravam. Elas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão-de-obra suplementar, fiel, reconhecida e gratuita" (Marcílio, 2003, p. 55).

Durante o período colonial, a proteção à criança abandonada no Brasil tinha por referência as determinações de Portugal e era prevista nas três Ordenações do Reino: formalmente, era responsabilidade das câmaras municipais encontrar os meios para criar as crianças sem família, sendo obrigadas a lhes destinar um sexto de seus recursos. Função que freqüentemente era exercida a contragosto, com evidências de omissão, relutância, negligência e falta de interesse: limitavam-se a pagar quantias irrisórias a amas-de-leite para amamentar e criar essas crianças ou delegavam serviços especiais de proteção a outras instituições, sobretudo às Santas Casas de Misericórdia.

Foi apenas no século XVIII que surgiram as primeiras instituições de proteção à criança abandonada. Foram implantadas as três primeiras rodas de expostos em terras brasileiras: em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738) e em Recife (1789). Marcílio (2003, p. 55) nos conta que "a quase totalidade desses pequenos expostos nem chegavam à idade adulta. A mortalidade dos expostos, assistidos pela roda, pelas câmaras ou criados em famílias substitutas, sempre foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil – incluindo neles os escravos". É importante assinalar que não era comum, nessa época, as crianças africanas ou descendentes de africanos ficarem expostas: elas tinham um valor de mercado, eram propriedade daqueles que as haviam adquirido ou a seus pais, para serem seus escravos.

No período da monarquia

Depois de proclamada a Independência (1822), as novas conjunturas políticas e econômicas pressionaram a sociedade para que fossem enfrentados os problemas da pobreza e da criança carente. Sedimentava-se a idéia de que o aumento populacional afetava negativamente o desempenho econômico, uma vez que a pobreza tornava-se onerosa ao Estado e propiciava o aumento do número de crianças abandonadas. Essas idéias desencadearam iniciativas, tanto públicas quanto privadas, para enfrentar essas questões, efetivando um processo que gradativamente substituiu a atenção individual pela asilar, por meio da institucionalização maciça, mantendo, em condição de órfãos e abandonados, aqueles que, carentes de apoio familiar, foram assumidos como problemas sociais.

Em 1828, as obrigações das câmaras municipais foram reformuladas com a Lei dos Municípios, que instituía que, onde houvesse santas casas, as câmaras poderiam lhes transferir oficialmente o seu dever de cuidar dos expostos. Foi nesse período que, diante da relutância da municipalidade em prover as necessidades materiais para os cuidados de crianças e adolescentes desprovidos de apoio familiar, as assembleias provinciais acabaram subsidiando as santas casas, para que elas desempenhassem essa função.

Nesse período, por iniciativa da Igreja Católica, foi fundada a primeira Casa de Recolhimento dos Expostos. Essas casas eram instituições complementares à roda que recebiam crianças a partir de 3 anos (antes dessa idade, permaneciam com amas-de-leite mercenárias) até os 7 anos, quando eram procuradas formas de colocá-las em casas de família (Marcílio, 1998). Esse atendimento asilar era organizado mediante a divisão por sexo e, em muitos casos, mediante a situação legal – havia asilos somente para a proteção de órfãos pobres, filhas de casamento

legítimo, e outros para indigentes, filhas naturais de mães pobres ou órfãs desvalidas. Havia ainda divisões determinadas pelo critério racial, ou seja, espaços para “órfãs brancas” e, outros, para “meninas de cor”.

“O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro (...), as práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos femininos, sendo que, no segundo caso, a clausura era imposta com maior rigor” (Rizzini, 2004, p. 24-7). As crianças que viviam nas Casas de Recolhimento dos Expostos não recebiam nenhuma instrução sistemática: faltavam planos e objetivos educacionais

e profissionalizantes a essas instituições. Apenas em 1829 foi implantada uma escola de primeiras letras no Recolhimento da Misericórdia da Bahia (Marcílio, 1998). Em 1855, um novo projeto de políticas públicas resultou na criação de Asylos de Educandos, destinados a ministrar ensino profissionalizante em nove províncias.

A partir de meados do século XIX, profundas mudanças ocorreram na ação das Misericórdias em relação às crianças atendidas: o sistema de amas mercenárias foi abolido, acusado de ser a principal causa do alto índice de mortalidade infantil dos expostos; foi adotado um sistema de escritório para admissão aberta, que permitia conhecer quem estava entregando as crianças; a faixa etária se ampliou, e crianças até 7 anos passaram a ser deixadas nos asilos de expostos, onde, antes, somente eram admitidos bebês (Marcílio, 1998).

Durante esse século, as Casas de Misericórdia foram gradativamente perdendo a autonomia, ficando a serviço do Estado e sob seu controle, já que dele dependiam financeiramente. Foi sobre essa base que se estruturaram as primeiras propostas de políticas públicas voltadas para a criança abandonada.

“Em 1927, por meio do Decreto no 17.943-A, foi constituído o Código de Menores, que se tornou conhecido como Código Mello Mattos, consolidando as leis de assistência e proteção a menores”

"Em 1828, as obrigações das câmaras municipais foram reformuladas com a Lei dos Municípios, que instituía que, onde houvesse santas casas, as câmaras poderiam lhes transferir oficialmente o seu dever de cuidar dos expostos"

Em 1871 e 1888, com as leis do Ventre Livre e Áurea, um grande número de crianças negras e mestiças juntaram-se àquelas provenientes de famílias pobres e aos filhos de prostitutas. A pobreza e a miséria expandiram-se e, conseqüentemente, o abandono acentuou-se (Maricondi, 1997).

Nos primórdios da República

No final do século XIX e início do século XX, as obras filantrópicas dirigidas a crianças se multiplicaram. Foi a partir desse período que os médicos higienistas e os juristas, influenciados pelas novas idéias gestadas pelo Iluminismo europeu, passaram a se preocupar com a questão da criança abandonada e a construir "propostas de reformulação da política assistencial, enfatizando a urgência na reformulação de práticas e comportamentos tradicionais e arcaicos, com uso de técnicas 'científicas'" (Marcilio, 1998, p. 194).

A emergência de novas categorias sociais – em razão da diversificação da economia, do crescimento demográfico, da concentração urbana das populações, do aumento dos índices de pobreza e sua maior visibilidade – punha em evidência, nos primeiros anos do século XX, a criança e o adolescente abandonados, chamados de menores em situação irregular, ou menores infratores, exigindo políticas públicas que respondessem à questão tal como vinha se configurando.

Segundo Santos (2004), as obras filantrópicas destinadas ao atendimento de adolescentes se recusavam a receber meninos ou meninas incriminados judicialmente, apesar de terem algumas vagas disponíveis para menores encaminhados pelo Estado. Diante da enorme demanda, essa posição pressionava o Estado para a criação de instituições públicas de recolhimento. Então, no início do século XX, foram

criadas as instituições de regime prisional, para menores de 21 anos e "pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados", maiores de 9 e menores de 14 anos, que lá deveriam ficar até completarem 21 anos. A "recuperação" desses meninos era baseada na pedagogia do trabalho e no combate ao ócio. A idéia que norteava a criação dessas instituições era a de que "para a correção preventiva de meninos viciosos pelo abandono ou pela má educação familiar, seriam necessárias instituições especiais, 'além das de pura caridade'" (Marcilio, 1998, p. 218).

Por volta de 1920, a questão, que já era estatal, foi transformada em legal. A Lei nº 4.242, de 1921, que trata da despesa geral do país, em seu artigo terceiro, entre outros tópicos, autoriza o governo a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinqüente e determina "a construção de abrigos para o recolhimento provisório dos menores de ambos os sexos, que fossem encontrados abandonados ou que tivessem cometido crime ou contravenção; nomeação de juiz de direito privativo de menores, assim como de funcionários necessários ao respectivo juiz; providências para que os menores que estivessem cumprindo sentença em qualquer estabelecimento, fossem transferidos para a casa de reforma após sua instalação" (Fernandes, 1998, p. 22).

Em 1923, o Decreto nº 16.272 regulamentou a assistência e a proteção de menores. Estabeleceu, em seu artigo primeiro, que "o objeto e fim da lei é o menor, de qualquer sexo, abandonado ou delinqüente, o qual será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção nela instituídas". No artigo 62, afirma que: "subordinado ao Juizado de Menores, haverá um abrigo, destinado a receber provisoriamente os menores abandonados e delinqüentes até que tenham destino definitivo".

Em 1924, atendendo às determinações da Lei nº 4.242/21 – e sob a influência da primeira Declaração dos Direitos da Criança, também chamada de Declaração de Genebra (1923) –, foi criado o Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinqüentes.

Em 1927, por meio do Decreto nº 17.943-A, foi constituído o Código de Menores, que se tornou conhecido como Código Mello Mattos, consolidando as leis de assistência e proteção a menores. O código divide os menores em abandonados e delinqüentes. Trata dos infantes expostos – crianças de até 7 anos encontradas em estado de abandono – e explicita as características que identificam essa situação: as condições de habitação, de subsistência, de negligência, de exploração e de maus-tratos. Além disso, tipifica os menores em vadios (artigo 28), mendigos (artigo 29) e libertinos (artigo 30). No artigo 159, o código determina: "Recebendo o menor, o juiz o fará recolher ao abrigo, mandará submetê-lo a exame médico e pedagógico, e iniciará o processo que na espécie couber".

O Código Mello Mattos determinava ainda que o abrigo de menores seria subordinado ao juiz de menores, responsável não apenas pelo encaminhamento das crianças, mas também pelo provimento dos cargos: o diretor seria subordinado ao juiz de menores e o regimento interno deveria ser aprovado pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores. O governo foi autorizado a confiar a associações civis a direção e a administração de institutos subordinados ao juiz, exceto alguns deles, nomeados no próprio código.

Em tempos de industrialização

O período que vai do final da década de 1920 até os anos de 1940 foi marcado por profunda crise econômica no país e no mundo, cuja maior expressão foi o crack da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. O

Brasil viveu momentos de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e demográficas: a população alcançou 41 milhões de habitantes, a taxa de entrada de imigrantes estrangeiros reduziu-se sensivelmente, substituída pela migração interna e o processo de industrialização acelerou-se e modernizou-se com a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores.

Segundo Colmán (2004), por essa época, o discurso de proteção social ganhou espaço entre os representantes políticos da nova ordem social, estabelecida a partir de 1930 (governo Vargas), e a interpretação dos problemas dos menores passou a ser feita nessa nova ótica. A Constituição de 1937 introduziu o dever do Estado de prover condições à preservação física e moral da infância e da juventude e o direito dos pais miseráveis de solicitar o auxílio do Estado para garantir a subsistência de sua prole.

Em 1948, em São Paulo, concomitantemente a uma pesquisa realizada pelo movimento Economia e Humanismo sobre a situação dos menores institucionalizados, tiveram início as semanas de Estudos dos Problemas de Menores,

com o objetivo de debater a questão e buscar alternativas para enfrentá-la. *Os Anais da Primeira Semana* (1948) denunciam o que acontecia em São Paulo: "... no capítulo da assistência aos menores, ninguém há de espírito bem formado que possa conter um frêmito de indignação. Os menores abandonados, cuja falta foi nascerem em lares desajustados, são realmente abandonados, principalmente quando recolhidos aos abrigos oficiais que se destinam a protegê-los. Neles se transformam em coisas, em quantidades, em seres amorfos que não exigem cuidados e às vezes nem mesmo alimentação. São apenas tolerados. E o são porque de sua presença dependem a instituição e seus agregados (...). A rigidez da disciplina esmaga qualquer veleidade de ação ou iniciativa. Em autômatos se transformam as crianças, deformadas psicologicamente

"No final do século XIX e início do século XX, as obras filantrópicas dirigidas a crianças se multiplicaram"

“Na década de 1980, com o fim da ditadura militar e o fortalecimento da cultura democrática, teve início uma articulação dos movimentos populares em defesa dos direitos de cidadania, do poder local, da participação na administração pública”

para o resto da existência, quando não viciadas, pervertidas, imbuídas de um sentimento falso da vida, como se durante o resto de seus dias carregassem atrás de si o espectro do vigilante ou do diretor, ou a ameaça dos castigos corporais” (apud Fávero, 1999, p. 34).

A conclusão dos participantes era a de que a saída para o problema do menor abandonado ou delinqüente estava em auxiliar e reforçar a família como espaço privilegiado para o seu ajustamento e re-ajustamento. O elevado índice de internações em abrigos e reformatórios era condenado, e era defendida a necessidade de desenvolvimento de programas preventivos que pudessem fornecer às famílias as condições necessárias para que exercessem o seu papel na sociedade a partir dos princípios cristãos (Colmán, 2004).

Como resultado dessas discussões, em 1949, o Juizado de Menores da cidade de São Paulo instituiu o Serviço de Colocação Familiar, com o objetivo de evitar a internação de menores, pelo cumprimento da legislação e por medidas de apoio, suprimindo “a ação do Poder Executivo na implementação de políticas para essa população” (Fávero, 1999, p. 44). Esse serviço, segundo Fávero (1999, p. 76), “tinha por proposta garantir à criança o direito de crescer no interior de uma família considerada estruturada ou, como a prática concretizou posteriormente, permanecer na própria família de origem”. Forjava-se assim uma nova compreensão sobre como deveria ser a política de atenção na área.

O processo de aceleração da industrialização iniciado nos anos 1940, no governo Vargas, com a construção de Volta Redonda, foi ampliado a partir de 1956, no governo Kubitschek, com a internacionalização da produção. Esse processo resultou em expansão da economia e em maior diálogo com o pensamento mundial. Por outro lado, foi também permeado por crises econômicas, aumento da inflação, ampliação das disparidades

regionais e das desigualdades de renda, aceleração do processo migratório, com recrudescimento de focos de tensão e miséria.

Nessa época, no Primeiro Encontro Nacional de Juizes de Menores, realizado em Porto Alegre, foi formulada uma proposta de reforma do Código de Menores de 1927, cujo sentido, segundo Rizzini (1995), pode ser resumido em quatro pontos principais: a criação de uma fundação de âmbito nacional; a instituição de um Conselho Nacional de Menores, para orientar a assistência e proteção; o restabelecimento da subordinação da instância executora ao Juízo de Menores e o estabelecimento de uma polícia especial para lidar com os menores.

As emendas apresentadas a essa proposta refletiam as idéias que vinham sendo debatidas nos fóruns nacionais e internacionais – reforço da família, diante do aumento dramático do abandono e da delinqüência juvenil, por meio de subsídios e programas de colocação familiar, além de legislação sobre adoção (Colmán, 2004). Essas idéias haviam sido estruturadas na Declaração dos Direitos da Criança, promulgada pelas Nações Unidas em 1959, e contribuíram para o aprofundamento do mal-estar reinante em relação às condições subumanas em que se encontrava a maior parte da população infante-juvenil no Brasil.

Durante o governo militar

O ano de 1964 foi marcado por mudanças radicais na conjuntura política. Os militares assumiram o governo do país, e o Estado brasileiro deteve plenamente o papel de interventor e principal responsável pelas medidas referentes à criança e ao adolescente pobre ou infrator. Os militares procuraram capitalizar o descontentamento geral, mostrando-se aptos a dar uma resposta radical: em 1964, foi aprovada a Lei nº 4.513, que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

(Funabem), com o objetivo de formular e implantar uma política nacional nessa área. O problema da criança e do adolescente passou a ser abordado como questão de segurança nacional e, portanto, enfrentado de forma estratégica, por meio de um conjunto de medidas legislativas, administrativas e políticas. O artigo sexto da Política Nacional do Menor assegurava prioridade aos programas de integração do menor na comunidade, por meio de assistência à família e da colocação de menores em lares substitutos. Além disso, incentivava a criação de instituições ou a adaptação daquelas já existentes, de modo que os menores nelas abrigados tivessem vida bastante aproximada da familiar, devendo o internamento restringir-se aos casos em que não existissem instituições desse tipo no lugar ou por determinação judicial.

Em pouco tempo, ficou claro que essas diretrizes não se concretizariam, principalmente em razão da estrutura altamente centralizadora da Funabem e da permanência da priorização da internação como medida de segregação dos menores marginalizados.

Em 1979, foi aprovado um novo Código de Menores (Lei nº 6.697), que, da mesma maneira que o Código Mello Mattos, não era universal no trato das crianças e dos adolescentes brasileiros; era voltado apenas àqueles que se encontravam em "situação irregular", ou seja, àqueles que estivessem "privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde, instrução obrigatória; em perigo moral; privados de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; respondendo por prática de ato infracional".

Esse novo Código acabou com a clássica separação entre abandonados e delinqüentes e ampliou sensivelmente os poderes do juiz de menores, dando-lhe, entre outras atribuições, a de determinar, por meio de portarias, medidas de ordem geral. Oficializava o papel da Funabem e estabelecia que ela, além de atender aos desvalidos, abandonados e infratores, deveria adotar meios para prevenir ou corrigir as causas dos desajustamentos. Determinava a criação, pelo poder público, de

entidades de assistência e de proteção ao menor: centros especializados destinados à recepção, triagem, observação e permanência de menores carentes e infratores. As unidades da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem) ficariam sob a responsabilidade dos governos estaduais, sujeitas à supervisão das políticas gerais estabelecidas pela Funabem.

Muitas das instituições que operavam essas políticas já existiam e funcionavam há muito tempo. Elas foram repassadas para os governos estaduais, que assumiram a incumbência do abrigamento dos menores.

Nessa época, era comum as crianças e os adolescentes serem abrigados em complexos de atendimento, semelhantes aos antigos reformatórios e orfanatos, isolados da malha urbana e distantes da vida em comunidade. Suas estruturas eram montadas de forma a impedir o contato com o mundo externo, mantendo, no seu interior, escolas, quadras esportivas, piscinas, núcleo profissionalizante, além de atendimento médico, odontológico e enfermarias. Seu sistema de funcionamento era baseado na segregação por gênero e por idade, e na massificação: as crianças e os adolescentes eram distribuídos por módulos (com capacidade para abrigar mais ou menos 100 em cada um), de acordo com o sexo e a faixa etária, separando irmãos e parentes. A superlotação era constante, bem como as "saídas não autorizadas" (fugas).

Barbetta (1993, p. 39) aponta, nos anos 1970 – em um processo cujo pano de fundo foi a "abertura regulada", encetada pelo governo militar –, três iniciativas importantes para a reestruturação do pensamento da sociedade brasileira em relação a suas crianças e seus adolescentes:

- o surgimento da Pastoral do Menor, no âmbito das pastorais populares – "talvez a instituição fundamental de todo o movimento social em defesa da criança e do adolescente" – que disseminou a concepção de "sujeito da história", assimilada da Teologia da Libertação;
- a realização, em 1979, do Ano Internacional da Criança, em comemoração aos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos

da Criança (1959), que pré-configura a Doutrina de Proteção Integral – “é nesse contexto que o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) se fortalece e amplia seu campo de ação no Brasil, redirecionando seu trabalho para as comunidades e grupos que começam a despontar como ‘problematizadores da problemática do menor’ e defensores dos direitos”;

- a fundação do Movimento de Defesa do Menor em São Paulo, liderado por Lia Junqueira, “cuja atuação se destaca, nessa primeira etapa, na denúncia de maus-tratos e violência cometidas contra crianças”.

A caminho de um novo tempo

Na década de 1980, com o fim da ditadura militar e o fortalecimento da cultura democrática, teve início uma articulação dos

movimentos populares em defesa dos direitos de cidadania, do poder local, da participação na administração pública. A movimentação de diferentes grupos possibilitou a criação do Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), em que eram discutidas questões relativas à inexistência de políticas públicas de atendimento, à democratização precária das instituições e à necessidade de reverter o quadro de abandono deste segmento da população. Esse fórum, então, organizou-se em torno da necessidade de inclusão, na nova Constituição, de cláusulas que garantissem uma nova legislação para essas crianças e esses adolescentes. As pressões possibilitaram a inclusão de artigos específicos na Constituição Federal de 1988 (artigos 226 a 230).

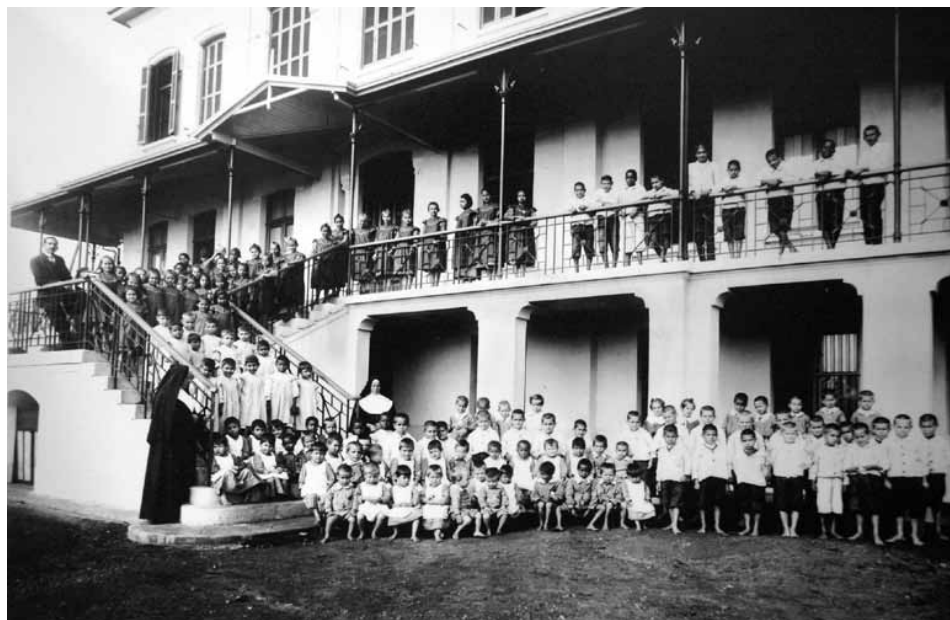
Gestava-se assim o movimento pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.



No século XVIII surgem rodas de expostos, pertencentes às primeiras instituições de proteção à criança abandonada no Brasil. Criada na idade média, a roda permitia o recolhimento da criança sem que a identidade dos pais fosse revelada



Exemplos de Asilos dos Expostos e a grande quantidade de crianças atendidas. As imagens fazem parte do acervo do Museu da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo



Bibliografia

- BAPTISTA, M.V. (Coord.). Crianças e adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.
- _____; BIERRENBACH, M.I. Análise das políticas municipais da criança e do adolescente (2001-2002). São Paulo: Polis, 2004.
- BARBETTA, A. A saga dos menores e educadores na conquista da condição de cidadão: o Movimento Nacional dos Meninos(as) de Rua na década de 80. São Paulo: PUC-SP, 1993. Dissertação de mestrado.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1994.
- ESTATUTO da Criança e do Adolescente. 9. ed. São Paulo: CNBB, 1999.
- CARVALHO, M.C.B.; e GUARÁ, I.M.F.R. Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente. São Paulo: IEE PUC/SP-CBIA, 1995. (Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, n. 4).
- CHAMBOILEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORI, M. História das crianças no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- COLMÁN, S.A. A formação do serviço social no poder judiciário: reflexões sobre o direito, o poder judiciário e a intervenção do serviço social no Tribunal de Justiça de São Paulo – 1948/1988. São Paulo: PUC-SP, 2004. Tese de doutorado.
- CUNHA, A.C. O dia seguinte: a vida além dos muros de adolescentes egressos do Programa Casas de Convivência – Febem/DT2. São Paulo: PUC-SP, 1999. Dissertação de mestrado.
- DEL PRIORI, M. (Org.). História das crianças no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- ENOUT, R.L.J. ECA: a legislação protetiva brasileira e a Convenção da ONU. Reflexões críticas. In: XX Congresso Nacional da Abraminj: a proteção integral e seus operadores. Florianópolis: Abraminj, 2004. Conferência.
- FÁVERO, E.T. Serviço social, práticas judiciárias, poder. São Paulo: Veras, 1999.
- FERNANDES, V.M.M. O adolescente infrator e a liberdade assistida: um fenômeno sociojurídico. Rio de Janeiro: CBCISS, 1998.
- FREITAS, M.C. História social da infância no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOMES DA COSTA, A.C. A política de assistência social: a questão da criança e do adolescente, 1995. Mimeo.
- GUARÁ, I.M.F.R. et al. Trabalhando abrigos. São Paulo/Brasília: IEE PUC-SP/MPAS, 1998.
- GUIRADO, M. A criança e a Febem. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- LUSTOSA, P.H. Descentralização e centralização em um ambiente em globalização. In: Ser Social, n. 4, Revista do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 1999.

MARCÍLIO, M.L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950*. In: FREITAS, M.C. *História social da infância no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARICONDI, M.A. (Coord.). *Falando de abrigo: cinco anos de experiência do projeto Casas de Convivência*. São Paulo: Febem, 1997.

MENDEZ, E.G. *Legislação de "menores" na América Latina: uma doutrina de situação irregular*. *Revista Fórum DCA*, n. 1, Brasília: Fórum DCA/Forja, 1993.

OLIVEIRA, R.C.S. *Crianças e adolescentes (des)acolhidos: a perda da filiação no processo de institucionalização*. São Paulo: PUC-SP, 2001. Dissertação de mestrado.

_____. (Org.). *Por uma política de abrigos na cidade de São Paulo: conhecendo a realidade das instituições, das crianças e dos adolescentes sob a medida de proteção "abrigo"*. São Paulo: AASPJT-SP/NCA-PUC-SP/Fundação Orsa/SAS-PMSP, 2004. Relatório de pesquisa.

ORTIZ, C. (Org.) *Abrigos: instituições abandonadas*. São Paulo: Instituto Avisa Lá, 2003. Mimeo.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-RJ/Loyola, 2004.

_____. (Org.). *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

SANTOS, M.A. *Criança e criminalidade no início do século*. In: DEL PRIORI, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

SPOSATI, A. *Os desafios da municipalização do atendimento à criança e ao adolescente: o convívio entre a Loas e o ECA*. In: *Serviço Social & Sociedade*, n. 46, São Paulo, Cortez, 1994.

_____. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Registros centenários da assistência social paulistana*. São Paulo, 2004. Artigo não-publicado.

TRIBUNAL de Justiça. *Anais da Primeira Semana de Estudos do Problema de Menores*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1952.

- Um olhar para a história das crianças e dos adolescentes no Brasil mostra que muitas de suas vulnerabilidades ocorreram por pertencerem a espaços e tempos marcados por desigualdades sociais e econômicas.
- Em algumas conjunturas, os cuidados que essas crianças e adolescentes recebiam freqüentemente mascaravam interesses de outras pessoas, os quais pouco ou nada tinham que ver com o seu bem-estar.
- No século XVI, os portugueses chegaram ao Brasil tendo por projeto a exploração das terras e a aculturação dos moradores. Com eles vieram também os jesuítas, que criaram as Casas de Muchachos, misto de escola e casa de permanência para curumins e órfãos portugueses. A intenção era a de catequizar os nativos e facilitar a colonização.
- No período colonial, já se encontravam crianças brancas e mestiças esmolando e vivendo entocadas nos matos. A ausência de infraestrutura destinada aos cuidados dessa população refletia o descaso com ela.
- Algumas dessas crianças acabavam sendo agregadas como "criadas" por famílias. Em muitos casos, o intuito era utilizá-las, quando maiores, como mão-de-obra suplementar, fiel, reconhecida e gratuita.
- No século XVIII, surgiram as rodas dos expostos como meio de proteção à criança abandonada. No entanto, muitas crianças assistidas pela roda, pelas câmaras municipais ou criadas em famílias substitutas morriam ainda bebês.
- No século XIX, com as leis do Ventre Livre e Áurea, a pobreza e a miséria expandiram-se, e o abandono, a perambulação de crianças e as pequenas infrações acentuaram-se.
- Essa situação levou à multiplicação das obras filantrópicas, tendo em

- vista que grande número de crianças negras e mestiças juntaram-se às provenientes de famílias pobres e aos filhos de prostitutas – engrossando o grupo que necessitava de auxílio.
- Nos primeiros anos do século XX, foram criadas instituições de regime prisional, voltadas para a correção de meninos considerados da "classe perigosa" ou "voltados para o crime". Essas instituições eram baseadas na pedagogia do trabalho e no combate ao ócio.
 - No ano de 1964, com os militares assumindo o governo do país, o Estado passou a ser o principal responsável pelas medidas referentes à criança e ao adolescente pobre ou infrator, tomados como questão de segurança nacional. Priorizou-se a internação como medida de segregação.
 - Essas internações eram feitas em Complexos de Atendimento, isolados da malha urbana e distantes da vida em comunidade. No interior desses complexos, havia escolas, quadras esportivas, piscinas, núcleo profissionalizante, além de atendimento médico, odontológico e enfermarias.
 - Na década de 1980, com o fim da ditadura militar e o fortalecimento da cultura democrática, houve uma articulação dos movimentos populares para reverter o quadro de abandono de crianças e adolescentes e para incluir na nova Constituição cláusulas que garantissem uma nova legislação para esse segmento da população.
 - Gestava-se assim o movimento pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.



A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil

Rita de Cássia Oliveira*

Finalmente a temática das crianças e dos adolescentes que vivem em abrigos ganha destaque. Durante muito tempo, a vivência em instituições foi considerada resultante de determinadas situações individuais e familiares que mereciam poucos estudos e ações que garantissem os direitos dessas pessoas. Mesmo o número de crianças e adolescentes brasileiros afastados do convívio familiar ainda é desconhecido.

Hoje sabemos que milhares dessas crianças e adolescentes estão em abrigos não apenas por motivos relacionados ao seu histórico familiar, mas também por questões de ordem macroestrutural, que requerem novas providências do poder público e da sociedade civil. Pesquisas recentes, de abrangência local e nacional, contribuíram para traçar um panorama dessa realidade e colocar o abrigamento na pauta das preocupações do poder público e da sociedade civil, possibilitando,

"Nenhum mora em casa.
Nenhum mora na rua. Estão
escondidos em orfanatos
espalhados por todo o país.
Ninguém os conhece porque
não incomodam. Não fazem
rebeliões nem suplicam
esmolas. São personagens
invisíveis de uma história
jamais contada."
Correio Braziliense, 2003

inclusive, a explicitação de suas contradições.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as instituições – antigamente conhecidas como obras, orfanatos, educandários ou colégios internos –, além de passarem a ser denominadas abrigos, viram-se diante de novas diretrizes de funcionamento que rompem com um passado em que crianças e adolescentes eram, legalmente e por tempo bastante prolongado, afastados da vida comunitária e familiar.

Quinze anos após a promulgação do estatuto, ainda coexistem tanto os abrigos propriamente ditos quanto as históricas entidades filantrópicas, além de resquícios das unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) – que atendiam "carentes e abandonados".

Com base na articulação de dados relativos a dois levantamentos sobre abrigos – um de abrangência nacional e outro realizado na cidade de

*Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social do Tribunal de Justiça de São Paulo e coordenadora da pesquisa sobre abrigos, realizada na cidade de São Paulo, em 2003.

“De um lado, cresce, a cada dia, o número de pessoas que se candidatam à adoção e se angustiam por aguardar durante muitos anos a possibilidade de se realizarem como pais; de outro, enquanto o tempo passa, as crianças e os adolescentes (...) crescem e continuam aguardando a chance de conviverem em meio familiar”

São Paulo –, este texto discute as situações de abrigo, visando contribuir para que se efetive a convivência familiar para essas pessoas.

Pesquisas recentes contribuíram para revelar que o abrigo de crianças e adolescentes, antes considerado consequência apenas de seu histórico familiar, também está relacionado a problemas macroestruturais. Assim, colaboraram para compor um quadro dessa realidade, cujas soluções e responsabilidades cabem principalmente ao poder público e à sociedade civil.

Pesquisas: retrato da atual situação

O objetivo das pesquisas era conhecer o perfil das instituições que abrigam crianças e adolescentes, como funcionam e quem são as pessoas que vivem ali, afastadas da convivência familiar.

Realizadas em 2003 e divulgadas a partir de 2004, as duas pesquisas consideraram que o abrigo se configura como um local de moradia de crianças e adolescentes afastados da convivência familiar.

O Levantamento Nacional foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e promovido pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com o apoio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Assistência Social, do Comitê de Reordenamento da Rede Nacional de Abrigos para Infância e Adolescência e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Atingiu 589 instituições em todo o país que recebiam recursos federais da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) do Ministério da Assistência Social, para a manutenção do atendimento a crianças e adolescentes nos programas de abrigos.

A pesquisa da cidade de São Paulo foi feita pelo Núcleo de

Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NCA) do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ-SP), com financiamento da Fundação Orsa e da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo. Foi detectada a existência de 190 abrigos na cidade, dos quais 185 foram visitados. A pesquisa contabilizou 4.847 crianças e adolescentes vivendo nesses espaços.

Conforme revela o Levantamento Nacional da Rede SAC, a Região Sudeste se destaca no panorama nacional de abrigo pelo maior número de instituições (49,1%), sendo São Paulo o estado com maior incidência: dos 589 abrigos que têm convênio federal, cerca de 200 estão situados em São Paulo (34,1% do total), 58 no Rio Grande do Sul (9,8%), 45 no Rio de Janeiro (7,6%) e 41 no Paraná (7%).

Quanto ao tempo de funcionamento, a Pesquisa NCA/AASPTJ constatou que mais de 55% dos abrigos paulistanos iniciaram suas atividades a partir de 1990, ou seja, após a promulgação do ECA. Esses dados coincidem com os 58,6% encontrados no Levantamento Nacional. Em algumas regiões, o levantamento localizou instituições bastante antigas. No município de São Paulo, a Pesquisa NCA/AASPTJ verificou que 2,2% iniciaram suas atividades entre o fim do século XIX e início do século XX, o que indica um cenário no qual coexistem as antigas entidades filantrópicas e os abrigos propriamente ditos.

Dos grandes complexos aos abrigos: atendimento personalizado

A proposta do atendimento personalizado é que se reproduza um cotidiano similar ao de um ambiente residencial, o que não

significa substituir a família ou imitá-la. Para a concretização desse princípio, devem-se considerar, entre muitas questões, a capacidade de abrigamento da unidade, o imóvel em que ela funciona, a possibilidade de um relacionamento contínuo entre abrigados e funcionários e o plano de trabalho, dirigido a cada criança ou adolescente, que, com base no resgate de sua história, procurará encontrar alternativas para a reintegração familiar.

A capacidade dos abrigos, associada à arquitetura do imóvel em que funcionam, é um elemento muito importante para que se propicie o atendimento personalizado. A idéia é que o abrigo funcione em uma casa térrea ou assobradada, com três ou mais quartos e demais dependências – de preferência, sem placa indicativa de que se trata de instituição –, e deve ainda estar situado em bairro com fácil acesso aos recursos da comunidade (escolas, postos de saúde, hospitais, espaços de lazer etc.), para não haver segregação.

O limite de atendimento de crianças e de adolescentes por abrigo não foi determinado pelo ECA, tampouco pelo Conanda. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-SP), em sua Resolução 053/CMDCA/99, estabelece o limite de 20 crianças por abrigo, enquanto o CMDCA-RJ fixa em 25 esse número, considerado razoável para o atendimento personalizado.

Por outro lado, é recorrente a menção de que o modelo das instituições que atendem a dez crianças e/ou adolescentes por unidade residencial, gerida por um pai e/ou mãe social, seja o mais próximo do ideal. Essa questão requer ampla discussão nesse momento de transição e reordenamento, pois não podemos dar uma única resposta para as diversas e heterogêneas necessidades das crianças, dos adolescentes e de suas famílias.

Segundo o Levantamento Nacional, cerca de 57,6% dos abrigos estão dentro do parâmetro estabelecido pelos CMDCA e atendem a até 25 crianças e adolescentes, porcentagem semelhante aos 61% encontrados em São Paulo. Porém, em 4% dos abrigos de algumas regiões do país e em 4,2% dos de São Paulo, a média por abrigo é bastante superior ao recomendado, chegando a mais de 100 crianças e adolescentes acolhidos. Há, portanto, uma pequena parcela de instituições que requer atenção no reordenamento do seu espaço e da sua capacidade.

O Levantamento Nacional apontou que mais da metade (64,2%) dos abrigos pesquisados apresentava número de abrigados inferior ao número de vagas, o que confirma que a redução do número de atendidos é um dos indicativos tomados como referência para o reordenamento. Mas o que significa efetivamente a redução do número de abrigados em relação ao atendimento personalizado se, muitas vezes, eles continuam inseridos em grandes estruturas, espaços que se tornam esvaziados, fantasmagóricos e nada acolhedores? Não se pode desconsiderar que, para algumas instituições que funcionam historicamente em amplos terrenos e edificações e cujo imóvel é próprio, essa é uma transformação difícil de realizar e exige respaldo financeiro e profissional.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, algumas instituições mudaram o regime de atendimento para creche, transferindo parte da população para outros abrigos e desabrigando outra. Isso nos leva a questionar se não seria mais adequada a mudança do tipo de programa de atendimento que realizam, em vez do investimento de esforços artificiais nas instituições que estão fora dos padrões propostos para abrigos. Muitos desses espaços – apesar de estarem em contradição com os princípios do ECA para funcionarem como moradia para crianças e

“Para desenvolver o trabalho de reintegração familiar, é preciso uma mudança de mentalidade que identifique, na rede institucional e nas famílias, as necessidades, as fragilidades, as vulnerabilidades e também as possibilidades ou as capacidades que devem e podem ser desenvolvidas”

adolescentes – poderiam oferecer um bom atendimento como creches ou centros de juventude, o que, inclusive, fortaleceria a rede de programas preventivos ao abrigo.

Certamente, a implementação de uma mudança tão significativa precisa ser discutida e articulada entre todos os membros da rede de atendimento, em especial entre os membros dos próprios abrigos e os responsáveis por sua fiscalização e seu reordenamento, de forma a não

representar mais um prejuízo na vida das crianças e dos adolescentes que vivem nesses locais. Não se pode, de uma hora para outra, fechar abrigos, reduzir sua capacidade e expor sua população a mais uma experiência de abandono. As mudanças necessitam de tempo, planejamento, articulação, compartilhamento de esforços e de responsabilidades.

E, como essas pessoas são os protagonistas desta história, vamos saber mais sobre quem são e por que estão abrigados.

Famílias abandonadas

Motivos do abrigo: comparação entre os dados das duas pesquisas

Levantamento Nacional		Pesquisa NCA/AASPTJ	
abandono	18,9	abandono e/ou negligência	22,3%
pobreza	24,2%	problemas relacionados à saúde, à situação financeira precária, à falta de trabalho e de moradia da população	18,8%
violência doméstica	11,7%	violência doméstica	10,3%
dependência química dos pais ou responsáveis, inclui-se o alcoolismo	11,4%	uso de drogas e álcool por parte dos familiares	9,8%

Os dados revelam que os motivos mais citados para o abrigo estão ligados, direta ou indiretamente, à pobreza: abandono e/ou negligência, problemas relacionados à saúde e às condições sociais, violência física intrafamiliar e dependência química dos pais. Mas é preciso ter clareza de que, embora a pobreza seja uma constante nas histórias das crianças e dos adolescentes que vivem nos abrigos, ela não pode, por si só, justificar ou explicar toda situação de abrigo. No entanto, restringir-nos à idéia de que as crianças e os adolescentes são abrigados por culpa da família também não nos permite avançar

na construção de respostas que, de fato, considerem e supram as necessidades dos principais sujeitos em questão.

Em geral, os motivos parecem estar relacionados à precariedade de políticas públicas que atendam às múltiplas demandas dessa população. Políticas de maior amplitude, direcionadas à habitação, à saúde, à educação e ao trabalho, certamente concorreriam para que grande parte dessas crianças e adolescentes permanecesse com seus familiares. As pesquisas reafirmam o jargão: "Não são crianças abandonadas, mas famílias abandonadas".

Perfil dos abrigados

Em âmbito nacional: a maioria dos abrigados é formada por meninos (58,5%) afro-descendentes (63,6%) entre 7 e 15 anos (61,3%). E, nos abrigos paulistanos, 44% dos meninos e meninas são brancos, 37% pardos e 15% negros. Portanto, a etnia negra predomina (52% do total).

Embora ainda seja recorrente o uso do termo “orfanato” para se referir às instituições que abrigam crianças e adolescentes, na verdade, as pesquisas constataram que a maioria dessa população tem família. Nos abrigos nacionais, vivem cerca de 20 mil crianças e adolescentes; desse conjunto 86,7% tem família, 58,2% mantêm vínculos familiares e apenas 5,8% estão impedidos judicialmente de manter contato com a família.

Os 411 prontuários consultados em São Paulo mostram que 67% dessas crianças têm família e mais da metade (55,6%) está abrigada na companhia de irmãos. A maior parte dos grupos é constituída por dois (57%) ou três irmãos (26%).

A pesquisa de São Paulo mostra que a menor concentração de abrigados está na faixa etária mais procurada para adoção, ou seja, 13% têm de 0 a 3 anos, outros 13%, de 4 a 6 anos, e 74% têm entre 7 e 18 anos. Dos pesquisados, apenas 10% estavam em situação legal definida para serem adotados e, desses, a maioria (84%) tem entre 8 e 19 anos de idade, ou seja, são aqueles para os quais praticamente inexistente a possibilidade de adoção.

Para dar vida a esses números, vamos ilustrá-los com uma situação real de abrigamento, vivenciada por um grupo de seis irmãos, na faixa etária de 2 a 12 anos, da raça negra. Eles estão juntos em um mesmo abrigo, cuja capacidade total é de 13 crianças. O abrigamento foi solicitado pela própria família, diretamente ao Conselho Tutelar, pois a genitora havia se internado para fazer tratamento contra drogas, e os demais familiares, como as tias maternas, enfrentavam dificuldades socioeconômicas para suprir as necessidades dos próprios filhos e, portanto, não tinham condições de assumir a responsabilidade pelos sobrinhos. Quanto aos pais, um foi assassinado, o outro não assumiu a paternidade e o terceiro sumiu há

muitos anos. O grupo de irmãos está no abrigo há dois anos; são apegados entre si, aos familiares que os visitam ocasionalmente e, especialmente, à mãe. Sua grande expectativa é voltar a viver com ela.

Os dados apresentados indicam que, ao contrário do que se passa no imaginário social, os bebês e as crianças brancas com pouca idade são minoria nos abrigos, o que não corresponde ao desejo da maioria dos pretendentes à adoção. Eles preferem adotar uma criança por vez, branca, com até 2 ou no máximo 3 anos.

De um lado cresce, a cada dia, o número de pessoas que se candidatam à adoção e se angustiam por aguardar durante muitos anos a possibilidade de se realizar como pais; de outro, enquanto o tempo passa, as crianças e os adolescentes — cujo retrato é o da população brasileira em situação de miserabilidade — crescem e continuam aguardando a chance de conviver em meio familiar.

Ainda que a morosidade do Poder Judiciário — e o tempo decorrente dos trâmites legais para o encaminhamento da criança abrigada para adoção — seja um dos fatores que acarretam a perda dessa oportunidade, essa não pode ser considerada a principal justificativa para o impedimento da adoção de grande parte dessa população.

A pesquisa de São Paulo constatou que, por ocasião do abrigamento, 17% das crianças tinham até 3 anos; 17%, de 4 a 6 anos; e 37%, de 7 a 16 anos. Ou seja, boa parte delas já chega ao abrigo com idade acima da faixa etária desejada pelos pretendentes à adoção.

Retomemos o exemplo o grupo de irmãos. Durante um ano, a mãe das crianças realizou tratamento para dependência química. No entanto, não apresentou uma melhora que propiciasse o retorno dos filhos, pois mora na casa de uma amiga, local que não os comporta, e não tem condições econômicas de cuidar deles. A mãe continua a visitá-los. O sistema de Justiça e os filhos começam a cobrar dela por nada fazer para tirá-los do abrigo. Enquanto os mais velhos sofrem e explicitam claramente o anseio pela reintegração familiar, os mais novos, abrigados desde tenra idade, estão se tornando mais ligados à instituição do que à mãe.

“Não basta atender ao ECA, é preciso cumprir o espírito da lei, pois tanto a lei quanto a missão institucional devem estar a serviço das crianças, dos adolescentes e das famílias que necessitem de proteção especial, e não o contrário”

Se essa mãe e os demais familiares não receberem apoio sociofamiliar que favoreça a reintegração dessas crianças e permita seu retorno ao lar, a probabilidade é que sejam destituídos do poder familiar. Então os profissionais vão deparar com o seguinte dilema: o grupo todo permanece abrigado até a maioridade, para preservar o vínculo entre irmãos, ou é desmembrado, considerando a chance de os mais novos serem adotados?

E como essas crianças vão vivenciar isso? Será que entenderão que perderam a família porque ela foi considerada “desestruturada”, “negligente” e “incapaz” de prover cuidados e proteção? Bem, possivelmente, quando o mais velho atingir 18 anos, na iminência de sua saída do abrigo, talvez essa família possa ser “resgatada”. Afinal “mal ou bem, é a família que ele tem”.

No caso desse grupo de irmãos, essa é apenas uma hipótese, mas, para muitos que já estiveram ou estão em situação de abrigamento, é a realidade.

A situação (nem tão) provisória do abrigamento

O ECA não define o tempo máximo que uma criança ou adolescente pode permanecer no abrigo, mas é disseminada cada vez mais a noção de que o abrigamento não deve se estender por muito tempo, já que o desenvolvimento da criança no meio familiar deve ser prioridade. As pesquisas, entretanto, revelaram que isso não acontece na maioria dos casos.

O Levantamento Nacional constatou que as crianças e os adolescentes estão nos abrigos durante um período que varia de sete meses a cinco anos (55,2%), e a parcela mais significativa (32,9%) está lá por um período que varia de dois a cinco anos. Em São Paulo, 37,2% estão

há até dois anos no abrigo e 52,9% permanecem no local por um período acima de dois anos e um mês. Além disso, constataram-se adolescentes institucionalizados há 18 anos!

Podemos compreender o descompasso entre a consciência da necessidade do abrigamento pelo menor tempo possível e sua real efetivação, se levarmos em conta que, motivado pelas condições socioeconômicas precárias, o abrigamento se prolonga devido à falta de programas que favoreçam a reintegração familiar.

Assim, ao ocupar o espaço deixado pela insuficiência de programas que atendam a todas as famílias em situação de vulnerabilidade social, o próprio abrigo acaba se tornando uma forma de política pública, sendo, em geral, valorizado pelas famílias por proporcionar os estudos, os cursos, a disciplina, o lazer e o atendimento médico dos quais seus filhos estavam excluídos.

Não se pode, portanto, deixar de reconhecer que o abrigo desempenha uma função social para as famílias pobres. A busca por um colégio interno continua presente no ideário de cuidados das famílias pobres brasileiras. Aliás, é importante lembrar que, historicamente, eram os mais privilegiados que se utilizavam dessa prática na criação e educação dos filhos. Dessa forma, não é correto considerarmos genericamente que essa expectativa da família pobre seja uma maneira de se ver livre da responsabilidade dos deveres.

Além da fragilidade estrutural na oferta de estímulo e da falta de condições que propiciem a reintegração familiar, a entrada de uma família no sistema de Justiça — composto de abrigos, Conselhos Tutelares e Judiciário — freqüentemente dificulta o retorno e prolonga a institucionalização, uma vez que esse retorno é submetido a avaliação.

Regionalização permite a preservação de vínculos e a reintegração familiar

Em contato com diversos abrigos e demais órgãos que fazem parte da rede de abrigamento, notamos a existência de entendimentos contraditórios sobre a necessidade de privilegiar a regionalização do atendimento como um critério no momento do abrigamento.

Algumas instituições entendem que, se o abrigo tem convênio com o poder público estadual, deve receber crianças e adolescentes de todo o estado. Se assim for, outros objetivos estarão sendo considerados e não as necessidades dos sujeitos-alvos desse atendimento.

Mas de onde vem a idéia de que isso deva ser levado em conta no momento do abrigamento se, afinal, tal questão não consta do rol de princípios do artigo 92 do ECA, a serem cumpridos pelas entidades de abrigamento?

Além dos pressupostos da descentralização e da municipalização da prestação de serviços, instituídos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), podemos identificar no ECA alguns indicativos nesse sentido, tanto nos artigos que privilegiam a convivência familiar e comunitária, quanto nos que enfocam a preservação de vínculos familiares. E, embora não seja voltado para a situação de abrigamento, podemos também nos apropriar do artigo 124, inciso VI, que determina que o adolescente que cometeu ato infracional e cumpre medida de internação deve permanecer internado na mesma localidade ou na mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável. Isso é importante para a preservação dos vínculos familiares e comunitários, além de facilitar o desenvolvimento do trabalho de reintegração familiar. Mas conseguir isso é um grande desafio, muitas vezes impossível de enfrentar, seja pela inexistência de abrigo no município, seja pela falta de vagas nos que existem.

"Assim, ao ocupar o espaço deixado pela insuficiência de programas que atendam a todas as famílias em situação de vulnerabilidade social, o próprio abrigo acaba se tornando uma forma de política pública..."

O Levantamento Nacional e a pesquisa na cidade de São Paulo apontaram que a maior parte das crianças e adolescentes estava abrigada em local distante da moradia dos familiares, inclusive em outros municípios ou até em outros estados. A maior concentração dos abrigos paulistanos se encontra nas zonas sul (32%) e leste (29%), onde há maior número de distritos com índices de vulnerabilidade social. Porém, esses distritos estão localizados especialmente na periferia dessas regiões, onde há poucos abrigos. A maior concentração dos equipamentos está no centro delas. Além disso, a pesquisa constatou que grande parte das famílias tem os filhos abrigados em região oposta à de sua moradia, assim como há regiões que, apesar de contarem com um número razoável de equipamentos, acabam tendo de abrigar suas crianças em lugares distantes, justamente porque parte das vagas de sua região é ocupada por crianças cujas famílias residem fora dela.

Se, de imediato, essa prática atende à necessidade da urgência no momento do abrigamento, em médio e longo prazos representa uma dificuldade para a preservação do vínculo com a família, seja pela distância, seja pela falta de dinheiro para o transporte. Esse cenário, acrescido de motivos subjetivos, favorece justamente o contrário do que pretende a lei. Há cada vez maior afastamento entre a criança e a família.

A regionalização do atendimento é uma questão de difícil solução em curto prazo, pois não é possível simplesmente desencadear um processo de transferência em massa de crianças e adolescentes entre os abrigos, conforme as regiões de moradia das famílias. Assim, é necessário que a rede institucional adote esse critério como preferencial para os novos abrigamentos, avalie, caso a caso, uma possível transferência daqueles que já estão abrigados e somente decida em comum acordo com os integrantes da rede. Especialmente, com as crianças e suas famílias.

Para facilitar o contato com a família: problemas e soluções

A viabilização do contato entre o abrigado e a família é direito das crianças e dos adolescentes e esse contato deve ser favorecido e estimulado não só pelo abrigo, como também por aqueles que intermediaram o abrigamento (em geral, as Varas da Infância e da Juventude e os Conselhos Tutelares).

O estímulo e a facilitação das visitas é a forma imediata de atender ao princípio de preservação dos vínculos familiares após o abrigamento.

Mas isso é possível com visitas mensais ou quinzenais?

Das crianças e dos adolescentes abrigados em São Paulo que têm família, 66% recebem visitas. Em 48,5% dos abrigos paulistanos, os familiares podem fazer visitas semanais; 17,5% mantêm visitas quinzenais; e 8,2%, mensais.

Parece razoável que as visitas ocorram semanalmente, com dia e horário marcado, como já acontece em grande parte das instituições. Entretanto, como o objetivo principal do abrigo deve ser a reintegração familiar, é desejável que exista flexibilidade diante das necessidades das famílias e das crianças. Causa preocupação o fato de que grande parte dos abrigos paulistanos permite a visita somente após a autorização judicial. É comum os familiares ficarem circulando entre o Conselho Tutelar, a Vara da Infância e os abrigos, sem conseguirem estabelecer contato com os filhos. Muitos nem sequer são informados sobre o endereço do abrigo para o qual os parentes foram encaminhados.

O grupo de abrigos paulistanos que não exige autorização judicial para as visitas deu as seguintes justificativas para esse procedimento:

- "porque entende que o ECA preconiza a visita de familiares";
- "só faz exceção aos casos mais delicados";
- "não havendo ordem judicial proibindo, permite as visitas com posterior comunicação ao juiz";
- "porque família é família, tem de visitar!".

As justificativas do grupo que exige a autorização foram:

- "por motivo de segurança";
- "para garantir a não-existência de alguma restrição";
- "para não ter conflitos com o Judiciário";
- "para não cometer erros e deixar (visitas de) mães que estão proibidas";
- "entende que a família perdeu a tutela";
- "por ser essa uma decisão unilateral do juiz";
- "quando percebe que o contato familiar é prejudicial à criança".

Algumas dessas justificativas sugerem bom senso, outras parecem denotar a falta de clareza do papel do abrigo na reintegração e na preservação dos vínculos familiares e, por fim, algumas demonstram dificuldade de estabelecer uma relação de parceria entre o Poder Judiciário, o Conselho Tutelar e os abrigos, em que o receio e a insegurança parecem prevalecer sobre os direitos das crianças.

Como a preservação do vínculo familiar é um princípio estabelecido pelo ECA, em tese, as crianças ou adolescentes que não podem receber visitas familiares (casos de maus-tratos, destituição do poder familiar etc.) é que devem ter comunicação judicial (proibição de visitas).

É preciso também lembrar que a família, ao ter os filhos abrigados, não está suspensa ou destituída do poder familiar, ainda que o abrigamento possa levar a isso.

Questões como essa requerem ampla discussão que envolva os planos legal, social, psicológico e pedagógico, entre outros, para que os operadores desse sistema possam estar mais respaldados em suas ações.

Trabalho com as famílias dos abrigados: de quem é a responsabilidade?

Cada vez mais os abrigos são cobrados para que desenvolvam o trabalho com a família de origem, visando à reintegração familiar.

Embora seja necessário ampliar o entendimento de que os abrigos têm papel importante na reintegração familiar – apesar das inúmeras responsabilidades e dificuldades para suprir as necessidades cotidianas daqueles que acolhem –, é preciso compreender também o significado social do abrigo na realidade brasileira e seus limites.

Com base na constatação dos motivos que levam ao abrigamento, pode-se dizer que a violação de direitos básicos, em geral por parte do poder público, destaca-se como gerador da inclusão das crianças, adolescentes e famílias pobres no sistema de Justiça. O abrigo é, na verdade, o espaço no qual são canalizadas as situações resultantes das faltas e das omissões originadas por muitos. Entretanto, oscilamos em responsabilizar um pólo ou outro desse sistema – o Judiciário, o Executivo, os abrigos, o Ministério público e, especialmente, as próprias famílias – pela situação provisória do abrigamento.

Com isso, deixa-se de construir estratégias de acordo com a realidade da rede de atendimento local, as quais pressupõem compartilhar a missão da saída da criança e da reintegração familiar. Essa é uma tarefa muito complexa, que se torna impossível se atribuída isoladamente a um ou outro membro da rede interinstitucional. Nesse sentido, é importante ampliar a compreensão do princípio da provisoriedade e da preservação dos vínculos familiares como pressupostos não apenas para a entidade que desenvolve o programa de abrigo, mas para todos que interagem com as crianças e os adolescentes sob essa medida de proteção. Essa é a diretriz a ser compartilhada por todos, resguardadas as particularidades das atribuições e os limites institucionais de cada um.

Para desenvolver o trabalho de reintegração familiar, é preciso uma mudança de mentalidade que identifique, na rede institucional

e nas famílias, as necessidades, as fragilidades, as vulnerabilidades e também as possibilidades ou as capacidades que devem e podem ser desenvolvidas.

Identidade dos abrigos deve se pautar no ECA

Ao mesmo tempo em que tem sido incrementado o abrigamento como resposta da sociedade brasileira para atender à infância e à juventude em situação vulnerável, de risco social e/ou pessoal, cada vez mais se fecha o cerco para que a criança e/ou o adolescente permaneçam abrigados pelo tempo mais curto possível, embora não sejam fomentadas e efetivadas alternativas preventivas ou que viabilizem sua saída.

Nesse cenário de contradições está posta a necessidade da (re) construção da identidade dessas instituições: que estejam voltadas não para sua gênese nem para o atendimento das normas de seu estatuto, e sim para o atendimento dos princípios do estatuto maior, o ECA.

Há uma reconstrução de mentalidade a ser concretizada ao enfrentar essa realidade, e isso passa, necessariamente, pela efetivação de mais investimentos na capacitação e formação profissional em todos os níveis.

A frase: "Criança à disposição da Justiça", que ainda encontramos em determinadas fichas, por vezes constante também nos autos de processos judiciais de abrigamento, ironicamente sinaliza desafios ainda mais amplos. Não basta atender ao ECA; é preciso cumprir o espírito da lei, pois tanto a lei quanto a missão institucional devem estar a serviço das crianças, dos adolescentes e das famílias que necessitem de proteção especial, e não o contrário. Isso vale não só para os abrigos, mas também para o Judiciário e o Executivo; o Ministério público, os Conselhos de Direitos, os Conselhos Tutelares, entre outros.

Bibliografia

- CONSELHO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CMDCA-RJ). Política de abrigo para crianças e adolescentes do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- CONSELHO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (CMDCA-SP). Resoluções 04/94, 40/98, 53/99. São Paulo, FÁVERO, E.T. Serviço social, práticas judiciárias, poder – a trajetória do serviço social no juizado de menores de São Paulo de 1948 a 1958. São Paulo: Veras, 1999.
- GUARÁ, I.M.F.R. Necessidades e direitos da criança e adolescente. In: Cadernos do NCA. São Paulo: PUC-SP, 1995.
- INSTITUTO DE PESQUISA Econômica Aplicada (Ipea). Diretoria de Políticas Sociais (Disoc). Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC). Brasília, 2003.
- MARCÍLIO, M.L. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARICONDI, M.A. Falando de abrigo: cinco anos de experiência do projeto casas de convivência. São Paulo: Febem, 1997.
- _____. O atendimento em abrigo na Febem-SP hoje. In: MELO Jr., S. (Org.). Infância e cidadania I. São Paulo: Scrimium, 1998.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO Social e Combate à Fome da Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar. Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (versão preliminar). Brasília, DF, julho de 2005.
- OLIVEIRA, R.C.S. Crianças e adolescentes (des)acolhidos: a perda da filiação no processo de institucionalização. São Paulo: PUC-SP, 2001. Dissertação de mestrado.
- _____; GUEIROS, D. Direito à convivência familiar. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 81. São Paulo: Cortez, 2005.
- PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Orgs.). A arte de governar crianças – a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: AMAIS, 1995.
- RIZZINI, I. O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: AMAIS, 1997.
- _____. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro/ São Paulo: PUC-RJ/ Loyola, 2004.
- SILVA, R. Os filhos do governo. A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1996.
- VERAS BAPTISTA, M. Crianças e adolescentes em situação de risco na cidade de São Paulo. Observatório dos direitos do cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 1. São Paulo: Polis/PUC-SP, 2001.

Educação na guerra

Lições do polonês Janusz Korczak, diretor por mais de 30 anos do orfanato Lar das Crianças.

Em meio à Segunda Grande Guerra, a pobreza era a principal causa das dificuldades de convivência entre os moradores do orfanato Lar das Crianças. Seu diretor, Janusz Korczak, propôs então três instrumentos que permitiam às próprias crianças, em conjunto com a equipe de trabalho, administrar o local: o jornal *O Semanário*, o *Parlamento* e o *Tribunal*. Todos os assuntos eram divulgados, debatidos e julgados por seus membros, permitindo, na prática, a compreensão de conceitos como justiça, respeito ao grupo, responsabilidade e normas coletivas.

Por meio de *O Semanário*, principal meio de divulgação do que acontecia na instituição, era possível saber quem ia ao cinema, trocar objetos e até divulgar listas de queixas, rezas e arrependimentos. De acordo com Korczak, a transparência possibilitava a democracia, que só aconteceria quando todos tivessem acesso à informação.

O Parlamento era eleito mediante um plebiscito, e o peso dos votos era igual para todos os componentes. Nele, discutiam-se as normas para horários de chegada e saída, atrasos, férias e até opiniões sobre outros colegas.

No Tribunal, todos poderiam ser julgados e as penas eram aplicadas por meio de apostas: se alguém mentia muito, a aposta era de que ele deveria conseguir mentir só três vezes naquela semana. Alguns faziam caretas, outros dormiam demais... Mais do que punições, eram incentivados o perdão e a reparação do erro. O próprio Korczak poderia ser alvo desses julgamentos, coerente com o pensamento de que uma liderança que não se exponha passa a ser autoritária. Como as punições eram decididas em conjunto e diante de situações concretas, mantinham seu valor



Janusz Korczak era pediatra, escritor e educador polonês. Autor de aproximadamente mil publicações, dirigiu, durante muitos anos, um orfanato em Varsóvia (Polônia). Quando os judeus foram transferidos do gueto, suas duzentas crianças foram enviadas, pelos partidários de Hitler, às câmaras de gás. Korczak se recusou a abandoná-las e morreu, em 10 de agosto de 1942, no campo de concentração de Treblinka

educativo, ao permitir que a criança tomasse consciência da falta e assumisse as conseqüências dos próprios atos. Dar ordens às crianças é bem menos eficaz do que criar, à sua volta, um ambiente de confiança em que elas possam aprender a partir das próprias experiências.

Fontes

Filosofia e afins. Disponível em: <www.basilides.blogspot.com.br/2004_10_01_archive.html>. Acesso em: 9 out. 2006.
 RAJCZUK, L. Uma homenagem a Janusz Korczak (2005). Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/1998/jusp454/manchet/rep_res/rep_int/cultura2.html>. Acesso em: 9 out. 2006.
 GADOTTI, M. Janusz Korczak, precursor dos direitos da criança (1998). Disponível em: <www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Filosofia_da_Educao/Janusz_Korczak_1998.pdf>. Acesso em: 9 out. 2006.

PARA SABER MAIS

KORCZAK, J. *Como amar uma criança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
 _____. *Quando eu voltar a ser criança*. São Paulo: Summus, 1981.
 _____. *ROCHTLITZ, J. Diário do gueto*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
 _____. *DALLARI, D. Direito da criança ao respeito*. São Paulo: Summus, 1986.

Filmes

Insurreição. Direção de Jon Avnet. NBC/Warner Bros, 2001.
As 200 crianças do dr. Korczak. Direção de Andrzej Wajda. Polônia, 1999. (Também encontrado sob o título de *Korczak*).
 Texto editado a partir das fontes por Alessandra Coelho Evangelista.

A vida como ela é

Profissionais de abrigo do ciclo I do Programa Abrigar, em Campinas e São Paulo (SP), relatam dificuldades e satisfações do cotidiano*.

"A formação nos ajuda a ter uma visão mais ampla, vemos a rede de abrigos inteira, vemos a direção, a linha de atuação, e isso facilita o trabalho. Podemos discutir as dificuldades do abrigo de modo mais tranquilo e sensível. No grupo, nos sentimos fortalecidos, e as reflexões nos fazem enxergar os acertos e os erros."

"Estamos conseguindo mudar muitas coisas no cotidiano do abrigo. Eu até deixei um menino subir na árvore. Pode parecer simples, mas para ele foi muito importante. Hoje, consigo perceber pequenas preocupações das crianças, que, antes, eu não considerava com o devido cuidado. Por exemplo: outro dia tivemos de dar a notícia do falecimento de uma mãe e fizemos isso considerando a dor da criança, dor que ela não soube demonstrar. O assunto provocou o interesse dos outros pela família, a maioria fez perguntas e foi um momento rico para uma conversa com o grupo."

"Para proporcionar o desenvolvimento das crianças e sua felicidade, temos de mudar; temos de assumir alguns riscos, abrir os olhos para a realidade. Na verdade, temos medo de assumir riscos para não nos envolvermos em processos judiciais. Mas, para mudar, temos de ter compromisso e coragem, porque nossas ações provocam reações e a crítica é difícil de aceitar. As pessoas não querem se envolver e, para ouvir a verdade, é preciso estar aberto à crítica do outro. No fundo, o que precisamos é aprender a nos respeitar."

"No cotidiano, há muitas dificuldades, pois temos de inserir as crianças na rotina, relembrar as regras de acordar na hora, escovar os dentes, participar da organização, administrar o tempo, o espaço e os limites. Aí ficamos tão preocupados em dar conta do trabalho que não temos tempo de escutar e ensinar de um jeito agradável."

"Quando a criança chega, notamos que ela não quer ir à escola, ela percebe que lá não é fácil aprender. Entender suas limitações pessoais é uma dificuldade. E temos de desenvolver mais afetividade entre eles, pois alguns chamam os outros pelo apelido, humilham, xingam as mães, e eles ficam muito bravos. Por isso, é um desafio desenvolver um ambiente de amizade."

"Durante o ciclo de formação, as idéias novas que os colegas das outras instituições trazem a cada encontro fazem com que nosso compromisso com o trabalho e com as famílias se renove. Cresce o desejo de continuar, de ir em frente, num trabalho difícil mas ao mesmo tempo gratificante. Quantas vezes pensamos em deixar a luta, desistir, mas, quando subimos o morro numa visita domiciliar e olhamos para aquela família, percebemos que o pouco que lhes damos é muito, e que a luta deve continuar."

*Depoimentos de profissionais de abrigo durante os encontros de formação de 2004. Os textos originais foram editados por Isa Guará.

- Durante anos, a vivência em instituições foi considerada resultante de situações individuais e familiares, merecendo poucos estudos e ações voltados à garantia de direitos desse público. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram propostas novas diretrizes de funcionamento para essas instituições, que rompem com um passado de longos períodos de afastamento da convivência familiar e comunitária.
- Entre as novas propostas, encontra-se o atendimento personalizado. Nele, reproduz-se um cotidiano similar ao de um ambiente residencial, o que não significa substituir a família ou imitá-la.
- Muitas vezes, os abrigos funcionam em grandes estruturas. Embora próprios, esses imóveis apresentam espaços esvaziados e não acolhedores e a maioria não recebe quantia suficiente para arcar com os custos de mudança para um lugar mais adequado.
- Quanto aos motivos mais citados para o abrigamento, nas pesquisas realizadas em âmbito nacional e em São Paulo, eles estão ligados, direta ou indiretamente, à pobreza: abandono e/ou negligência, saúde e condições sociais, violência física intrafamiliar e dependência química dos pais. No entanto, a pobreza não pode justificar ou explicar toda situação de abrigamento. A idéia de que as crianças e os adolescentes são abrigados por culpa da família também não nos permite construir respostas que considerem e supram suas necessidades.
- Quanto ao perfil dos atendidos, em âmbito nacional, a maioria é afro-descendente, tem família e mais da metade está abrigada na companhia de irmãos. A pesquisa de São Paulo mostra que a menor concentração de abrigados está na faixa etária mais procurada para adoção, ou seja, apenas 13% têm de 0 a 3 anos, e 74% têm entre 7 e 18 anos. Os dados indicam que essas crianças e esses adolescentes

- não correspondem ao ideal da maioria dos pretendentes à adoção, que preferem adotar uma criança por vez, branca, de até 2 ou 3 anos no máximo.
- O tempo de permanência da criança na instituição, a proximidade do abrigo de sua residência anterior, as visitas de familiares e o desenvolvimento de trabalhos específicos entre as crianças e as famílias são fatores fundamentais à reintegração familiar, objetivo principal do acolhimento da criança.
- Sobre o tempo de permanência, entende-se que não deva ser extenso para que se priorize o desenvolvimento da criança no meio familiar.
- O abrigamento próximo à moradia de familiares e da comunidade de origem é dificultado, muitas vezes, pela inexistência de abrigo no município ou pela falta de vagas nos que existem.
- Quanto às visitas, algumas famílias têm dificuldade em ver os filhos, por motivos próprios ou por impedimento dos abrigos. Estes últimos, quer "por motivo de segurança" ou por entenderem "que a família perdeu a tutela", mostram simultaneamente bom senso e falta de clareza de seu papel na reintegração. Outros demonstram a dificuldade em estabelecer parceria entre o Poder Judiciário e o Conselho Tutelar. Vale lembrar que a família que tem seus filhos abrigados não está suspensa ou destituída do poder familiar.
- O abrigamento tem sido incrementado como resposta da sociedade para atender às crianças e aos adolescentes vulneráveis, ao mesmo tempo em que se espera que fiquem o mínimo possível no abrigo, sem efetivar alternativas preventivas ou que viabilizem sua saída. A reconstrução da mentalidade para enfrentar essa realidade passa pela efetivação de novos investimentos na capacitação e formação profissional em todos os níveis.



A fala dos abrigos

Maria Lucia Carr Ribeiro Gulassa*

O presente trabalho é fruto de um processo de formação de profissionais de abrigos, realizado na cidade de São Paulo em 2003 e 2004.¹

A metodologia escolhida foi a de sistematização. Com base na explicitação da prática e da experiência, produziu-se conhecimento, que foi registrado e organizado. As falas dos profissionais – construídas e elaboradas no grupo – revelaram a complexidade presente na instituição “abrigo”, cuja principal tarefa é incluir e possibilitar o pertencimento, mas que acaba por se perceber como lugar de exclusão e abandono, repetindo assim a característica da população a que atende. Como diz Bleger: “A instituição repete o problema que pretende curar”.

No entanto, as mesmas falas sinalizaram a possibilidade de mudança, que acontece quando os profissionais, tomando consciência de si e do processo vivido, redirecionam a ação, buscam sua força transformadora,

“O abrigo é um bem social.
Somos utópicos e
sonhadores.”
Participantes
do Programa Abrigar

fortalecem o papel educacional e social e constroem uma rede de apoio mútuo. Essa conquista de protagonismo é a mesma que se deseja para a população atendida.

A metodologia

A metodologia de sistematização é muito próxima à pesquisa-ação ou pesquisa participante. Ela vem sendo utilizada em diversos países da América Latina, em projetos que buscam valorizar as experiências e vivências das pessoas e dos grupos, garantindo o respeito às histórias, à construção cultural e ao protagonismo dos profissionais.

Problematizando a realidade, é lançada uma série de provocações aos participantes. Eles são convidados a enfrentar questões fundamentais para a instituição:

- O que fazemos?

*Pedagoga, supervisora em abrigos e creches, coordenadora de formação do Programa Abrigar.

¹ Participaram do processo de formação até 2005, 47 abrigos de 16 municípios de São Paulo, incluindo a capital e as regiões de Campinas e Mogi das Cruzes.

- Por que fazemos?
- O que realmente acontece?
- O que pensamos sobre tudo isso?
- O que funciona e o que não funciona?
- Para onde estamos indo?

Essas reflexões trazem à tona não só as vivências e práticas, mas também conhecimentos, ideologias, mitos, emoções e as principais contradições pulsantes na instituição. Tal conteúdo é elaborado, registrado e discutido com outros profissionais especialistas para ser transformado, reconduzido e disseminado.

Em vez de se preocupar com a explicação dos fenômenos sociais e educacionais, essa metodologia favorece a construção de conhecimento e de consciência crítica do processo de transformação pelo grupo. O objetivo é que ele possa viver de forma cada vez mais lúcida e autônoma o papel de protagonista e ator social.

Para tanto, é primordial o respeito à trajetória e ao jeito de ser de cada um, fortalecendo a autoria e a criatividade, saindo do estereótipo de que "uns sabem tudo e outros não sabem nada", de que "uns têm permissão para ser e outros não". A metodologia exercita a inclusão dos participantes entre si e com sua população-alvo.

Indicadores utilizados no processo de formação

Durante o processo de formação, emergiram indicadores para construir categorias de análise tanto do processo de formação quanto das falas. Esses mesmos indicadores foram escolhidos para reler e reconstruir o projeto político-pedagógico do abrigo, pois traduzem valores fundamentais para o cotidiano de ação dos profissionais.

1. A consciência de si

A sociedade não é constituída simplesmente pela massa de indivíduos que a compõe, pelo solo que ocupa, pelas coisas de que se serve, pelo movimento que realiza, mas antes de tudo pela idéia que ela faz de si mesma.

Durkheim

As reflexões realizadas pelos profissionais foram, sobretudo, um exercício de tomada de consciência de si. O próprio abrigo tem como uma das principais funções promover entre a sua população o conhecimento de si e a reconstrução de seu projeto de vida, funcionando como um espelho na construção de identidades.

2. Valor das contradições na descoberta de novos caminhos

Os afetos, as emoções, as ideologias, os mitos, as relações de poder estão presentes nos grupos, provocando nas suas produções a construção de um tecido cuja padronagem mostra desenhos onde os nós são tão responsáveis pelo produto final quanto seus buracos.

Mônica Haidee Galeano

Mergulhar nas dificuldades e contradições da instituição, assim como perceber e se apropriar das suas conquistas e possibilidades, permite descobrir novos caminhos de atuação.

3. A rede de significações atribui papéis e constrói identidades

As pessoas, os grupos, as instituições estão imersos em uma malha complexa de interações, estabelecidas em contextos sociais específicos e culturalmente organizados, dentro de processos dialéticos, contraditórios, complexos. Destes processos emergem significados que conduzem as possibilidades de desenvolvimento atribuindo papéis ou posições, ou seja, o lugar de cada um nesta rede de relações. Neste processo cada um se constitui e se define pelo outro e se constituem as identidades.

Rosseti

A identidade do abrigo não se define sozinha; é definida por uma complexa rede de significações dadas pelo entorno, pela história da instituição, pelas concepções e ideologias presentes. Só o movimento na direção de entender esses significados possibilita a mudança de cultura e a reconstrução da identidade da instituição.

QUE É O ABRIGO?

1. Para a lei

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o abrigo é uma medida de proteção integral e especial, provisória e excepcional, para crianças em situação de risco social e pessoal. A entrada da criança no abrigo implica a abertura de um processo judicial, o afastamento (provisório ou não) da convivência familiar e a passagem da guarda provisória dela para o dirigente do abrigo.

O ECA também preconiza princípios para os abrigos.

- Preservação dos vínculos familiares.
- Integração em família substituta quando esgotados os recursos de investimento na família de origem.
- Atendimento personalizado e em pequenos grupos.
- Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação.
- Não-desmembramento do grupo de irmãos.
- Evitar transferência para outras entidades.
- Participação na vida da comunidade local.
- Preparação gradativa para o desligamento.
- Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Apesar das definições e dos princípios ditados por lei, é necessário buscar constantemente a concretização da função, do papel e da identidade dessa instituição. A lei vem pouco a pouco sendo conhecida e se impondo, mas a história, a tradição, os paradigmas culturais, os valores arraigados e a complexidade da situação social são realmente os elementos que conduzem as práticas do abrigo.

2. Para as famílias dos abrigados

Para as famílias, o abrigo cumpre uma grande função de ajuda, substituindo-as nos cuidados e na educação dos filhos, enquanto lutam pela sobrevivência. As famílias procuram apoio no abrigo, sem perceber a

ausência de políticas públicas. Tampouco percebem que estão delegando ao Estado o poder de guarda dos seus filhos.

Acreditam que o abrigo é a grande sorte, a chance de dar aos filhos aquilo de que elas se sentem incapazes: educação, saúde, alimentação adequada, segurança. Crêem que a criança sairá do abrigo preparada para ajudá-las. Tendo muitos filhos, aquele que foi para o abrigo (ou colégio interno) é visto como o que teve a melhor oportunidade, pois estará "mais estudado, mais educado, mais bem cuidado".

Em contrapartida, o abrigo muitas vezes se coloca em posição superior à família, reforçando nela esse sentimento de incapacidade. A família pobre acaba sendo considerada incompetente para criar seus filhos. Ela também acredita nisso, sem perceber que são determinantes as oportunidades dadas pela estrutura político-social. Assim, a família delega ao abrigo sua função parental, por achá-lo mais competente.

3. Para a comunidade

A comunidade sente-se aliviada por alguém (no caso, o abrigo) assumir a pobreza. Sente que tem alguém para fazer aquilo que ela não pode, não sabe ou não quer fazer.

Por outro lado, não deseja o abrigo como vizinho. O sentimento de quem convive com o abrigo é contraditório: ele causa pena e raiva. Além do mais, há o temor da desvalorização da propriedade em que mora.

Por outro lado, a comunidade quer participar e supervisionar o trabalho do abrigo e sente-se responsável por cuidar das crianças. Na verdade, são muitos os supervisores do abrigo: desde a comunidade do entorno até os órgãos públicos fiscalizadores, como secretarias municipal e estadual, Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselho de Direitos. Não há nenhuma integração entre esses órgãos, e todos se sentem superiores ao abrigo no saber e no direito de dizer como educar as crianças.

A forma de fiscalização vigente não se propõe ao diálogo, não

"... o abrigo muitas vezes se coloca em posição superior à família, reforçando nela esse sentimento de incapacidade. A família pobre acaba sendo considerada incompetente para criar seus filhos. Ela também acredita nisso, sem perceber que são determinantes as oportunidades dadas pela estrutura político-social. Assim, a família delega ao abrigo sua função parental, por achá-lo mais competente"

considera a realidade institucional e a complexidade da situação. Nesse contexto, não há apoio; existe invasão, o que traz constrangimento aos educadores, prejudicando o trabalho. Os educadores revelam a necessidade de um espaço de intimidade com as crianças, para que possam lidar com maior confiança e sem embaraço com as birras, raivas, carências e agressões próprias das crianças feridas.

4. Para os profissionais dos abrigos

Durante todo o processo de formação, a principal questão debatida pelos profissionais referiu-se à função e ao papel do abrigo. Nesse processo de reconstrução de identidade da instituição, os profissionais estão o tempo todo reconstruindo concepções e ações educacionais e psicopedagógicas.

Para definir o abrigo, foi mais fácil dizer o que ele não era. Talvez porque a identidade do abrigo esteja se constituindo pela sua própria negação. Sendo uma instituição em busca de identidade, é comum identificá-lo com instituições conhecidas ou diferenciá-lo dessas instituições, cuja tarefa já está clara.

Assim, para os educadores, o abrigo não é:

- escola ou colégio interno;
- hospital;
- igreja;
- família.

Também não é:

- almoxarifado;
- "depósito de excluídos";
- "entulho social";
- "lixão";

- "lugar de pedinte, sobras ou esmolos";
- reality show.

Mas, então, o que é o abrigo? O abrigo é tempo e espaço de:

- proteção, acolhimento, resgate de vínculos ;
- preservação da essência do ser na sua diferença;
- respeito às histórias, às crenças, aos gostos;
- referência, reconstrução da história;
- protagonismo, atuação, autonomia;
- busca do próprio potencial, de realização, de conhecimento de si e das próprias qualidades;
- recuperação do desejo de conquista e da capacidade de sonhar;
- desenvolvimento de apoio mútuo, confiança;
- reconstrução do projeto de vida da criança e da família.

MOVIMENTOS DE MUDANÇA

A tomada de consciência pelos profissionais da cultura existente e da cultura desejada se mostra essencial no processo de reconstrução do papel e da identidade do abrigo. Torna-se essencial o conhecimento de si e a busca da própria força para conquistar autonomia e reconstruir a própria história.

1. De "mal necessário" a "bem social"

"O abrigo é um mal necessário." Essa é uma fala constante dos profissionais do abrigo e de muitas instituições parceiras. Traz uma mensagem complexa e contraditória de que o abrigo é necessário e por isso é bom, mas ao mesmo tempo é ruim porque não deveria existir. É, portanto, bom e ruim ao mesmo tempo. É, mas não é para ser.

Tal ambigüidade gera uma não-legitimidade para ser, o que acaba

funcionando como um boicote à própria existência, levando o abrigo a assumir sua função – extremamente complexa – de forma esvaziada.

Dessa desvalorização surge o abandono. Ninguém quer investir numa instituição que não é para ser. Assim, o abrigo é colocado no mesmo lugar de sua população-alvo. E passa a ser tão abandonado quanto ela.

A consciência da situação em que se encontra permitirá ao abrigo sair do papel de abandono e investir na sua complexa função. Irá, assim, diferenciar-se do problema a que atende e desenvolver um projeto de intervenção e apoio à sua população-alvo. O abrigo está em busca de um lugar legítimo nas redes de significações sociais.

2. Romper a solidão

Com quem dialogar? Com quem refletir? Com quem aprender? Por que um problema tão sério tem tão pouco lugar nas discussões acadêmicas? Se o abrigo não é para ser, não há porque debater sobre seu trabalho. O sentimento de solidão e a consciência de estar só estão muito presentes na fala dos profissionais.

Entretanto, e em contrapartida, um papel importante do abrigo é exercitar a saída do isolamento por meio do acolhimento, do apoio mútuo, da solidariedade e da formação de redes.

A saída da solidão leva o educador a ter possibilidade de formação, de capacitação continuada para lidar com a intensa demanda humana das crianças e dos adolescentes. Precisa de apoio constante e de supervisão para se distanciar de problemas tão complexos e poder olhá-los de fora, a fim de fazer uma intervenção adequada.

3. Nem herói nem vilão

Os profissionais percebem a si próprios e ao abrigo nesses dois

papéis. Por um lado, é herói, porque cuida, salva, oferece segurança, moradia, saúde, alimentação, dá oportunidade de educação e de escola. De forma geral, faz o que as políticas públicas deveriam garantir a todos. Por outro, é vilão, porque nunca faz o suficiente. Sendo o lugar que acolhe a falta, existe o mito de que é possível suprir a falta. No entanto, a falta é característica fundamentalmente humana. É ela que mobiliza o desejo, é o que provoca o movimento de evolução, promove o desenvolvimento.

Um papel fundamental do abrigo a ser despertado é levar a sua população a tomar consciência da falta para mobilizar o desejo.

4. Espelho de muitas faces

Os abrigos refletem direta e nitidamente a dinâmica, a cultura e os preconceitos da cidade e as políticas públicas do lugar onde estão situados. Nas grandes metrópoles, os abrigos vivem a complexidade e a impessoalidade urbana, a riqueza ou pobreza das políticas públicas, dependendo da região em que estão situados.

Nas cidades menores, as comunidades oferecem mais possibilidade de pertencimento, as crianças podem ser mais reconhecidas, convidadas para programas e passeios na comunidade. Sentem maior segurança em andar sozinhas, e a comunidade oferece mais proteção para todas elas. Por outro lado, emerge o preconceito. Em determinadas ocasiões, são rotuladas como "crianças do abrigo" e discriminadas.

Com essa visão do outro sobre si, é difícil para a criança sair do lugar de abrigada, abandonada, vitimizada. É função do abrigo, por meio da ação pedagógica, possibilitar que ela saia desse papel e desenvolva sua percepção de protagonista.

É papel do abrigo espelhar tudo o que há de positivo, de potencial, de esperança na criança e na família.

“O abrigo é lei, é direito à cidadania. Não é concessão, favor ou caridade. A noção de assistência deve levar à conquista de políticas públicas, pois o assistido tende a permanecer como assistido, enquanto as políticas públicas possibilitam a cidadania”

5. De pedinte a protagonista

A maior parte dos abrigos pertence a instituições filantrópicas, religiosas, que se sustentam com doações. Sobrevivem de forma instável, dependendo da boa vontade e de sobras de comida, roupas etc. A maior parte dos abrigos não tem nenhum convênio com órgãos públicos para recebimento de verbas.²

“Nossa vida é pedir”, dizem os gestores de abrigo. Percebem-se num lugar incômodo, não-profissionalizado, de receptores de caridade. Sentem-se desconfortáveis, identificados com a pobreza. Ao se perceberem nesse papel, procuram um novo lugar, de pertencimento, cidadania. Procuram um lugar de direito. O abrigo é lei, é direito à cidadania. Não é concessão, favor ou caridade. A noção de assistência deve levar à conquista de políticas públicas, pois o assistido tende a permanecer como assistido, enquanto as políticas públicas possibilitam a cidadania.

6. De assistido a sujeito

Durante todo o processo de formação, foram detectadas vá-

rias heranças culturais que precisam ser encaradas para ser superadas. O pobre é visto como “inferior”, a família pobre, como “incompetente”, e a criança, como “menor”.

A segregação e o isolamento são usados para o atendimento a pessoas com qualquer diferença. Acredita-se que apenas alguns têm conhecimento, que devem transmitir aos demais.

É necessário abrir espaço para novas concepções. As crianças e os adolescentes devem ser entendidos como sujeitos de direito. As relações de poder devem se tornar mais horizontais, com ética e responsabilidade. Todos participam da busca de soluções. A aprendizagem deve ser concebida como um processo de construção pessoal e único, que acontece na relação com o outro.

Aprender significa reconstruir criticamente a realidade que nos cerca, como titulares da nossa própria história. Ao oferecer proteção, o sistema pode equivocadamente fazer com que o assistido se mantenha sempre no papel de assistido, submisso e impossibilitado. A assistência tem êxito quando o sujeito pode deixar de ser assistido, constituindo-se como sujeito autônomo, capaz de reconstruir sua história, saindo da tutela para conquistar a libertação.

² Segundo pesquisa realizada pelo NCA/PUC-SP, 2004.

Bibliografia

BLEGER, J. Psico-higiene e psicologia institucional. Porto Alegre: Artmed, 1984.

KAËS, R. et al. Grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: *A instituição e as instituições, estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

LANE, S. et al. As emoções no interjogo grupal. In: *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense/Educ, 1995.

OLIVEIRA, R.C.S. Crianças e adolescentes (des)acolhidos. A perda da filiação no processo de institucionalização. São Paulo: PUC-SP, 2001. Dissertação de mestrado.

___ (Org.). Por uma política de abrigos na cidade de São Paulo: conhecendo a realidade das instituições, das crianças e dos adolescentes sob a medida de proteção "abrigo". São Paulo: AASPJT-SP / NCA-PUC-SP / Fundação Orsa / SAS-PMSP, 2004. Relatório de pesquisa.

ROSSETI, M.C. et al. Rede de significações, alguns conceitos básicos. In: *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. São Paulo: Artmed, 2004.

SARTI, C.A. *A família como espelho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Ensinar exige saber escutar

A seguir texto elaborado¹ a partir do livro *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire², em que o autor trata de elementos que compõem o processo educativo..

"Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar no sentido aqui discutido significa disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para abertura à fala do outro, aos gestos do outro, às diferenças do outro. Isso não quer dizer, evidentemente que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala."

"Ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de entender e comunicar o entendido. É nesse sentido que se impõe a mim escutar o educando em suas dúvidas, em seus receios, em sua incompetência provisória. E ao escutá-lo aprendo a falar com ele."

"Se a estrutura do meu pensamento é a única certa, irrepreensível, não posso escutar quem pensa e elabora seu discurso de outra maneira que não a minha. Tampouco escuto quem fala ou escreve fora dos padrões da gramática dominante. E como estar aberto às formas de ser, de pensar, de valorar, consideradas por nós demasiadas estranhas e exóticas de outra cultura?"

¹texto elaborado por Maria Lúcia Carr Ribeiro Gulassa

²FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. ²FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- A principal tarefa de um abrigo é a de incluir e possibilitar o pertencimento. No entanto, as falas de seus profissionais têm mostrado que ele aparece como lugar de exclusão e abandono, repetindo as características da população a que atende.
- O processo de formação dos educadores é um processo participativo, sobretudo de tomada de consciência da realidade e de si próprio. Quando os profissionais tornam-se cientes de si, do que vivem e do que desejam, podem transformar a si e as suas ações. Esse protagonismo criativo é o mesmo esperado para a população a que atendem.
- A organização do conhecimento produzido coletivamente e seu registro valorizam os depoimentos e as experiências dos educadores, garantindo a sua participação, o respeito às histórias, e promovendo uma nova construção cultural grupal.
- Quando os educadores enfrentam as contradições fundamentais existentes no abrigo e dialogam sobre elas, entendem melhor a sua problemática, e é daí que surge a possibilidade de criar novas saídas. Encarar as contradições é, portanto, fundamental e faz parte do processo de mudança.
- Os diversos segmentos que participam do abrigo (comunidade, família, serviços públicos ligados à assistência social e à Justiça) mostram visões diferentes sobre o papel dessa instituição. Além disso, há transformações em curso, movidas pela mudança social e pela mudança da lei (Estatuto da Criança e do Adolescente). Há necessidade de reflexões, diálogos, debates entre esses segmentos,

- para esclarecer qual é o papel do abrigo. Esse novo papel está sendo construído simultaneamente por todos os segmentos da sociedade, tendo em vista as suas expectativas.
- Muitos são os supervisores do abrigo, que vão da comunidade aos órgãos públicos fiscalizadores. Entre esses órgãos não há integração ou identidade de concepções sobre qual é a função dessa instituição. Em geral, a forma de supervisão fiscalizadora não ouve os profissionais, desconhece a realidade institucional e a complexidade da instituição. Tal supervisão provoca mal-estar nos educadores e prejudica o trabalho, em vez de auxiliá-lo.
 - O processo de formação, além de dialogar com as teorias e trazer novos elementos para a reflexão, potencializa e estimula os profissionais, reconstrói a identidade do abrigo, clareando a sua tarefa e diferenciando-o de outras instituições. A recuperação nos profissionais do desejo de conquista e da capacidade de sonhar traz a esperança e a força de mudança, definindo o abrigo como espaço e tempo de resgate e reconstrução de vínculos, de possibilidade de pertencimento e de um novo projeto de vida da criança e da família.
 - Ao oferecer proteção, o sistema pode, muitas vezes e equivocadamente, fazer com que o assistido se mantenha sempre no papel de assistido, submisso e impossibilitado. A assistência tem êxito quando o sujeito deixa de ser assistido e torna-se autônomo, capaz de reconstruir sua história, saindo da tutela para conquistar a libertação.



Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação

Isa Maria F. R. Guará*

Quando os parâmetros legais definiram o abrigo como uma instituição de caráter residencial para pequenos grupos de crianças e adolescentes, a primeira providência das organizações foi a adaptação física dos espaços. Muitos abrigos foram divididos em pequenos lares; outros fizeram reformas, transformando os grandes ambientes em pequenos quartos; outros diminuíram o número de atendimentos ou fecharam. Entretanto, ainda existem muitas instituições no Brasil que se mantêm como grandes instituições, seja porque acreditam na eficácia do modelo, seja porque não tiveram condições de alterar seu atendimento. É necessário lembrar que, nas mudanças preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), subjaz a indicação de que as alterações de estrutura devem vir acompanhadas de um novo programa socioeducativo, e que elas não devem se ater apenas à redução do porte das instituições. Um programa de acolhimento institucional para um pequeno

“O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.”
Leonardo Boff

grupo deve ser capaz de contemplar a complexidade das questões que envolvem a responsabilidade de educar e proteger crianças – e famílias – que se encontram em situação de grande vulnerabilidade e sofrimento. Uma tarefa que exige, além de espírito de solidariedade e boa vontade, uma equipe bem preparada, com a intenção de educar. Uma nova modalidade de atendimento demanda especialmente a superação de condutas e propostas de atendimento marcadas pela coletivização e homogeneização do cotidiano, que tem raízes culturais na crença de que o isolamento e a disciplina rigorosa de grandes grupos de crianças nos internatos são a solução adequada para sua educação e socialização. Sem a discussão sobre qual será o projeto do abrigo, corre-se o risco de que as pequenas residências reproduzam o mesmo sistema de atendimento das grandes instituições, ainda que com o número reduzido de crianças e adolescentes.

*Pedagoga, doutora em Serviço Social e assessora técnica do Programa Abrigar.

Pode-se constatar no contato com diversas organizações de abrigo que, embora tenham a aspiração de oferecer o melhor atendimento e realizar um trabalho de qualidade, seus dirigentes e educadores não encontram referências metodológicas, apoio político nem sustentação financeira para promover as mudanças necessárias e alterar sua prática. Há também uma dificuldade de caráter cultural, quando a indicação legal se confronta com a missão do abrigo e a crença originária dos instituidores, especialmente nos abrigos mantidos por instituições religiosas, que são numerosos.

Encontrar uma identidade positiva

Um primeiro desafio na busca da melhoria da ação educativa dos abrigos é o de superar a confusão a respeito de sua identidade. A procura por uma identidade positiva é uma das condições básicas para ajudá-los a enfrentar a ausência de legitimidade e a ambivalência de expectativas sociais em relação a eles. Mais que isso, há sentimentos contraditórios de valorização e de condenação do abrigo como serviço especial necessário. O que deveria ser um lugar de proteção – valorizado e útil nas emergências sociais – é considerado um lugar inadequado, que não merece apoio social.

Pesquisas com ex-abrigados indicam que, para alguns jovens, o abrigo foi um lugar estável, onde eles viveram experiências positivas e momentos de alegria (Arpini, 2001 e 2004). Portanto, crianças e adolescentes que necessitam de um abrigo têm o direito de participar de uma comunidade protetora, na qual possam reelaborar a vida em condições mais seguras, recebendo o cuidado e o apoio necessários para um novo projeto de convivência familiar e social.

Para que os abrigos possam desenvolver um projeto adequado de atendimento, será preciso oferecer-lhes um sinal de que o trabalho que realizam – ou poderão realizar, caso estejam em processo de mudança – tem suficiente amparo e reconhecimento dos agentes da política pública, do sistema jurídico e da comunidade.

Um patamar importante poderá ser alcançado, se for definida uma nova identidade para o abrigo que indique claramente sua função social, ou seja, a de comunidade de acolhida, voltada para a socioeducação.

Comunidade, porque crianças e educadores experimentam, juntos, uma vida de convivência e compartilhamento de objetivos em busca da inclusão social plena de cada criança e adolescente. De acolhida, porque o cuidado é um aspecto essencial do atendimento direcionado a um público com demandas complexas de proteção especial.

Por fim, uma comunidade de socioeducação, porque ela se planeja para oferecer uma educação pessoal e social, considerando as características de cada integrante. Essa comunidade precisará de um programa de atendimento que tenha espaço para a reflexão e a ação no que diz respeito à vida cotidiana e seus eventos: a recepção e o desligamento das crianças, as atividades de recreação e lazer no abrigo e na comunidade, a socialização, o trabalho com as famílias, o plano personalizado de atendimento e a inserção dos abrigados na vida cidadã, em condições de usufruir de seus serviços.

A questão do caráter provisório e transitório da medida do abrigo não impede que o tempo presente na instituição seja vivido como possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente e que o bem-estar seja tão importante quanto o bem-sair.

Sendo um lugar passageiro para a maior parte das crianças e dos adolescentes, uma casa de acolhimento institucional é também um lugar que pode dar a eles uma oportunidade de viver uma experiência de cuidado e aceitação, um lugar onde podem receber apoio e segurança para que participem plenamente da vida cidadã. Para isso, as crianças e jovens precisam ter ferramentas que os ajudem a compreender o mundo, agir nele, relacionar-se solidariamente com os outros e decidir seu futuro.

O ambiente institucional pode ser também um lugar para a criança ou o jovem vivenciarem vínculos de afetividade. Essa característica do abrigo não indica uma tentativa de substituir o amor filial ou o carinho da vida em família, mas, sim, de oferecer a essa criança ou a esse jovem

uma relação de amizade e compreensão. Uma relação afetiva no abrigo significa acolhimento sem dependência, em que as crianças sejam tratadas com espírito aberto para a aceitação e com o desejo de acompanhar o seu desenvolvimento. Querer bem também é, para cada educador, envolver-se sinceramente com a criança, a fim de lhe propiciar um possível retorno à vida familiar e comunitária.

Um novo significado para o cotidiano

Num contexto institucional de característica residencial, o cotidiano ganha novo significado. É possível refletir sobre uma pedagogia em que o espaço da prática educativa diária afirme sua potencialidade como produtor de saberes que podem ser capturados para reorganizar o presente e pautar o futuro.

Portanto, uma comunidade de socioeducação e de cuidado deverá buscar, no invisível do cotidiano, novos significados e competências, com base nas histórias reais, mesmo nas que remetem esses indivíduos a perdas e dores. Será a partir delas que o grupo, e cada um em particular, poderá fazer emergir o desejo de planejar uma nova história.

Educar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade é ajudá-los a perceber a própria situação sem sucumbir a ela, descobrindo novas estratégias de sobrevivência e de inserção social. Quando os educadores constroem relações de respeito e compromisso com as crianças e os adolescentes, começam a consolidar o abrigo como espaço de proteção, acolhimento e resgate de vínculos e, portanto, como uma comunidade de socioeducação e de cuidado.

É possível também pensar o abrigo como um ambiente em que a alegria e a brincadeira têm condição de aflorar nas atividades cotidianas. A experiência da criação e da participação ativa das crianças

na dinâmica diária do abrigo favorece a diminuição da tensão e a possibilidade de expressão e comunicação descontraída entre elas e delas com os educadores.

O abrigo precisa ser um ambiente que preserve, resgate e possibilite às crianças e aos adolescentes encontrar-se com a própria história, entender suas dificuldades e acreditar em sua capacidade de construir um novo projeto de vida, com mais atuação e autonomia.

A atuação intencional da equipe responsável pelo reforço dos vínculos familiares ou comunitários e pela construção coletiva de um projeto socioeducativo deve conjugar a busca pelo melhor desenvolvi-

mento da criança com a melhor alternativa de inclusão social. Essa é uma tarefa com a qual todos devem se envolver, pois se trata de um compromisso efetivo com cada criança ou adolescente que chega.

O ponto de partida de um projeto de socioeducação no abrigo é a crença na potencialidade da criança e do jovem e a compreensão de seus conflitos e dificuldades. O diálogo franco e acolhedor ajuda muito a criança ou o adolescente na superação da desconfiança própria de quem chega ao abrigo e o vê como um lugar estranho e até hostil.

A presença educativa também é feita de silêncios, pois nem sempre é possível para a criança expressar em palavras seus sentimentos e vivências. Estar presente é demonstrar para a criança ou para o jovem que ele ou ela têm com quem contar se precisarem de ajuda. O sistema de abrigo provoca uma ruptura de laços e lugares conhecidos que, muitas vezes, deixaram marcas doloridas de sofrimento e solidão. Um educador presente é a garantia de que de modo algum a criança ou o adolescente serão abandonados novamente.

Uma aprendizagem importante que se dá no cotidiano é aquela

“Um primeiro desafio na busca da melhoria da ação educativa dos abrigos é o de superar a confusão a respeito de sua identidade. A procura por uma identidade positiva é uma das condições básicas para ajudá-los a enfrentar a ausência de legitimidade e a ambivalência de expectativas sociais em relação a eles”

que acontece pelo exemplo. Aprendemos muito uns com os outros, e a criança aprende com os adultos de seu convívio os valores fundamentais para sua existência. Aprende com o não-dito, aprende com as insinuações, aprende com os gestos e com as palavras, repetidos dia após dia. Por isso, a presença educativa ganha tanta relevância no cotidiano do abrigo. O educador deve se conscientizar de que cada atitude sua é um recado que manda ao inconsciente da criança e do adolescente a que atende.

Identidade e história

A identidade da criança e do adolescente no abrigo está ameaçada pelo afastamento, quase sempre traumático, de suas referências de filiação e de pertencimento familiar e comunitário. Sua timidez ou sua tristeza pode ser a expressão de muitas dúvidas e medos. Ela se pergunta: "Quem sou eu?", "Qual é a minha referência de apoio e segurança vital?". Todas as mudanças ameaçam o auto-reconhecimento da criança. Sabendo dessa situação, toda a comunidade do abrigo deve se mobilizar para preservar, proteger e promover a identidade de seus membros.

Para forjar uma identidade positiva, o esforço dos educadores deve favorecer o desenvolvimento das capacidades de cada um, tornando-os confiantes e mais seguros para enfrentar os obstáculos da vida e suas frustrações. É preciso que o educador ajude as crianças ou os adolescentes a resgatarem a esperança no futuro.

A primeira expressão da identidade se evidencia no nome. O direito a um nome é um direito básico para o desenvolvimento de uma identidade sadia. Do mesmo modo, o respeito ao nome deve ser garantido para evitar ofensas, constrangimentos e conflitos causados por apelidos indesejados pelas crianças.

Crianças abrigadas muitas vezes trazem em sua biografia experiências de opressão e de humilhação, provocadas por outras crianças ou adultos. Sentem-se inseguras e não sabem pedir ajuda. A baixa auto-estima é agravada por atitudes de indiferença ou crítica e pela estigmatização do sofrimento na forma de provocações.

Se a criança ou o adolescente puderem entender o que acontece, compreenderão todos os aspectos da questão e tentarão encontrar caminhos para a superação de suas dificuldades. Por isso mesmo, deve-se discutir com o grupo os sentimentos que emergem nos confrontos da vida, quando a questão da auto-estima está envolvida. O educador poderá ajudar muito, se identificar pontos positivos e talentos especiais que cada criança tem ou estimular o autocuidado.

O grupo

O grupo é o espaço de elaboração da identidade pessoal e social, no qual cada criança ou jovem se vê confrontado com limites e possibilidades que devem ser refletidos e processados. Isso leva o participante a se perceber no conjunto, construindo referências importantes para adquirir uma boa auto-imagem e confiança.

Todos precisam se sentir membros importantes de um grupo no qual encontrem apoio social e aceitação. Viver em grupo nos ajuda a compreender os outros, a colaborar, a compartilhar, a vivenciar dificuldades. O grupo oferece a cada criança ou jovem a oportunidade de se conhecer, de perceber suas limitações e suas qualidades.

Trabalhar em grupo implica aceitar um processo comunicativo de cooperação de diferentes idéias, críticas e julgamentos que podem emergir. O respeito à opinião e à situação dos outros deve traduzir-se em ação coletiva solidária e recíproca, reconhecendo e valorizando as diferenças que podem contribuir para o coletivo.

Se os educadores do abrigo não perceberem a potencialidade dos grupos, perderão uma boa oportunidade de promover a ajuda mútua e a negociação no que diz respeito à rotina e às regras comuns. As crianças e os adolescentes formarão seus grupos conforme seus interesses e conforme a receptividade ou a aceitação que percebam entre os demais componentes.

É o grupo que desenvolve o sentimento de pertencimento e segurança, porém, há situações em que a sua constituição precisa ser

acompanhada e mediada pelos educadores, para não prevalecer a imposição da vontade dos mais fortes ou agressivos sobre os mais fracos. Quando os grupos não são orientados, podem surgir tentativas de uso da força e submissão de alguns aos demais, com o risco de provocar humilhação e violência, o que causa prejuízos muito graves ao desenvolvimento socioemocional.

O grupo pode se constituir em uma estratégia privilegiada de promoção da ajuda mútua, da compreensão da diversidade e de fortalecimento da amizade e do companheirismo. Por isso mesmo, uma boa roda de conversa com as crianças e os adolescentes deve ser incorporada à rotina do abrigo. Nela, será possível refletir sobre os medos e os sucessos das crianças e dos adolescentes e estabelecer os acordos de convivência. Os educadores serão os principais mediadores dessa conversa, pois as crianças e os adolescentes confiam neles para ajudar a discutir e superar as marcas que trazem das situações dramáticas vivenciadas em algum momento da vida.

Uma lembrança é para sempre

Na infância, tecem-se os fios da identidade, a memória das coisas, das oportunidades abertas ou fechadas, que conformam o que somos e o que podemos ser num campo simbólico de boas lembranças e também de esquecimentos.

Todos nós precisamos preservar nossa memória pessoal. Na linha da vida, lembrar o que fomos, como fomos e com quem nos relacionamos. Portanto, saber onde vivemos é fundamental para nos dar a base que nos faz saber para onde ir e o que queremos ser no futuro. Do mesmo modo, as crianças e os jovens dos abrigos precisam preservar a memória.

Registros fotográficos podem documentar situações importantes no abrigo. Desenhos, trabalhos escolares e cartas, além dos eventos

(festas, aniversários, formaturas etc.), marcam o cotidiano das crianças, comemorando o tempo vivido, que comporá a memória única de cada um. Para manter a memória, a criança poderá fazer um diário sobre sua história no abrigo.

A construção das identidades e dos sentimentos coletivos também passa pela memória dos objetos. A reserva de espaço e lugar para objetos pessoais das crianças e jovens é importante. Um baú de guardados ou uma caixa só deles são pequenas lembranças que devem ser incorporadas à organização do abrigo.

Apropriar-se de sua história é um direito da criança e do ado-

lescente. Eles precisam saber o que aconteceu, como aconteceu e o que poderá acontecer. Decisões sobre seu destino não podem ocorrer sem que eles acompanhem e delas participem. Mesmo os bebês e crianças pequenas têm direito de conhecer os dados de sua história, mas isso deve ocorrer de modo cuidadoso e sob orientação técnica, especialmente quando envolve histórias de negligência e violência. Conversas e comentários sobre os detalhes de histórias pessoais devem ser evitados, pois o constrangimento que podem causar é extremamente danoso em termos emocionais. A criança precisa da proteção de sua intimidade e de apoio para construir o seu projeto de vida.

"A questão do caráter provisório e transitório da medida do abrigo não impede que o tempo presente na instituição seja vivido como possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente e que o bem-estar seja tão importante quanto o bem-sair"

Um ser único que merece respeito

Cada criança ou cada adolescente é um ser particular, com uma história própria, carências e problemas peculiares, mas, principalmente, com potencialidades e talentos que precisam ser desenvolvidos. A criança, sobretudo, deve viver com dignidade, o que significa que devemos evitar com energia qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (art.18 do ECA).

As informações especializadas dos aspectos sociais, psicológicos e médicos da criança ou do adolescente devem fundamentar uma intervenção intencional para a superação das dificuldades e para o desenvolvimento das possibilidades de crescimento pessoal e social. Portanto, as atividades e trâmites técnico-burocráticos não podem prevalecer sobre o trabalho humano com cada criança ou adolescente.

A individualidade das crianças ou dos adolescentes precisará ser traduzida num programa personalizado de atendimento que inclua atividades que respondam às suas demandas. Num projeto particular de atendimento, devem ser programadas as ações necessárias ao atendimento específico de cada um, além das atividades em grupo e do registro do progresso em cada atividade, como um portfólio que contém suas produções e seu projeto de vida, seus contatos mais significativos e seus sucessos.

O ECA orienta os educadores do abrigo a adotarem procedimentos técnicos sistemáticos em relação a cada criança, visando, sempre que possível, favorecer o seu retorno à vida familiar e comunitária. Para alcançar essa meta, há ações impostergáveis, que não podem ser esquecidas por acomodação ou omissão, pois é a vida da criança que está em jogo.

O respeito à individualidade dos abrigados deve traduzir-se em atitude de compreensão de suas particularidades, seus limites e suas potencialidades, na facilitação de condições que promovam seu desenvolvimento integral e no apoio nos momentos em que a criança apresente dificuldades e crises.

Além de ser um orientador compreensivo, o educador deve ser ponderado e seguro, para evitar definitivamente qualquer forma de imposição de disciplina baseada na agressão física. A "pedagogia do tapinha", que culturalmente foi aceita como um modo de disciplinar as crianças é, hoje, inadmissível. A opressão e a humilhação a que se submete a criança agredida violam definitivamente seu direito básico de ser respeitada. Ao viver experiências de violência, a criança aprende que ela é um recurso legítimo para resolver problemas e tenderá a repetir essa conduta.

A garantia do direito ao respeito supõe a capacidade de ouvir a criança ou o jovem, entendendo seus receios, suas fantasias e seus medos e acreditando em sua competência e capacidade de desenvolvimento. Significa ajudá-los a reconstruir laços e caminhos no percurso de sua individualização e socialização.

A autoridade do educador pode ser exercida em bases democráticas, sem autoritarismo. As crianças e os adolescentes precisam de limites e de regras claras para pautar suas atitudes, mas precisam igualmente de compreensão e de afeto.

O respeito à integridade física, psíquica e moral, à preservação de imagem e à construção da identidade e da autonomia deve ser observado pelos educadores. É direito da criança e do adolescente, em caso de necessidade, buscar refúgio, auxílio e orientação de pessoas ou instituições que possam ajudá-los a superar seus problemas. O abrigo precisa ser esse porto seguro, e não um lugar que agrave os medos e o sentimento de abandono.

A equipe do abrigo deve conhecer e ajudar a garantir os direitos que a lei já assegura à criança e ao adolescente. Eles têm o direito de dar opinião e de se expressar; de ter uma crença na escolha; de brincar, praticar esporte e se divertir, além de participar da vida comunitária, sem discriminação.

Convivendo em comunidade

Os fatos da vida diária estão dentro de um quadro normativo que nasce de acordos explícitos ou implícitos da convivência humana. Numa comunidade educativa como o abrigo, quando as regras de convivência são confusas, crianças e educadores perdem os parâmetros que dão segurança às condutas, e as decisões estão mais sujeitas à manipulação.

O projeto de educação precisa ganhar o consenso do grupo de educadores e de crianças, criando as bases de um convívio mais agradável para todos.

Numa comunidade educativa e de acolhimento institucional, o bem-estar coletivo precisa ser o princípio estruturador do convívio social. Nesse sentido, uma ação educativa planejada dará segurança e apoio a todos. Se não há regras claras, os atropelos, os conflitos e a insegurança aumentam.

Não é possível depender sempre do bom senso dos educadores, salvo em situações de emergência. Os "combinados" não devem ser rígidos nem imutáveis, mas também não podem ser alterados a toda hora, sob o risco de se tornarem desnecessários. Algumas decisões podem ser tomadas pelos próprios educadores; entretanto, num ambiente de convivência coletiva, como o abrigo, as diretrizes, orientações e normas precisam ser definidas e divulgadas entre as crianças, as famílias, os funcionários e os serviços a ele relacionados. Sempre que possível, quando se tratar de um grupo de crianças em condições de opinar, é aconselhável que alguns procedimentos possam ser decididos com sua colaboração, estabelecendo-se inclusive as reflexões sobre os direitos e deveres das crianças e dos adultos (Isa Guará, 1998).

O que é preciso definir nessas regras? Há as condutas esperadas e admitidas para crianças e educadores, assim como o que se fará quando houver descumprimento dos combinados. O abrigo deverá ainda estabelecer normas gerais de funcionamento, nas quais constarão as regras para visitação, comunicação e contatos com a comunidade, o uso do espaço, a participação das crianças nas atividades etc. Elas devem contribuir para fazer do abrigo um lugar no qual conviver e estar seja agradável e gostoso, sem comprometer a naturalidade e a espontaneidade.

Para a resolução de conflitos na vida cotidiana, é preciso estar aberto às novas idéias e acordos que, de modo criativo e receptivo, possibilitem soluções que respeitem as necessidades de cada parte. As

crianças e os adolescentes ganharão maior autonomia quando aprenderem a se comunicar sem receios, fazendo perguntas sobre suas dúvidas e contando suas descobertas.

Sucesso na escola e na vida

Um bom passaporte para o mundo é a garantia de uma escolaridade com aprendizagem significativa. O domínio de lecto-escritura ("leitura e escrita") é a condição indispensável para o ingresso na vida cidadã. Crianças que tiveram uma vida difícil podem apresentar muitas dificuldades de adaptação e de aproveitamento na escola e precisam de apoio para superá-las. O reforço na aprendizagem e o apoio pedagógico são importantes, mas insuficientes, para o sucesso acadêmico das crianças. Elas precisam de educadores que as tornem confiantes, que visitem seus professores, mostrando-se interessados nelas. Precisam de experiências de aprendizagem além da escola, de oportunidade para desenvolver talentos esportivos e musicais que forjam competências facilitadoras de novas aprendizagens.

Conhecer a cidade, saber utilizar os serviços públicos, ter acesso e discutir os noticiários, assistir a atividades culturais da região e participar delas também são ações que devem fazer parte da vida do abrigo e são muito importantes para a melhoria do rendimento escolar.

Para ganhar segurança, a criança precisa de experiências gratificantes e desafiadoras no dia-a-dia, como as atividades de saída para lugares próximos ou mais distantes, aprender sobre sua relação com o espaço e o ambiente em que vive, o cuidado corporal, a alimentação, o vestuário. Enfim, como cuidar de seu bem-estar e saber usar os recursos disponíveis.

"... o cotidiano de um abrigo pode e deve ser o espaço de novas rotinas que permitam aos educadores e abrigados construir juntos um ambiente de crescimento pessoal, de reelaboração de sonhos e projetos de futuro, de cuidado mútuo e de aceitação das diferenças"

Em cada uma dessas áreas, estão estabelecidos hábitos e atitudes que poderão ser modificados positivamente por uma ação educativa que conduza ao melhor equilíbrio emocional e ao desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens atendidos.

As famílias e suas histórias

Considerando-se a proteção integral numa perspectiva ampliada, o direito à convivência social e comunitária (indicado no ECA) supõe a garantia de condições adequadas de convívio familiar e a oferta de serviços das políticas sociais, para que a criança possa ser educada, protegida e tenha seu desenvolvimento garantido.

Muitos estudos mostram os prejuízos da ausência de convívio familiar e comunitário ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Mas esse direito só pode ser realmente atendido numa comunidade e numa família segura e acolhedora em relação às demandas da infância.

Infelizmente, há muitas crianças que não têm condições efetivas de proteção temporária ou definitiva na família. Assim, o abrigo – que deveria ser uma alternativa extrema – ainda é, e continuará sendo por algum tempo, o lugar de cuidados da criança e do adolescente em situação de abandono social.

Certamente, a entrada da criança e do jovem no abrigo é um momento de tensão e rompimento de laços de parentesco e de afetos. A saída de um ambiente familiar, seja ele protetor ou ameaçador, é um salto para o desconhecido.

A incerteza quanto ao futuro desequilibra o presente e faz emergir reações de isolamento, emudecimento, revolta ou agressividade.

Para as famílias que têm filhos no abrigo, ele é um recurso emergencial. Em geral, elas pensam em reatar os vínculos com os filhos, sonham em receber as crianças de volta, mesmo que estejam em estado de colapso de sobrevivência social e relacional. Elas têm esperança de recuperar a capacidade de dar proteção e afeto.

Atrás da história de cada criança há sempre as histórias das

famílias que também foram freqüentemente penalizadas pela violência e pelo sofrimento causado pela pobreza. A atitude de respeito e de compreensão, por parte dos educadores do abrigo, a esse processo de exaustão em que se encontram muitas famílias é um passo importante no apoio à recuperação de sua capacidade protetora.

Os horários de visita flexíveis ajudam nesse processo. Essa aproximação acontece ao garantir à família as visitas, o tempo permitido a elas e uma acolhida agradável. A ida da criança à própria casa e à de pessoas com as quais conviveu e tem laços afetivos deve, quando possível, ser incentivada. Além disso, pode-se facilitar os contatos telefônicos ou por carta.

A relação entre a criança e a família deve ser resguardada e estimulada, pois foi esse laço consangüíneo que instaurou seu lugar no mundo. A família nuclear é o ponto inicial, mas a proteção se amplia quando se incorpora a família extensa: tios, avós, primos e pessoas com as quais teve relações próximas, como vizinhos e padrinhos. A rede social de proteção espontânea pode incluir também outros atores, como grupos de vizinhança, clubes e igrejas, que podem ajudar no retorno da criança ao convívio familiar e comunitário.

As relações comunitárias são importantes também para garantir os contatos com a rede de proteção, especialmente quando o vínculo com a família nuclear precisa ser suspenso, como nos casos de filhos de presidiários ou daqueles cujos pais são vitimizadores.

O momento da partida

O acolhimento e a proteção não podem criar, entre os educadores e as crianças, uma relação de dependência e descompromisso com o projeto de vida da criança ou do adolescente. Relações externas, estimuladas com a rede de apoio social e familiar, ajudam muito no momento de partida da criança ou do adolescente, que devem ser preparados com responsabilidade e competência, pois o desligamento é cercado sempre de insegurança e ansiedade.

O desligamento e os novos vínculos – a própria família, uma família substituta ou uma casa de jovens – devem ser feitos gradativamente, com aproximações em dias e horários marcados que vão se tornando mais freqüentes.

Crianças e adolescentes, bem como as famílias, necessitam de apoio e orientação para o desligamento. Situações e contatos novos exigem ajuda e acompanhamento, se se pretende que o retorno ao convívio familiar e comunitário alcance êxito e seja permanente.

A preparação planejada do desligamento pode oferecer maior segurança para os que saem do abrigo. Porém, se a experiência educativa vivida no abrigo foi significativa, eles continuarão a pensar nele como um espaço em que poderão reencontrar amigos e proteção. Por isso mesmo é muito importante que se pense em projetos e ações de apoio e acompanhamento às crianças e aos adolescentes que se desligaram do abrigo.

Por um novo abrigo

O advento do ECA e da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) representou uma ruptura em relação ao antigo modelo segregacionista de confinamento de crianças e adolescentes em grandes instituições, ao assegurar à criança e ao jovem vulnerabilizados alternativas de proteção especial em programas de apoio à convivência familiar e comunitária e em abrigos.

Recentemente, o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – elaborado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos em junho de 2005 – ressaltou a importância de um projeto pedagógico cuja rotina institucional atenda, de forma individualizada, à criança e ao adolescente e apóie a manutenção de vínculos familiares.

Portanto, o cotidiano de um abrigo pode e deve ser o espaço de novas rotinas que permitam aos educadores e abrigados construir juntos um ambiente de crescimento pessoal, de reelaboração de sonhos e projetos de futuro, de cuidado mútuo e de aceitação das diferenças. Uma comunidade socioeducativa deve ter uma intencionalidade educativa voltada para promover competências e atitudes de cooperação e ajuda entre educadores, crianças, adolescentes e seus familiares.

Um novo abrigo exigirá disposição e vontade para operar mudanças, um contínuo esforço de formação da equipe e de motivação para enfrentar os desafios da prática. Tornar viável esse novo modelo significa também fazer alianças com o poder público, o sistema de Justiça, a família, a comunidade e a sociedade em geral.

A procura de um caminho para a formação da infância em espaços não-familiares visibiliza um quadro que expõe o abrigo ao risco de se tornar novamente um ambiente ambivalente de socorro social e de disciplinamento, mesmo que a intenção pedagógica freqüente palavras faladas e escritas. Para que se possa construir um projeto político-pedagógico para o abrigo

será preciso, portanto, desconstruir algumas imagens negativas de deslegitimação de sua existência como espaço adequado de acolhida e como serviço especializado de socioeducação. Só assim chegarão os recursos para sua renovação, a preparação e a remuneração digna de seus educadores e, sobretudo, seu engajamento a uma rede de serviços e programas que tornem o direito à convivência familiar e comunitária uma necessidade a ser atendida por todos e cada um dos integrantes dos grupos locais de atenção à infância e à adolescência.

"Um novo abrigo exigirá disposição e vontade para operar mudanças, um contínuo esforço de formação da equipe e de motivação para enfrentar os desafios da prática. Tornar viável esse novo modelo significa também fazer alianças com o poder público, o sistema de Justiça, a família, a comunidade e a sociedade em geral"

Bibliografia

ARPINI, D.M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. Disponível em: <www.revistacienciaeprofissao.org/artigos/23_01/pdfs/23.1art09.pdf>. Acesso em: 11 out. 2006.

GUARÁ, I.M.F.R. (Coord.). Trabalhando Abrigos. In: *Série Programas e Serviços de Assistência Social, MPAS*. 2. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IEE-PUC/SP), 1998.

GUIMARÃES, R.; ALMEIDA, S.C.G. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IEE-PUC-SP), 2003.

SPOSATI, A. *Condições de segurança em assistência social*. Exposição no Cenpec, 2001.

Crianças e adolescentes com dificuldades

A seguir trecho da publicação *Trabalhando abrigos*¹, no qual se destaca a importância da realização de um atendimento especial a esse grupo, que, com seu comportamento ou sua limitação, desafia os ideais dos projetos.

A idealização da instituição perfeita, supridora de todas as carências das crianças e dos adolescentes abrigados, cristaliza-se num discurso que transfere as falhas e os fracassos para o mundo externo, para "os outros", já que enfrentar os próprios insucessos é um processo doloroso e difícil.

Em nome desse ideal de perfeição, o rótulo de crianças e jovens "bons" e "maus" é incorporado ao cotidiano e conduz inevitavelmente à exclusão dos casos mais difíceis ou ao impedimento de sua entrada no abrigo.

O argumento mais comum é o de que "uma maçã podre estraga toda a caixa", e assim se transfere para outros (o Estado, a prefeitura, a Igreja ou a rua... não importa) um bom grupo de crianças e adolescentes que, com seu comportamento ou sua limitação, desafiam os ideais dos projetos.

Sem deixar de levar em conta que alguns casos exigem ações que estão fora do alcance técnico e operacional dos programas, a maioria das crianças e dos adolescentes que apresentam dificuldades está na verdade exigindo afeto, expressando conflitos, mostrando sua desconfiança, sua dor e demonstrando que sua individualidade e sua diferença precisam ser atendidas de um modo especial, que vai além do padrão homogêneo do programa.

Atender a essas crianças e adolescentes (principalmente os últimos) é uma

necessidade e uma ousadia que precisa ser assumida pelas equipes dos abrigos. Isso exige do grupo espírito de tolerância, disposição de tempo, maturidade e competência para deixar aflorar os conflitos e as contradições, cuja superação, em geral, ajuda a rever as fragilidades do próprio grupo e da instituição. Investir nessas crianças e adolescentes é assumir a imperfeição e o erro para permitir a reconstrução do acerto e da nova base de relações no abrigo.

Para que isso seja possível, as equipes precisam de apoio externo ou interno (supervisão, orientação, discussão grupal) que as auxilie a se confrontar equilibradamente com suas próprias dificuldades. Por outro lado, alguns casos de crianças e adolescentes mais vulneráveis precisam de investimentos específicos (tratamentos, terapias ou atividades complementares) que lhes dêem novos instrumentos de ação e uma continência mais adequada às suas demandas específicas.

Crianças e adolescentes em dificuldades podem ser muito ajudados por seus próprios amigos do abrigo, pois o grupo de pares, nessa fase do desenvolvimento, tem importância fundamental, mas é sempre bom que os educadores monitorem esse processo. Referências positivas fora da instituição (um amigo especial, uma professora atenciosa, um vizinho de que gostam) também podem se constituir em apoios indispensáveis à superação dos obstáculos.

Atitudes de acolhimento ₂

Alguns passos para criar um ambiente acolhedor e receber bem a criança que chega ao abrigo.

- Tratar a criança pelo nome, apresentando sua nova casa e os educadores com quem terá contato mais próximo e que irão cuidar de sua estada ali. Deve-se evitar discutir a sua situação social nesse momento, especialmente diante dela.
- Não fazer referências e julgamentos sobre sua situação anterior nem perguntas que a façam lembrar momentos chocantes e traumatizantes de seu histórico social ou pessoal. Os dados podem ser lidos posteriormente.
- Se a criança ou o adolescente não se enquadra nos critérios da casa ou, por alguma outra razão, não pode permanecer no abrigo, a conversa com o acompanhante deve ser reservada. A criança será recebida e levada a uma sala de atividades, enquanto se discute uma alternativa de acolhimento para a sua situação peculiar.
- Receber implica também apresentar a criança aos novos companheiros, mostrar-lhe seu lugar no espaço da casa, (seu quarto, sua cama, seu armário) e

os ambientes de convivência. As regras mínimas do convívio social, estabelecidas pela entidade e pelo grupo de crianças que ali vivem, devem ser colocadas durante sua estada na casa.

- Permitir que o choro, a raiva e a mágoa apareçam, para compreender e oferecer um ambiente acolhedor desde o princípio.

- Obter informações sobre a criança recém-chegada é uma atitude importante para seu atendimento posterior. Por exemplo, saber se um bebê usa chupeta ou um paninho enrolado para dormir diminui muitas horas de sofrimento da criança e ansiedade dos educadores. Da mesma forma, dados sobre eventuais adultos encontrados com as crianças podem facilitar a localização da família posteriormente.

Indicadores de segurança social ³

Conheça conceitos importantes para o convívio saudável de crianças abrigadas.

Acolhida

- Escuta, respeito e acolhimento sem nenhum tipo de intolerância ou discriminação econômica, social ou pessoal; valorização das capacidades individuais; não-submissão a constrangimento ou vergonha; preservação da intimidade.

Convívio

- Relações baseadas em valores e referências que promovam a cooperação em grupo; espaços de socialização, convivência comunitária; apoio à participação e à ampliação de vínculos com pessoas e grupos; regras de convivência claras e conhecidas por todos.

Travessia

- Existência de condições que garantam a inclusão social e a segurança pessoal: informações, conhecimento da cidade, saber usar os serviços públicos e os re-

ursos básicos da vida moderna; apoio ao sucesso escolar, frequência à escola, a atividades de cultura, esporte e lazer; e apoio psicossocial, quando necessário.

Equidade

- Respeito e atendimento às necessidades especiais; apoio e estímulo para a superação de dificuldades e limites; encaminhamento de demandas especiais de cada criança, visando à sua inclusão social e ao seu desenvolvimento individual.

Autonomia

- Preparação para a vida produtiva, formação profissional e complementar; bolsa ou renda mínima para as famílias; primeiro emprego para os jovens; estímulo contínuo à participação comunitária; independência gradativa nas atividades cotidianas.

¹ Excerto de GUARÁ, I.M.FR (Coord.) *Trabalhando Abrigos*. In: *Série Programas e Serviços de Assistência Social*, MPAS. 2. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais (IEE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1998.

² Baseado em GUARÁ, I.M.FR (Coord.) *Trabalhando Abrigos*. In: *Série Programas e Serviços de Assistência Social*, MPAS. 2. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais (IEE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1998.

³ Baseados em SPOSATI, A. *Condições de segurança em assistência social*. Exposição no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), 2001.

- Um programa de acolhimento institucional deve ser capaz de contemplar a complexidade das questões que envolvem a responsabilidade de educar e proteger crianças – e famílias – que se encontram em situação de grande vulnerabilidade e sofrimento.
- O princípio da provisoriedade e da transitoriedade da medida de abrigo não impede que o período na instituição seja vivido como possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente, e o bem-estar seja tão importante como o bem-sair.
- O cuidado é uma parte essencial do atendimento, voltado a um público com demandas complexas de proteção especial. Uma comunidade de socioeducação e de cuidado deverá buscar, no invisível do cotidiano, novos significados e competências com base nas histórias reais, mesmo as que remetem a perdas e dores.
- A construção coletiva de um projeto socioeducativo deve conjugar a procura pelo melhor desenvolvimento da criança e pela melhor alternativa de inclusão social.
- A presença educativa ganha relevância no cotidiano do abrigo. O educador deve se conscientizar de que cada atitude sua é um recado que ele manda à criança e ao adolescente a que atende.
- Além de ser um orientador compreensivo, o educador deve ser ponderado e seguro, para evitar definitivamente qualquer forma de imposição de disciplina baseada na agressão física.
- Cada criança ou adolescente é um ser particular, com uma história própria, carências e problemas peculiares, mas é, sobretudo, um ser com potencialidades e talentos que precisam ser reconhecidos e desenvolvidos..
- O nome é um direito básico para o desenvolvimento de uma identidade sadia. As crianças e os jovens dos abrigos precisam preservar sua memória e ter registros do tempo em que viveram no abrigo.
- O respeito à integridade física, psíquica e moral das crianças e dos adolescentes; o respeito à preservação de sua imagem e à construção de sua identidade e autonomia são aspectos que devem ser sempre observados pelos educadores.
- Todos precisam sentir-se aceitos como membros importantes de um grupo no qual encontrem apoio social e aceitação. O grupo produz o sentimento de pertencimento e segurança.
- Para a resolução de conflitos na vida cotidiana, é preciso que se esteja aberto às novas idéias e aos acordos capazes de oferecer soluções que respeitem as necessidades de cada parte.
- Um importante passaporte para o mundo é a garantia de uma escolaridade com aprendizagem significativa. O domínio de lecto-escritura (“leitura e escrita”) é condição indispensável para o ingresso na vida cidadã.
- A relação entre a criança e a família deve ser resguardada e estimulada, pois esse laço consanguíneo é a base de seu lugar no mundo, mas a proteção é ampliada, quando se incorpora a esse círculo a família extensa e outras pessoas de contato com a criança.
- O acolhimento e a proteção não podem criar, entre educadores e crianças, uma relação de dependência e descompromisso com o projeto de vida da criança



Famílias: pontos de reflexão

Maria Amalia Faller Vitale*

Este artigo traça alguns pontos de reflexão sobre a problemática que envolve as famílias cujos filhos estão nos abrigos. Tema de difícil discussão, ele nos desperta questionamentos, sentimentos e ações. Diante das histórias familiares, podemos desenvolver uma atitude ora compreensiva, ora de rechaço, ou mesmo de indiferença. Essas atitudes, por sua vez, são influenciadas pelo discurso social sobre a família – permeado por conceitos, preconceitos, imagens, estereótipos, lacunas e, como já foi dito, por sentimentos que nos aproximam ou nos afastam dessas famílias. Esse discurso norteia nossa ação profissional (Sarti, 1999).

Por essas razões, é preciso construir alguns pressupostos, primeiro sobre a própria idéia de família e, depois, sobre as famílias empobrecidas, que são aquelas que recorrem aos abrigos. Com esse

percurso, espera-se chamar a atenção para o tema da convivência familiar – direito das crianças e de suas famílias.

Alguns pressupostos sobre o conceito de família

Há várias maneiras de ver a família. Os estudos sobre ela conjugam investigações e ações profissionais de campos diversos e se situam na fronteira de diferentes disciplinas. Torna-se necessário, portanto, alinhar – ainda que de forma esquemática – alguns pontos de reflexão sobre a idéia de família, de modo a localizar o ângulo a partir do qual estamos construindo nossas observações. Com esse esboço, a intenção não é simplificar uma temática tão complexa, mas desencadear a discussão nos limites desta apresentação. Os pontos que se interligam serão organizados nos tópicos a seguir.

*Assistente social, professora doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em famílias, é coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NCA-PUC-SP).

“Todos nós temos um modelo de família internalizado, uma idéia do que ‘deve ser’ uma família. A intimidade com esse conceito pode causar confusão entre a família com a qual trabalhamos e os nossos próprios modelos de relação familiar”

- A família é uma realidade complexa e em constante transformação. Não é algo que se possa captar de forma imediata.

- A família contribui para a reprodução biológica e social de nossa sociedade. Os primeiros estágios de desenvolvimento do indivíduo são costumeiramente vividos na família, que também é o lugar do desenvolvimento das identidades individuais.

- Todos nós temos um modelo de família internalizado, uma idéia do que “deve ser” uma família. A intimidade com esse conceito pode causar confusão entre a família com a qual trabalhamos e os nossos próprios modelos de relação familiar. Acercamo-nos da família do outro (alter) com base em nossas próprias referências, em nossa história singular. Por essa razão, tendemos a desconhecer as diferenças ou, pior, a projetar no outro, muitas vezes, a família com a qual nos identificamos. Assim, podemos interpretar como desigualdades ou incompletudes as diferenças observadas. A dificuldade em analisarmos e avaliarmos a família está, portanto, vinculada à proximidade que temos com essa realidade.¹

- A família é o espaço de convívio e de confronto entre gêneros e gerações. Nela coexistem situações de conflito e mecanismos de solidariedade nas relações entre gêneros e gerações.

- Refletir sobre a família é pensá-la no tempo, no decorrer de seu percurso, e não cristalizá-la em uma determinada etapa ou momento. Os acontecimentos do ciclo de vida familiar inscrevem-se no tempo histórico, social e particular de cada uma delas.²

Quem são os abrigados e suas famílias?

- 67% das crianças e dos adolescentes abrigados têm família.
- 33% não têm família conhecida.
- 60,33% das crianças e dos adolescentes estão inseridos no convívio da própria família.
- No caso de reinserção na família de origem, apenas 3% retornam para o abrigo.
- 10% das crianças e dos adolescentes têm situação definida no que diz respeito à destituição do poder familiar.

Por que estão abrigados?

- Motivos econômicos: 47,3%.
- Abandono: 31,2%.
- Violência doméstica: 5%.
- Negligência: 9,5%.
- Outras razões: 7%.

¹ Os antropólogos muito têm contribuído para chamar a atenção para essa questão. Ver Sarti (1999) e Fonseca (2002).

² O ciclo vital familiar, ou melhor, o percurso de vida familiar é uma representação espaço-temporal que não pode ser compreendida como uma sucessão linear de eventos ou etapas cristalizadas da vida. Ele se estrutura com base em formas socialmente construídas de organização da existência. Os acontecimentos familiares assentam-se na multidimensionalidade social, histórica, temporal e singular de cada família. Ver Vitale (1999).

- Potencialmente, a família constitui-se em sujeito político na defesa dos direitos de seus membros.³

- Não se trata de idealizar a família: ela pode ou não ser um lugar seguro para crescer, em todos os segmentos sociais. Assim, não se pode acreditar que toda criança deve viver com a família. A violência e os abusos – elementos tóxicos das relações familiares – podem se tornar impeditivos da convivência familiar.

- A família contemporânea é relacional. A afetividade integra, modifica e acompanha as regras formais entre os sexos e as gerações (Singly, 1996). À família estão atribuídas as respostas às nossas necessidades de satisfação relacional e afetiva.

- As mudanças sociais penetram o âmago das relações familiares. Essas mudanças implicam ganhos e custos sociais e afetivos para a família.

- A partir da segunda metade do século XX, a família, progressivamente, conheceu profundas transformações: a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, a separação entre reprodução e sexualidade, o aumento da expectativa de vida, o crescimento das separações/divórcios, a diversidade dos arranjos familiares, a monoparentalidade, o impacto da tecnologia e tantos outros exemplos que marcam as relações familiares atuais, entre gêneros e gerações, nos diferentes segmentos sociais.

- Apesar das mudanças de seus contornos, do redesenhar de suas fronteiras, a família continua a ter papel central na vida das pessoas.

Dificuldades econômicas são o fator principal de perda do poder familiar

Chamaremos a atenção, a seguir, para as questões que nos aproximam das famílias que vivem em situação de pobreza. Para tanto, recorreremos às pesquisas que sinalizam alguns dos indicadores das condições de vida das famílias que podem ter filhos abrigados. Nesse sentido, destacamos a pesquisa Conhecendo a realidade das instituições, das crianças e adolescentes sob medida de proteção de abrigo (2004)⁴ e as investigações de Fávero (2000) e Gueiros (2004).

A pesquisa sobre abrigos, na cidade de São Paulo, revela que 67% das crianças e adolescentes abrigados têm famílias, enquanto 33%

não têm família conhecida. Com relação às famílias, observou-se que as crianças e os adolescentes inseridos no convívio da própria família representam 60,33%. Além disso, o percentual de retorno para o abrigo, no caso de reinserção na família de origem, é de apenas 3%. Com base nesses dados, o relatório mostra que as famílias, possivelmente, abrigam os filhos por motivos circunstanciais. E demonstra a necessidade de desenvolver trabalhos direcionados para os vínculos familiares e para o apoio às famílias, bem como a necessidade

“.. o relatório mostra que as famílias, possivelmente, abrigam seus filhos por motivos circunstanciais. E demonstra a necessidade de desenvolver trabalhos direcionados para os vínculos familiares e para o apoio às famílias, bem como a necessidade de políticas de atenção a elas, com o objetivo de reduzir o risco de abrigamento”

de políticas de atenção a elas, com o objetivo de reduzir o risco de abrigamento. A pesquisa indica ainda que, no universo pesquisado, 10% das crianças e dos adolescentes têm situação definida no que diz respeito à destituição do poder familiar.

³ Sobre esse tema, ver Freitas (2002), que discute indiretamente essa dimensão, a partir do caso das mães de Acari. As associações Apar e Amar são exemplos de família como sujeito político.

⁴ Essa pesquisa foi desenvolvida, em 2002, em parceria pela PMSP-SAS; Fundação Orsa; Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NCA), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); AASPI/SP.

Fávero (2000), na pesquisa desenvolvida⁵ sobre a destituição do poder familiar, aponta os diversos motivos que podem favorecer a entrega ou a retirada da criança. Eles estão assim distribuídos: 47,3% por motivos econômicos; 31,2% por abandono; 5% por violência doméstica; 9,5% por negligência; e 7% por outras razões.

Portanto, nesse contexto, observa-se que as questões econômicas são os principais motivos que levam uma família a perder o seu poder.

Gueiros (2004),⁶ ao estudar as adoções por consentimento da família de origem, sinaliza outras dimensões significativas, como a de gênero, no processo de entrega de uma criança. Em relação à perda/ extinção do poder familiar no universo estudado, a autora observou que, em 22 casos, o pai (75,87%) não detinha o poder familiar, já que as crianças estavam registradas somente com o nome da mãe; duas mães já haviam falecido antes da instauração do processo de adoção, tendo sido essa a razão da adoção; em 27 casos (93,10%), as mães desistiram do poder familiar em benefício do casal ou da pessoa que escolheram para pais de seu(s) filho(s).

Além da dimensão relativa ao gênero, também a dimensão geracional e a de percurso de vida familiar foram descortinadas pela autora. Em seu estudo, observa-se a prevalência de mulheres jovens. Ou seja, mulheres de até 25 anos constituem um universo de 48,28% e mulheres de 26 a 30 anos compõem 13,80% dos casos de mães que entregaram os filhos para a adoção por consentimento. Convém lembrar que esses dados misturam-se entre si e às condições socioeconômicas dos pais e, em especial, das mães que não têm emprego ou renda fixa.

Nas investigações selecionadas, houve a preocupação de tornar visíveis alguns dos elementos elencados anteriormente e também de destacar que os laços esgarçados (Sarti, 2003), retratados por meio da perda do poder familiar, de um possível abrigo dos filhos e/ou da adoção, advêm basicamente das tensões e dificuldades que as famílias vulneráveis têm, em algum momento, para enfrentar as inúmeras demandas e formas de "ruptura" que se impõem em seu cotidiano, no decorrer da vida.

Desconhecimento atrapalha a implementação de políticas públicas adequadas

Essas investigações provocam um processo reflexivo em torno da vida das famílias pobres. Assim, privilegiamos alguns aspectos.

1. As famílias dos grupos populares tendem a ser estigmatizadas e culpadas pelas dificuldades e fracassos com os quais se defrontam. São vistas pelo vértice não da questão social, mas do problema social.

Como aponta Fonseca (2002, p. 62):

No caso de populações pobres, que muitas vezes só ganham visibilidade com os casos mais problemáticos, os perigos desse tipo de reducionismo são particularmente evidentes. Basta que os jornais publiquem um artigo sobre uma adolescente pobre que abandonou seu recém-nascido numa lixeira, para que esta imagem se torne paradigmática de todas as mães adolescentes. Quando se trata de pobres, um acontecimento que em outro contexto seria considerado excepcional – um caso isolado – torna-se facilmente emblemático.

⁵ A investigação sobre a perda do poder familiar foi coordenada por Fávero e realizada por um grupo de assistentes sociais que trabalham na área da Justiça da Infância e Juventude na Comarca de São Paulo. Na pesquisa, os motivos apontados para a entrega ou a retirada da criança foram alegados pela mãe, pai ou responsável da criança.

⁶ Gueiros pesquisou os processos de adoção por consentimento da família de origem em uma Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Paulo. Embora o universo estudado seja restrito a uma vara, acredita-se que espelha condições mais gerais das varas dessa mesma comarca.

Nessa mesma direção, a autora observa que as famílias dos setores mais pobres da sociedade tendem a receber rótulos com conotações negativas, como: "filhos abandonados", "famílias desestruturadas" e outros tantos. Ela sugere "conceitos mais ágeis do que 'a família' para explorar as diversas formas familiares típicas da época atual" (Fonseca, 2004, p. 65). Essa seria uma forma de romper com esquemas teóricos aprisionadores da realidade familiar.

2. A ausência ou a fragilidade de um trabalho estável atinge as famílias vulneráveis e tem sido fonte de exclusão entre os grupos familiares dos segmentos populares. De um lado, a instabilidade do trabalho e, de outro, os divórcios, as separações e as mortes engendram dificuldades de ordem econômica e também afetiva e relacional. Esses fatores conjugados estão no bojo do aumento das rupturas vinculadas no percurso de vida familiar (Sarti, 2003, e Singly, 1996).

3. A família pobre, em contrapartida, baseia-se em um sistema de trocas de obrigações morais e de apoio mútuo que envolve uma rede de parentesco. Esse sistema, de um lado, dificulta o processo de individualização de seus membros e, de outro, promove a sua existência. A noção de obrigação moral é fundamental para a idéia de parentesco e, às vezes, sobrepõe-se aos laços consanguíneos. Os vínculos estabelecidos entre pais e filhos são ainda os mais relevantes na rede de interajudas familiares (Sarti, 2003, e Vasconcelos, 2003).

"As famílias dos grupos populares tendem a ser estigmatizadas e culpadas pelas dificuldades e fracassos com os quais se defrontam. São vistas pelo vértice não da questão social, mas do problema social"

Por outro lado, Sarti (2003, p. 31) afirma:

Nos casos de instabilidade familiar por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida.

Cabe esclarecer que, para a autora, as famílias pobres se organizam em redes de relações, contrariando a idéia de que elas se caracterizam pelo modo nuclear.⁷

O sistema de reciprocidade familiar não passa por uma regulamentação formal. As redes de trocas de ajudas familiares estruturam-se, todavia, de acordo com a inserção dos grupos familiares no espaço social e revelam o contexto de classe. As famílias vulneráveis, empobrecidas, tendem, portanto, a ter redes mais fragilizadas.

Convém reiterar que as relações no seio das redes de ajuda e obrigações familiares não são desprovidas de conflitos. Nessas redes, as trocas intergeracionais tanto incluem a dimensão afetiva quanto se materializam sob inúmeras formas e serviços (Pitrou, 1996, e Vitale, 2003).

As solidariedades familiares são, em grande parte, femininas.

Vasconcelos (2003, p. 540) privilegia essa vertente: De facto, o caráter sexuado (gendered – gendricado) das redes

⁷ É bom lembrar que o modelo nuclear de família não tem o mesmo vigor em nossa sociedade atual.

"A ausência ou a fragilidade de um trabalho estável atinge as famílias vulneráveis e tem sido fonte de exclusão entre os grupos familiares dos segmentos populares"

de apoio familiar é tão vincado que alguns autores são da mesma opinião de que o grande factor estruturante dessas redes é o gênero, pois as mulheres são as grandes protagonistas da comunicação e mediação entre grupos domésticos da parentela. Existem verdadeiras linhagens de ajuda feminina (...).⁸

Os estudos de enfoque feminista ou de gênero mostram que a construção social do modelo de feminilidade está relacionado à idéia da mulher responsável pelos cuidados com o outro (família, parentes e filhos e a conseqüente prestação de serviços a esse conjunto).⁹

Nessa perspectiva, vale lembrar, mesmo que não seja o foco deste artigo, que as políticas e a ação profissional costumam eleger preferencialmente a mulher como parceira para o desenvolvimento de um trabalho com as famílias. Essa compreensão pode gerar posturas que confirmem o homem no papel de não-participante das situações de cuidado. As mulheres, por certo, representam a ponte com a vida familiar, mas não são necessariamente os únicos membros a serem considerados na rede familiar.

Por outro lado, há um crescente interesse pelas redes de trocas mútuas familiares, à medida que as políticas sociais se voltam para a esfera familiar. Ela tem sido objeto de atenção na formulação das políticas, mas também é considerada uma fonte potencial de regulação dos problemas sociais e econômicos (Martin, 1996). Assim, as redes mais fragilizadas, por serem as mais exigidas, deveriam estar sob a alçada do Estado. Apesar das pesquisas e dos estudos desenvolvidos sobre a família dos segmentos mais pobres de nossa sociedade, pouco se conhece sobre a pluralidade dos modos de vida, das trajetórias, das dinâmicas e da estruturação dos laços e das redes familiares daqueles que recorrem ou têm filhos encaminhados aos abrigos.

O debate permanece aberto, mas, certamente, essas famílias – que vivem sob a precariedade do trabalho ou do desemprego, sob as rupturas vinculares na rede familiar e sob a falta de políticas públicas consistentes – deixam de ser a fonte primeira de cuidados para seus membros mais jovens. Assim, da família – que em nossa sociedade é o locus afetivo, de pertencimento e proteção – as crianças mais pobres podem ficar excluídas.

⁸ Ver Vasconcelos (2003), que analisa as redes de apoio familiar em Portugal semelhantes à realidade brasileira.

⁹ Sobre essa relação de gênero e cuidado, ver Gilligan, 1990, e Lyra, 2003.

Bibliografia

- ACOSTA, A.R. e VITALE, M.A.F. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE, 2003.
- FÁVERO, E. (Coord.). *Perda do pátrio poder: aproximações a um estudo socioeconômico*. São Paulo: Veras, 2000.
- FONSECA, C. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. In: *Psicologia USP*, v. 13, n. 2. São Paulo, 2002.
- _____. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: ALTHOF, C.R.; ELSEN, I. e NITSCHKE, R.G. (Orgs.). *Pesquisando a família: olhares contemporâneos*. Florianópolis: Papa-Livro, 2004.
- FREITAS, R.C.S. Famílias e violência: reflexões sobre as mães de Acari. In: *Psicologia USP*, v. 13, n. 2. São Paulo, 2002.
- GILLIGAN, C. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- GUEIROS, D. Adoções por consentimento da família de origem: uma questão de desproteção social, de esgarçamento de vínculos sociais ou de cultura? In: *XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade*. Fortaleza, 2004. Anais. CD-ROM.
- LYRA, J. et al. Homens e cuidado: uma outra família. In: ACOSTA, A.R. e VITALE, M.A.F. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE, 2003.
- MARTIN, C. Renouveau de la question familiale. In: LE GALL, D., e MARTIN, C. (Orgs.). *Familles et politiques sociales: dix questions sur le lien familial contemporain*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- PITROU, A. Solidarité familiale et solidarité publique. In: LE GALL, D., e MARTIN, C. (Orgs.). *Familles et politiques sociales: dix questions sur le lien familial contemporain*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- SARTI, C. Família e jovens: no horizonte das ações. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, 1999.
- _____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R., e VITALE, M.A.F. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE, 2003.
- SINGLY, F. Trois thèses sur la famille contemporaine. In: LE GALL, D., e MARTIN, C. *Familles et politiques sociales: dix questions sur le lien familial contemporain*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- VASCONCELOS, P. Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégia de classe. In: *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, v. 37, n. 163, 2003.
- VITALE, M.A.F. Separação e ciclo vital familiar. In: ALMEIDA, W.C. *Grupos: a proposta do psicodrama*. São Paulo: Ágora, 1999.
- _____. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, A.R., e VITALE, M.A.F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE, 2003.

O amor possível

Mito da família feliz pode criar dificuldades para a reinserção de abrigados.

Percebe-se que [entre os educadores dos abrigos] está presente o mito da família feliz. Significa acreditar que só na sua família a criança encontrará a possibilidade de amor incondicional. E, se ela não teve esse recurso, passará o resto da vida lastimando a família que não tem ou procurando a família ideal. Isso acontece com muitas crianças abrigadas, uma vez que essa situação pode ser alimentada se não for trabalhada de outra forma.

Se a família biológica puder ser apoiada para dar à criança o amor possível (considera-se a família extensa), ela será a primeira a ser procurada, a quem se dará crédito e se buscará para a criança a reinserção familiar. Mas, se isso não for

possível, é importante que a criança possa vivenciar outros espaços de acolhimento, onde o papel paterno e materno possa ser exercido, mesmo não havendo mãe nem pai, mesmo no espaço coletivo. Buscar lugares para desenvolver a capacidade de construir relações de afeto e aceitação é o grande exercício que o abrigo pode fazer. Querer ser a família da criança nunca trará para o abrigo um lugar legítimo. A criança precisa saber que ela tem uma família, que seja ela quem for é a família dela. Há outros espaços que também a acolherão e darão apoio afetivo.

Texto extraído da discussão preparatória para o Seminário Abrigar, ocorrida em junho de 2004, com o tema Famílias – inclusão e apoio.

Crianças, adolescentes e suas famílias

Trabalho de recuperação das redes sociais de proteção contribui para construir ou refazer laços afetivos e comunitários.

Uma criança é abrigada quando o sistema de parentesco, sua rede de proteção e as políticas públicas não conseguem atender a suas necessidades básicas de segurança pessoal e social. Cerca de 81% das crianças e dos adolescentes em abandono social, que vivem em abrigos, têm famílias, mas elas também se encontram vulneráveis. Há muitos mitos a respeito das famílias. Temos um

olhar atravessado por representações produzidas no contexto de um padrão moral de expectativas e idealizações. Um bom trabalho de recuperação das redes sociais de proteção pessoal e social realizado pelos abrigos pode tornar possível o retorno da criança à família, contribuindo para construir ou refazer vínculos afetivos e comunitários.

Texto extraído da mesa de discussão Crianças, adolescentes e suas famílias – inclusão e apoio, ocorrida no seminário Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação, realizado em novembro de 2004.

- A família contribui para a reprodução biológica e social de nossa sociedade. Os primeiros estágios do desenvolvimento do indivíduo são comumente vividos na família, que também é responsável pela construção das identidades individuais.
- Todos nós temos um modelo de família internalizado e uma idéia daquilo que "deve ser" uma família. Sempre observamos as famílias com base em nossas próprias referências, em nossa história singular.
- Nossa atitude pode ser ora de compreensão, ora de condenação ou mesmo de indiferença em relação às famílias que têm filhos nos abrigos. Temos ainda muitos preconceitos e crenças baseadas em sentimentos contraditórios.
- A família é espaço de convívio e de confronto entre gêneros e gerações: coexistem situações de conflito e mecanismos de solidariedade nas relações de gênero e nas relações intergeracionais.
- Pensar na família é pensar nela no decorrer do tempo, refletir sobre o seu percurso, e não apenas numa determinada etapa ou momento. Os acontecimentos do ciclo de vida familiar inscrevem-se no tempo histórico, social e peculiar de cada uma.
- A família pode ou não ser um lugar seguro para a criança crescer em todos os aspectos sociais. Portanto, não se pode acreditar que toda criança deva viver com sua família. A violência e os abusos – elementos tóxicos das relações familiares – podem impedir essa convivência.
- Um marco importante da atual dinâmica familiar é a afetividade, e é na família que exercitamos as relações e o convívio. As mudanças sociais influenciam as relações familiares e produzem ganhos e custos sociais e afetivos.
- As ligações familiares se rompem em razão das tensões e dos problemas que as famílias, vulnerabilizadas, sofrem em algum momento.
- Em geral, as famílias pobres são consideradas culpadas por suas dificuldades e seus fracassos e recebem rótulos com conotações negativas, como "filhos abandonados", "famílias desestruturadas" e tantos outros.
- A instabilidade do trabalho ou o desemprego, além das separações ou mortes, acarretam dificuldades econômicas, afetivas e relacionais. A consequência disso é o aumento do rompimento dos vínculos familiares.
- As redes de ajuda e obrigações familiares podem ser uma alternativa para a família; pois, em situações de crise, as crianças passam a ser não apenas uma responsabilidade da mãe ou do pai, como também de toda a rede familiar, que funciona como um sistema de reciprocidade, no qual, às vezes, ocorrem conflitos.
- As políticas e a ação profissional costumam eleger preferencialmente a mulher como parceira para o desenvolvimento de um trabalho com as famílias. Essa opção pode gerar posturas que confirmem o homem no papel de não-participante das situações de cuidado.
- Famílias de crianças abrigadas que vivem em condição de precariedade financeira, com vínculos rompidos na rede familiar e sob a falta de políticas públicas consistentes, deixam de ser fonte primeira de cuidados, o que agrava a situação de exclusão das crianças mais pobres.



Temas do cotidiano





Fazendo minha história

Cláudia Vidigal *

É comum crianças abrigadas desconhecerem boa parte da própria história, pelo simples fato de ela não ter sido registrada e preservada. Sem poder contar com a transmissão oral, pois as lembranças e memórias se vão com os profissionais que as atenderam, elas acabam tendo sua história negada.

O Projeto Fazendo História nasceu em 2002, justamente com o objetivo de estudar caminhos e criar estratégias para valorizar e preservar as histórias de vida de crianças e adolescentes que vivem em abrigos. Certamente, o desafio é grande, mas não há como escapar: falar sobre nossa história, entendê-la e elaborá-la são as ferramentas que temos para ampliar a consciência e nos tornar autores do nosso enredo. E é necessário o olhar cuidadoso para acompanhar as crianças na elaboração dessa trama.

Passado, presente e futuro

Do passado, muitas vezes, vem uma história marcada por

situações difíceis de elaborar, como violência, miséria, morte dos pais, abandono. De qualquer forma, não adianta simplesmente silenciá-la. Com maior ou menor consciência, ela faz parte de nós e nos deixa marcas. E é preciso encontrar um meio de expressá-la.

Registrar o presente também não é simples, pois se trata de registrar o tempo de abrigamento, que representa a falência da família, momentânea ou não. Tempo no qual as crianças, muitas vezes, estão vivendo uma espera pelo retorno à família ou o encaminhamento para uma família adotiva. No entanto, o presente precisa ser vivido como parte da história de cada um. Trabalhar com o presente é vencer o desafio de fazer do abrigamento um tempo de vida, e não de espera pela vida.

E o futuro? Para todos, é sempre tão incerto... Ainda mais para a criança ou o adolescente que está no abrigo. De toda forma, planos e projetos de vida são fundamentais e precisam ser estimulados, criando uma visão positiva do futuro.

*Psicóloga, educadora, fundadora e coordenadora do Projeto Fazendo História.

“... falar sobre nossa história, entendê-la e elaborá-la são as ferramentas que temos para ampliar a consciência e nos tornar autores do nosso enredo. E é necessário o olhar cuidadoso para acompanhar as crianças na elaboração dessa trama”

Montar um álbum

No Projeto Fazendo História, nossa estratégia principal para falar dessa trajetória é a construção de um livro-álbum, chamado Fazendo Minha História. Cada criança é convidada a registrar suas memórias em um álbum, sempre estimulada e acompanhada por um colaborador – voluntário ou educador do abrigo. Nele, as crianças colam desenhos, fotos, escrevem relatos de momentos importantes de sua vida. Também incluem cartas, bilhetes, cartões e desenhos recebidos de outras crianças ou de educadores do abrigo.

O universo da criança vai sendo representado de diversas maneiras, e o fortalecimento da identidade de cada um, com sua história única e singular, torna-se visível.

Nossas atividades

Algumas dicas de como trabalhamos.

- Usamos o universo da literatura infantil como principal ferramenta e acesso às histórias reais de cada um. A partir da leitura de livros infantis, abrimos a oportunidade para trabalhar com diversos temas, mais ou menos complexos.
- A história presente é mais fácil e mais tranquila de ser registrada. Começamos sempre por ela.
- As fotos são fantásticas para o incentivo do registro. Molduras, legendas e comentários vão fazendo a história aparecer.
- Propomos que cada colaborador dedique uma hora semanalmente para acompanhar as crianças no registro de suas histórias.
- Idealmente, cada colaborador trabalha com uma única criança.
- O colaborador planeja cada encontro, incluindo local, material, duração e conteúdo.

- Recomendamos que algumas informações façam parte do álbum. Elas são ou não registradas de acordo com o desejo da criança.

Trata-se de um conjunto de dados:

- **sobre a criança** – informações sobre a própria identidade, como seu nome completo, data e local de nascimento; relatos sobre seu modo de ser, brincadeiras favoritas, gostos e preferências; fotos legendadas.
- **sobre a família e os amigos** – nome dos pais e irmãos; nome de outros familiares, bem como de amigos e vizinhos, e a função que desempenhavam na vida da criança; fotos legendadas da família.
- **sobre o Projeto Fazendo História** – foto legendada do colaborador e referência ao projeto (folder/esclarecimento).
- **sobre o abrigo** – nome, telefone e endereço da instituição; relatos/depoimentos e fotos dos educadores, dos técnicos e do coordenador, bem como das demais crianças e adolescentes; relatos e fotos das visitas familiares, festas e datas importantes (aniversário, Natal, Dia das Crianças...); relatos e fotos das atividades desenvolvidas no abrigo sobre a rotina da criança; desenhos e relatos de como a criança se vê.
- **sobre a escola** – nome, telefone e endereço da escola; nome dos professores; série que está cursando; relatos sobre as atividades desenvolvidas na escola, bem como passeios e festas; informações sobre as matérias preferidas e os amigos da escola.
- **sobre o passado** – dados e fotos da primeira infância; motivo do abrigamento; desenhos, relatos ou lembranças da época em que morava com a família; trajetória da criança por outros abrigos ou instituições.
- **sobre o futuro** – projetos a curto prazo; sonhos (o que quer ser quando crescer, como se vê quando crescer); perspectiva de saída; e despedida, ao final da confecção do álbum.



A leitura e um ambiente acolhedor

Amanda Leal de Oliveira, Márcia Wada e Renata Gentile*

Propomos uma reflexão sobre a leitura e os livros de literatura nos abrigos.¹ Que funções podem cumprir? Como apresentá-los às crianças e aos adolescentes?

Além da intenção de ensinar a ler e escrever, o trabalho com a leitura – numa ação cultural que denominamos mediação de leitura – pode contribuir de diversas formas com o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Entendido como objeto cultural, o livro possibilita aos leitores o contato com as narrativas, o acesso às boas referências de linguagem escrita e visual e também a diferentes mundos e culturas e a temas universais.

A leitura de histórias auxilia o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos meninos e das meninas, proporciona encontros lúdicos, poéticos, gratuitos, repletos de linguagem, que, por sua vez, possibilitam o prazer compartilhado das imagens e das palavras. Os leitores são remetidos às próprias experiências, o que os leva a lembranças, reflexões e novos conhecimentos.

A escolha dos temas

Muitos educadores preocupam-se com a adequação de alguns temas presentes nos livros ao contexto dos abrigos, como o tema do relacionamento familiar. Sabemos o quanto é difícil lidar com a rejeição, o abandono e a negligência que envolvem crianças e adolescentes em situação de abrigo. São histórias de vida, como pontuou Bel Khan², que remetem às nossas próprias fantasias de desamparo. Portanto, tende-se a evitar nos abrigos os livros que apresentam, por exemplo, relações de vínculo entre mãe e filho. Mas são justamente essas histórias que podem apresentar outros modelos ou possibilidades de relacionamentos ou temas. Vale lembrar que a dificuldade de lidar com alguns temas não é exclusiva dos abrigos. Nos hospitais e nas escolas, por exemplo, observamos que a problemática da morte e/ou sexualidade é muitas vezes evitada num primeiro momento pelos mediadores de leitura.

*Amanda Leal de Oliveira, socióloga; Márcia Wada, pedagoga e psicóloga; Renata Gentile, psicóloga.

“Se entendermos a mediação de leitura como um espaço de expressão, escuta e acolhimento, daremos chance para que as crianças possam, por meio das histórias, falar das suas dores e questões, reconstruir a própria história, entrar em contato com a falta.”

Entretanto, se entendermos a mediação de leitura como um espaço de expressão, escuta e acolhimento, daremos chance para que as crianças possam, por meio das histórias, falar das suas dores e questões, reconstruir a própria história, entrar em contato com a falta. Como disse Maria Lúcia Gulassa: “Um importante papel do abrigo é promover a consciência da falta para mobilizar o desejo”³. O mediador, por sua vez, encontrará uma boa oportunidade para conhecer melhor cada criança.

Além disso, ao entrar em contato com uma história em que se fala do amor entre pai e filho, a criança pode vivenciar uma experiência de afeto que poderá ser importante na construção da própria identidade, independentemente de ela ter ou não essa referência em sua realidade. Sabemos o quanto é importante para todos nós nos identificarmos com situações que não dizem respeito, necessariamente, ao nosso cotidiano. Com base nelas, novas referências são construídas e se reconstitui a possibilidade de sonhar. A literatura é “o sonho acordado das civilizações” (Candido, 1995).

Como começar

Quanto mais cedo a criança for acompanhada no contato com os livros, maior será sua facilidade na aquisição da leitura e escrita, mais amplo seu repertório lingüístico e mais vasta sua leitura do mundo. É primordial que esse contato ocorra em uma situação de prazer e afetividade, respeitando o ritmo de cada criança.

A mediação de leitura “proporciona um ambiente no qual cada um se relaciona com os outros por uma multiplicidade de laços, mas onde também se desenvolve um sonho próprio e se elabora um espaço íntimo, a partir do qual é possível desenvolver um pensamento independente” (Petit).

Não é difícil começar a reunir livros que sejam intencionalmente variados em relação a autores, tamanhos, formatos, gêneros, tipos de ilustração, para que possam agradar a todos. Em relação à quantidade, podemos pensar numa coleção que possibilite num grupo de crianças número suficiente para manusearem, explorarem e terem consigo um ou dois títulos. Desse modo, educadores e voluntários do próprio abrigo podem começar a exercitar-se como mediadores de leitura.

Algumas sugestões de como realizar essa atividade

- Preparar um ambiente agradável.
- Reservar, de preferência, um momento oportuno na rotina do abrigo, como antes da hora de dormir.
- Deixar os livros ao alcance das crianças (no chão, por exemplo), para que elas mesmas possam escolher os títulos que querem ouvir.
- Além de ler e mostrar as ilustrações, os mediadores devem permitir que as crianças passem pela sala, carregando os livros, brincando com eles. Assim, aos poucos, elas vão identificar o livro como um objeto portador de histórias.
- Os temas de leitura não devem ser direcionados nem se deve tentar verificar o que as crianças entenderam sobre o conteúdo. Cada uma pensa e sente as histórias de um modo próprio, subjetivo, de acordo com seu repertório, sua experiência de vida e seu momento atual.
- A partir da leitura, o grupo começa a lembrar episódios, situações e pessoas significativas, e é importante garantir espaço para que todos possam falar livremente a respeito.
- Com o tempo, as crianças maiores e os adolescentes podem mediar a leitura. Os mais velhos podem ler para os mais novos, podem promover mediações de leitura na escola em que estudam

e na comunidade onde vivem. Até mesmo durante as visitas das famílias, a leitura de histórias pode ser um recurso interessante, que aproxima, vincula, diverte e sensibiliza. Assim, do papel de assistidos, as crianças e os jovens dos abrigos podem passar a ser protagonistas, sujeitos ativos e criativos.

Bibliografia

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

PETIT, M. *La lectura en espacios en crisis* (mimeo).

Para saber mais

BIBLIOTECA VIVA Fazendo Histórias com Livros e Leituras.

São Paulo: Fundação Abrinq 2005. (Dá Para Resolver).

Disponível em: <www.fundabrinq.org.br>. Acesso em 9 out. 2006.

WADA, M. *Juventude e leitura*. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

¹A Cor da Letra – Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Leitura e Literatura. Planeja, desenvolve projetos e ações sociais, culturais e educacionais. Desenvolve metodologias de formação de educadores, profissionais de diversas áreas, como voluntários em geral e voluntariado corporativo.

²Em palestra durante encontro do Programa Abrigar.

³Em palestra durante encontro do Programa Abrigar.



Sucesso na escola: rede de aprendizagem

Maria Elizabeth Machado*

A educação se constrói no cotidiano, com a escola, a família, os meios de comunicação, a convivência social, a cultura local. É desse conjunto de fatores que depende, portanto, o sucesso na escola.

Hoje, falamos de educação formal, não formal e informal. Todas elas significativas e importantes. Falamos de alunos e educadores como sujeitos de aprendizagem. Falamos também de aprendizagem permanente em todas as áreas, sendo mais útil pensarmos numa aprendizagem compartilhada. O desafio dos novos tempos é o da construção de malhas para a formação integral dos alunos. Ou seja, aluno, professor, educador social, equipe técnica, familiares e comunidade formando uma rede de atendimento.

A aprendizagem pode ser definida como um fenômeno biopsicossocial que acontece na relação de determinada pessoa inserida em seu meio social, em seu tempo e espaço. Ela se desenvolve no domínio das relações e interações. Um conjunto de

fatores se entrelaça e pode favorecer e/ou paralisar o sistema em que ocorre a aprendizagem. Entendemos, portanto, os diversos espaços de aprendizagem (famílias, escolas, abrigos, comunidade) como desenhos sociais flexíveis compostos de pessoas que compartilham significados.

Devemos pensar "com" e aprender a "fazer junto". Criar redes de atendimento para que as crianças e os adolescentes possam desenvolver novas habilidades, sentindo-se capazes de atuar no seu meio social de maneira responsável e competente.

Certamente, eles podem se sentir incapazes e incompetentes para a realização de determinadas tarefas e atividades escolares, assim como nós já sentimos alguma vez. Trabalhar a auto-estima é fundamental para que a aprendizagem ocorra, acreditando e validando os recursos e o potencial existente em cada uma das crianças e dos adolescentes, estejam no abrigo, na escola ou na família.

*Psicopedagoga, terapeuta familiar sistêmica e mediadora de conflitos.

bethsmachado@terra.com.br

“Para que os alunos possam ter sucesso na escola, é preciso que todos nós nos responsabilizemos pelo seu crescimento afetivo, cognitivo, expressivo, motor e acreditemos que sejam capazes de se desenvolver”

Postura pedagógica

No cotidiano dos abrigos, a construção compartilhada do conhecimento acontece por meio da interação e da relação. Mais do que selecionar temas e assuntos a serem “estudados”, torna-se necessário desenvolver uma postura pedagógica.

Para que os alunos possam ter sucesso na escola é preciso que todos nós nos responsabilizemos pelo seu crescimento afetivo, cognitivo, expressivo, motor e acreditemos que sejam capazes de se desenvolver. Mas como assumir uma nova atitude no dia-a-dia do abrigo, colocando as crianças e os jovens em movimento desde a hora em que acordam até a hora em que vão dormir?

O educador é aquele que promove as relações. Deve, portanto, priorizar a comunicação entre todos, buscando o desenvolvimento da autonomia individual e grupal. Deve criar situações desafiantes para que as crianças e os jovens busquem soluções respondendo a necessidades, dúvidas e curiosidades. O educador deve conhecer o meio social para ajudar as crianças a dar significado aos acontecimentos, fatos e fenômenos ao seu redor.

É importante que o educador conceba o conhecimento como instrumento para compreensão e intervenção na realidade, e a criança deve se expressar e utilizar várias linguagens. Saber observar, propor questões, expor idéias, sentimentos e ações ajuda as crianças e os jovens a serem protagonistas e autores de suas histórias, aprendendo a fazer escolhas, tomar decisões e responsabilizar-se por suas ações.

No cotidiano do abrigo

A seguir, algumas sugestões que podem ser incorporadas ao dia-a-dia do abrigo e ajudar as crianças e os adolescentes a alcançarem sucesso na escola.

- Estimular as crianças e os adolescentes a se apropriarem de informações básicas, como seu nome completo, endereço, telefone, bairro, cidade, estado, idade, dia do aniversário, bem como o nome e o endereço da escola, o nome dos professores, coordenadores, colegas.
- Estimulá-los a ter noções básicas de higiene (tomar banho, escovar dentes, pentear cabelo, usar roupas adequadas), a saber usar o relógio, o calendário e a administrar o tempo.
- Garantir o acesso a materiais diversificados: jornais, revistas, livros variados, atlas e mapas, globo terrestre, dicionários, gramática, além de gravador, máquina fotográfica e jogos.
- Organizar horários e espaços para estudar, fazer lição, pesquisar.
- Criar um mural de trocas: O que eu aprendi hoje na escola? O que quero aprender?
- Abrir espaços para socializar atividades diárias: notícias de jornal, músicas, histórias, fatos ocorridos na escola.
- Organizar saídas do abrigo: ir a supermercados, feiras, praças, cinemas, farmácias, escolas, centro de esportes, centros culturais, igrejas. Conhecer a coleta de lixo, transportes, serviços públicos, comércio.
- Desenvolver miniprojetos: organizar lista de compras, escrever

cartas, introduzir um diário individual e coletivo, contar, ler, dramatizar, registrar, fazer coleções, cozinhar, consertar coisas, limpar, organizar espaços, fazer artesanato, aprender os primeiros socorros.

- Manter contato permanente com a escola: conhecer a professora, enviar bilhetes, convidar a professora e os colegas para conhecer o abrigo, convidar colegas para passar a tarde ou a manhã no abrigo,

promover atividades comuns nos fins de semana nas escolas e nos abrigos, comemorar o aniversário de cada um, levar para a escola os trabalhos das crianças e dos adolescentes desenvolvidos nos abrigos.

- Sempre que possível, a família deve ser convidada a participar das reuniões na escola, para que possa continuar a acompanhar a vida escolar da criança quando ela voltar para casa.



Falando sobre sexualidade

Yara Sayão*

Falar de sexualidade é falar de algo sobre o qual todos nós já temos algum saber, ao menos vivencial. Isso porque não é possível pensar a vida humana sem a dimensão da busca do prazer – e o prazer é algo central quando se fala em sexualidade. Estamos entendendo o prazer de forma bem ampla: não apenas aquele associado a atividades sexuais, mas a tudo que nos faz bem e nos proporciona a sensação de satisfação e plenitude, que é sempre momentânea.

Além da reprodução (uma questão biológica), os seres humanos buscam prazer ao se relacionar com os outros. Esse é um dos pontos que nos diferencia das demais espécies animais: não há o cio das fêmeas, que determina a época de acasalamento visando à reprodução. Homens e mulheres aprendem, descobrem e inventam a vida, incluindo diferentes formas de sentir prazer. Cada ser humano pode fazer suas escolhas em relação à sua vida afetiva, sexual e reprodutiva, mesmo sendo elas influenciadas ou limitadas por várias razões.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (1975), a sexualidade:

- forma parte integral da personalidade de cada um.
- é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida.
- não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo.
- é a energia que motiva encontrar amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, de tocar e ser tocado.
- influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e a saúde, tanto física como mental.
- também deveria ser considerada como um direito humano básico, uma vez que a saúde é um direito humano fundamental e a saúde sexual, um de seus componentes.

* Psicóloga do Serviço de Psicologia Escolar da Universidade de São Paulo (USP-SP).

ysayao@uol.com.br

“É na relação com o outro que nos constituímos enquanto sujeitos, que descobrimos e aprendemos as infinitas formas do prazer”

Sexualidade na infância e na adolescência

Se considerarmos a noção de prazer da forma ampla, poderemos perceber que os seres humanos vivem a sexualidade desde o nascimento. Os primeiros cuidados recebidos pelo bebê, os toques em seu corpo e a forma como é tratado, irão ocupar lugar importante na construção de sua subjetividade. É na relação com o outro que nos constituímos enquanto sujeitos, que descobrimos e aprendemos as infinitas formas do prazer. De acordo com as mudanças do corpo e as possibilidades cognitivas de cada faixa etária, a noção de prazer vai então se modificando. Essas vivências são significativas, pois imprimem marcas em cada um de nós que irão nos acompanhar, de alguma forma, pela vida toda.

Na adolescência, a sexualidade continua se desenvolvendo. Uma diferença fundamental em relação à infância é a maturação do aparelho reprodutor e a centralidade da questão genital nas sensações de prazer. Isso faz com que a sensualidade ocupe lugar de grande importância na vida dos jovens, em muitas das suas manifestações culturais e cotidianas. É nesse momento da vida que as experimentações (em pensamento, discurso e ação) se intensificam, inclusive no campo das relações afetivo-sexuais. Para além da autoridade dos adultos, o grupo de iguais torna-se uma referência para os adolescentes em todos os aspectos da vida, principalmente quanto à formação de valores e à tomada de decisões.

Desafio para os adultos

Nos últimos anos, a sexualidade tem ocupado muito espaço nos meios de comunicação. Será então que os antigos e inúmeros tabus e preconceitos em relação à sexualidade estão sendo superados? Será que na sociedade atual, que privilegia o consumo, a sexualidade é identificada

indevidamente como mercadoria? Que efeitos podem ser causados no comportamento e na educação das crianças e dos jovens?

Essas questões têm sido debatidas entre familiares e educadores nas escolas, em outros espaços educativos e também nos abrigos.

A questão da educação e da orientação sexual nos abrigos, assim como da sexualidade de crianças e jovens que vivem abrigados, ainda demanda muito estudo, muita pesquisa e muita discussão entre seus profissionais. Basta lembrar que a questão da intimidade e da privacidade, tão importante na sexualidade, se apresenta de forma muito diversa nos abrigos, em comparação aos espaços domésticos e familiares.

Alguns pontos que podem ajudar a trabalhar com o tema.

- Ler e discutir com os educadores textos que apresentem as possibilidades de um trabalho de orientação sexual. O texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais pode ser a primeira referência para a formação do grupo. É importante que os educadores conheçam mais o assunto e reflitam sobre ele com seus pares, preparando-se para intervenções que sejam educativas de fato, e não moralistas.
- Construir com os educadores um conjunto de princípios éticos que possam servir de guia para as intervenções de todo o grupo. Exemplos: respeitar a si mesmo, seu corpo, seus sentimentos e ao outro; cuidar para que as brincadeiras sexuais jamais aconteçam com crianças e jovens de idades diferentes ou sob coerção ou constrangimento de algum dos envolvidos etc.
- Começar o trabalho de orientação sexual em duplas de educadores, garantindo a oportunidade de diálogo e troca, e, portanto, um aprendizado mais seguro e mais rico para os envolvidos.

- Pesquisar material didático-pedagógico (livros, folhetos, vídeos, jogos) que aborde o tema da sexualidade de forma apropriada para cada faixa etária, com linguagem e conteúdo diferentes.
- Propiciar espaços e momentos em que as crianças e os jovens possam ter, quando desejarem, privacidade e intimidade. Ou seja,

em que possam estar sozinhos, sem a presença de um adulto.

- Ao encontrar situações de jogos ou brincadeiras sexuais entre as crianças ou cenas de tocar o próprio corpo, intervir sem condenar: esses gestos exigem privacidade, mas não são uma "coisa feia" ou "errada".

Para saber mais

- BARROS, C.; PAULINO, W.R. O corpo humano. São Paulo: Ática, 1997.
- GTPOS, ABIA, ECOS. Guia de orientação sexual – diretrizes e metodologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- SUPLICY, M. et al. Sexo se aprende na escola. São Paulo: Olho d'Água, 1995.
- SOS CORPO. Viagem ao mundo da contracepção: um guia sobre os métodos anticoncepcionais. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

Sites

- www.aids.gov.br
- www.corpohumano.hpg.ig.com.br
- www.educarede.org.br
- www.gtpos.org.br



Em busca de um projeto de vida

Raquel Barros*

Para os jovens que vivem em situação de abrigo, como para cada um de nós, um projeto de vida só se efetiva se conseguimos identificar as capacidades de cada um, valorizando seus sonhos e suas habilidades e transformando-os em talentos. A antropóloga Jeanine Anderson traduz esta capacidade em ativos: “O bem, direito, dote intangível ou capacidade que permite à pessoa atuar em prol de seus interesses”.¹

A Associação Lua Nova, atuante em Araçoiaba da Serra (SP) desde 2000, trabalha com jovens mães e seus filhos, acreditando na existência dos ativos em cada pessoa. Dessa forma, estruturamos nosso projeto político-pedagógico na parceria com as jovens mães que acolhem, auxiliando-as na (re)descoberta de seus valores morais, éticos e de cidadania.

Ações fundamentais

Nesse constante aprendizado, consideramos algumas ações fundamentais para que o jovem possa desenvolver e concretizar seu projeto de vida e seguir a vida fora do abrigo.

- **Valorizar os ativos dos jovens:** ajudar a detectá-los, melhorar a auto-estima, pontuar seu valor.
- **Transformar habilidades em oportunidades:** criar espaços para que os jovens mostrem suas habilidades e estimulá-los para que as transformem em talentos e bases de um projeto de vida. Despertar a percepção da realidade, respeitando suas escolhas.
- **Estimular a autonomia:** ampliar a capacidade de escolha e realização de ações, considerando o processo de protagonismo, desenvolvendo responsabilidade ao aprender a lidar com frustrações.

*Psicóloga, fundadora e diretora da Associação Lua Nova.

"... um projeto de vida só se efetiva se conseguimos identificar as capacidades de cada um, valorizando seus sonhos e suas habilidades e transformando-os em talentos"

- **Garantir espaços de reflexão, questionamento e reconstrução de desejos:** preparar o jovem para que realize escolhas de forma assertiva e autônoma, valorizando e melhorando sua qualidade de vida. A autonomia é um valor indispensável para a construção de projetos de vida. Não nos responsabilizamos por escolhas feitas. É princípio da instituição auxiliar no processo de tomada de decisões em vez de tomá-las para si.
- **Respeitar escolhas e desejos:** permitir que o jovem estabeleça comparações, hierarquize riscos e tenha a liberdade de fazer opções. Evitar colocar o nosso desejo como sendo o desejo do outro.
- **Possibilitar encontros e descobertas reais e fortalecer vínculos,** oferecendo a possibilidade de construir os projetos por meio do processo relacional.
- **Ouvir e ajudar a falar,** sem a necessidade de institucionalizar espaços, mas construí-los inseridos na rotina.
- **Possibilitar a gestão participativa do jovem,** tanto no abrigo como fora dele, para que possa concretizar suas capacidades e experimentá-las.
- **Construir um planejamento conjunto,** estimulando a visão de processo e não de produto.

Rede de apoio

O processo de valorização e concretização de ativos por meio da inclusão social é altamente complexo e depende de variáveis ligadas à esfera pessoal, institucional, social, jurídica e socioeconômica do país. Uma rede de proteção integra todos esses segmentos, e a atuação do abrigo é apenas uma das variáveis que aumenta a possibilidade dessa inclusão.

Nenhum programa de inserção surte efeitos sem a parceria da comunidade, que deve ser chamada a conhecer, reconhecer e participar das soluções e dificuldades que atingem os jovens. Quanto mais ela é chamada a ser parte das ações, maiores serão as chances de ela aceitar e acolher os jovens nas diferentes etapas do processo de (re)inserção. Portanto, deve ser parte integrante das ações do abrigo um trabalho criterioso para além dos muros da instituição.

Para potencializar os resultados, é importante que o abrigo desenvolva entre seus princípios e suas metas a estimulação da criação dessa rede de apoio. Deve se aproximar e transformar em parceiros tanto o poder público, representado por seus diversos serviços e programas (saúde, educação, habitação, assistência social, lazer, Judiciário, entre outros), como a comunidade organizada em associações, cooperativas, grupos; o empresariado; fundações e institutos; sindicatos e outras organizações sociais e econômicas.

¹ ANDERSON, Jeanine. Activos Políticos y sociales de las mujeres. In: Educación permanente para la macro y micro economía. Serie Talleres de Formación. Red de Educación Popular entre Mujeres de América Latina y el Caribe (REPEM) y Movimiento por Emancipación de la Mujer Chilena (MEMCH), 2003.



Fortalecer as famílias

Maria Ângela Maricondi*

Por que fortalecer as famílias de crianças abrigadas? Porque sabemos que uma família apoiada é capaz de cuidar melhor de suas crianças. Porque, ao reconhecer a família e cuidar dela, defendemos um direito fundamental da criança: o direito à convivência familiar e comunitária.

Trabalhadores de abrigo, ao lado de outras pessoas e instituições da comunidade – amigos, vizinhos, trabalhadores de creches, escolas e postos de saúde, entre outros – podem promover o desenvolvimento de crianças por meio do fortalecimento de suas famílias. Mas como?

Certamente, trabalhar com famílias ainda é um grande desafio para todos nós. E, em relação às crianças abrigadas, pode haver mais uma dificuldade. Os motivos e as atitudes familiares que levaram as crianças ao abrigo, ainda que por curto período de tempo, mobilizam valores e sentimentos tão fortes e negativos que podem provocar o afastamento das famílias, em lugar de trazê-las para perto de suas crianças. Portanto,

o primeiro impasse é de natureza moral e emocional. E ele precisa ser superado, para que o trabalho possa começar a acontecer.

Mudar o olhar

Habitualmente vemos o mundo com as lentes de nossa própria experiência familiar. Questionar esse olhar é um bom jeito de começar. É preciso evitar que a nossa visão interna de família comprometa o nosso olhar e a nossa ação com as famílias diferentes das nossas referências.

Para quem deseja começar assim, algumas recomendações:

- Pense sobre as experiências com sua família. Identifique seus valores, suas crenças e seus mitos em relação a esse assunto. Compartilhe essa reflexão com o grupo de trabalho.
- Evite julgamentos baseados em qualquer tipo de preconceito. Só é possível conversar com uma família em prol de seu desenvolvimento se pudermos ouvi-la sem julgar ou recriminar.

*Psicóloga e consultora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

“É preciso evitar que a nossa visão interna de família comprometa o nosso olhar e a nossa ação com as famílias diferentes das nossas referências”

- Vá além da perspectiva de um pai e de uma mãe idealizados; pense em outros possíveis cuidadores, como avós, tios, padrinhos, primos, amigos e outros.
- Construa com a família as alternativas de mudança e de promoção dos cuidados infantis. Identifique com ela os cuidados de que as crianças necessitam, os que faltam e o porquê.
- Promova o diálogo e a troca de informações entre membros da família, crianças abrigadas e equipe do abrigo. Assim, todos terão oportunidade de se expor à mudança e compreender o que está acontecendo. Isso amplia a eficácia dos resultados.

O “patrimônio familiar”

Outro conceito norteador de uma prática eficaz de trabalho com famílias é o conceito de patrimônio. Trata-se de “um conjunto de recursos do qual as pessoas podem dispor para garantir, a si mesmas e a seus membros, maior segurança e melhor padrão de vida. Tais recursos compõem-se de trabalho, saúde, moradia, habilidades pessoais e relacionais tais como relacionamentos de vizinhança, de amizade, familiares, comunitários e

institucionais” (PIDMU¹, 2000). Trabalhar nessa perspectiva significa focar as potencialidades familiares em lugar das dificuldades. Em outras palavras, a ação nasce do que existe e não do que falta.

O conjunto de relações interpessoais no qual a família estrutura sua identidade social é um componente importante do seu patrimônio. É dessa rede social, composta de pessoas e de instituições, que a família recebe sustento emocional, ajuda material, serviços e informações.

Para quem deseja atuar nesse sentido, recomendamos:

- observar, sem preconceitos de qualquer tipo, a pessoa e sua rede familiar, procurando identificar o patrimônio nela existente;
- incentivar e fortalecer o uso desse patrimônio.

Pessoas e famílias em situação de pobreza e exclusão social sentem-se muito isoladas e vulneráveis. É possível ajudá-las a superar algumas de suas dificuldades, estimulando a percepção sobre os vínculos que já possuem, os que podem ser fortalecidos e os que podem ser ampliados, onde e com quem.

De verdade, ninguém está sozinho! Nem as pessoas nem as instituições.

¹O Programa Infância Desfavorecida em Meio Urbano (PIDMU), apoiado pela Comissão Europeia, foi composto de 23 projetos implementados por organizações não-governamentais, nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belo Horizonte. Com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes em situação de risco, o programa teve duração de três anos e meio e foi concluído em abril de 2000.

